

MARCAS URBANAS DAS
MULHERES RESIDENTES NOS
CONJUNTOS HABITACIONAIS
DE INTERESSE SOCIAL PROF.
PAULO BANDEIRA, JOSÉ
APRÍGIO VILELA E PARQUE
DOS CAETÉS NO BAIRRO
BENEDITO BENTES, EM
MACEIÓ/AL:

TRANSITAR
NA CIDADE É
UM DIREITO
NOSSO!



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Beatriz Palmeira Melo Simões

MARCAS URBANAS DAS MULHERES RESIDENTES NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL PROF. PAULO BANDEIRA, JOSÉ APRÍGIO VILELA E PARQUE DOS CAETÉS, NO BAIRRO BENEDITO BENTES, EM MACEIÓ/AL: “TRANSITAR NA CIDADE É UM DIREITO NOSSO!”

MARCAS URBANAS DAS MULHERES RESIDENTES NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL PROF. PAULO BANDEIRA, JOSÉ APRÍGIO VILELA E PARQUE DOS CAETÉS, NO BAIRRO BENEDITO BENTES, EM MACEIÓ/AL: “TRANSITAR NA CIDADE É UM DIREITO NOSSO!”

Beatriz Palmeira Melo Simões

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria
Co-Orientadora: Prof^a Dr^a Verônica Robalinho Cavalcanti

**MACEIÓ
2020**

**MACEIÓ
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Beatriz Palmeira Melo Simões

MARCAS URBANAS DAS MULHERES RESIDENTES NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL PROF. PAULO BANDEIRA, JOSÉ APRÍGIO VILELA E PARQUE DOS CAETÉS, NO BAIRRO BENEDITO BENTES, EM MACEIÓ/AL: "TRANSITAR NA CIDADE É UM DIREITO NOSSO!"

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fau/Ufal, área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S593m Simões, Beatriz Palmeira Melo.
Marcas urbanas das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais de interesse social prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL : "transitar na cidade é um direito nosso" / Beatriz Palmeira Melo Simões. – 2020.
162 f. : il. color.

Orientador: Geraldo Majela Gaudêncio Faria.
Co-orientadora: Verônica Robalinho Cavalcanti.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2020.


Bibliografia: f. 131-136.
Apêndices: f. 139-148.

1. Arquitetura e mulheres. 2. Mulheres - Resistência. 3. Apropriação do espaço. 4. Espaços públicos com acesso livre. I. Título.

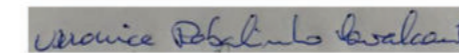
CDU: 711.582-055.2(813.5)

APROVADA em 05/05/2020

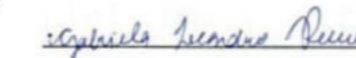
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria
Orientador



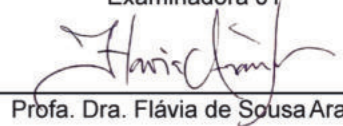
Veronica Robalinho Cavalcanti
Coorientadora



Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira
Examinadora Externa



Profa. Dra. Juliana Michaello Macedo Dias
Examinadora 01



Profa. Dra. Flávia de Sousa Araújo
Examinadora 02

AGRADECIMENTOS

Eu sinceramente não acredito que estou diante do computador escrevendo esta página. É incrível pensar que mais esta etapa, que parecia nunca chegar ao fim, passou tão rápido e agora se finaliza.

Hoje, dia 17/04/2020, concluo este material que foi tão importante na minha construção não só como pesquisadora, mas, sobretudo como ser humano, e como sou grata à **Deus** por ter me conduzido até aqui. À Ele o meu primeiro agradecimento, porque todo o restante brota do Seu Amor, que eu tenho a sorte de ter sido apresentada anos atrás e que, desde então, experiencio e tento colocar em prática.

Mãe, mais esta conquista, agora de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, é nossa! Sem todo o seu apoio, toda a jornada teria sido muito mais difícil. Obrigada por ser meu suporte e por me proporcionar o privilégio de poder me dedicar aos meus estudos de maneira exclusiva. Obrigada por abdicar de tanto para que eu pudesse fazer isso e muito obrigada por acreditar em mim, desde o começo e sei que até o final! Vó, também à senhora quero registrar a minha gratidão. Olhar para a sua trajetória na Educação Pública e na vida, assim como olhar para a da Mainha, é perceber que as mulheres da nossa família carregam com firmeza a certeza que o conhecimento é uma das chaves para a transformação social. Se eu tiver no meu sangue um milésimo da força de vocês, eu já estarei mais que satisfeita! No nome de vocês duas, dona **Aurelina** e **Marta Palmeira**, eu estendo minha gratidão à toda a nossa família, cheia de mulheres que tanto me orgulham.

À **Zezé, Eliane, Valéria, Dona Marta** e **tantas outras mulheres** que compartilharam comigo suas alegrias e dores, eu não tenho como agradecer o suficiente. Este trabalho só nasceu porque vocês foram generosas o bastante para dividir comigo as suas tantas Marcas, dentre elas, as Urbanas. Obrigada por me ajudarem a retirar vendas que nem sabia ter diante meus olhos e me

fazerem enxergar mais de perto o tanto que ainda precisamos trabalhar para alcançarmos a sociedade inclusiva e justa que desejamos. Obrigada por cada uma das suas “*Marcas de Resistência*”. Com esta dissertação me uno à vocês na nossa luta diária pelo nosso direito à cidade. A partir de agora, seguiremos juntas!

Verônica, também à senhora o meu muito obrigada! Obrigada por me conduzir por todo esse longo caminho e por partilhar, com tanta generosidade, o conhecimento que a senhora conquistou durante os anos. Foi um privilégio ter me deixado guiar por alguém assim. Obrigada, obrigada e obrigada! E muito obrigada também ao senhor, **Geraldo**, por topar fazer parte deste caminho. Na minha graduação vocês foram como faróis de inspiração e me senti privilegiada em poder aprender por mais esse tempo com vocês!

À minha banca, composta por mulheres talentosas, inteligentes e inspiradoras, muito obrigada! **Juliana, Flávia** e **Gabriela**, o nosso contato foi rápido, mas suficiente para comprovar o tanto de potência que brota da união de mulheres. Muito obrigada pela dedicação em ler estas páginas, por todas as contribuições e indicações. **Débora**, o meu muito obrigada também à senhora, que me aceitou no Estágio Docência e compartilhou o seu conhecimento e que me apresentou a Zezé e a Eliane. A senhora tem uma grande contribuição nesta pesquisa! E eu tenho é orgulho de dividir a profissão com profissionais como vocês e como tantas outras e outros **professoras/es** que passaram e marcaram o meu caminho. O ofício de ensinar é uma arte e tanto e eu sou grata por ter sido ensinada por cada uma/um.

O meu obrigada também à tantas **pesquisadoras** que abriram o caminho, possibilitando que este estudo fosse elaborado. A cada **autora** que lia aumentava em mim a certeza de que também eu quero exercer esse

ofício cheio de beleza, significado e importância. Por isso, deixo registrado a minha gratidão pela luta de cada travou uma por uma produção de conhecimento mais democrática, que inclui todas as vozes e abre espaço para todos os corpos.

À **Universidade Federal de Alagoas**, à cada uma/um de suas/seus **funcionárias/os**, obrigada! **Ane**, de maneira especial, o meu muito obrigada à você pela dedicação e por sempre salvar a minha vida acadêmica. Eu sei que nem sempre foi uma tarefa tão fácil e por isso mesmo obrigada!

Não poderia deixar de agradecer também ao meu irmão-pai-amigo **Gabriel Marquim**. Gabri, mil vezes obrigada! Eu poderia passar mais páginas do que escrevi nesta dissertação tentando agradecer por ter me apontado o Sentido da minha vida, mas ainda assim não seria o suficiente. Que grande privilégio tem sido ter a minha vida transformada, diariamente, pelo nosso Sonho! Obrigada pelo seu Sim que foi semente para o meu e para cada membro da Comunidade dos Viventes espalhada/o por esse mundo.

À vocês, **minhas irmãs e meus irmãos de Sonho**, também o meu muitíssimo obrigada! Muito obrigada por tanto e por tudo. Obrigada por me ensinarem que “**de nada vale passar pelo mundo como uma brisa fria e sem vida**”. Obrigada por somarem suas vozes à minha para gritarmos juntos uma antiga, mas sempre nova Certeza. Obrigada por se aventurarem a ser como “**tufões, ventos quentes que agitam o mundo**”. Este trabalho nasceu também desse nosso desejo de não passarmos nus pelo mundo.

Alice, Caio, João, Lucianna e Tainá, muito obrigada por me suportarem, em todos os sentidos da palavra. Obrigada por dividirem comigo a nossa Vida Vivente! Vocês são amigas/os-irmãs/os, são família mesmo. Muito obrigada por tanto! De verdade. Aos meus “**melhores (2)**”, mesmo mais distantes, vocês são parte de mim e que alegria eu tenho de

carregá-los comigo por onde eu vou! À minha “**Família S**”, como é bom poder repetir que vocês são de sempre e para sempre! Apesar das divergências, eu sou muito grata por ter tantas mulheres incríveis ao meu lado. Às minhas “**Arquilindas**”, vocês fazem parte dos melhores presentes que o nosso curso me deu e como eu sou feliz por vocês permacerem comigo! Ao meu “**Quarteto**”, quem diria que em algum momento as nossas histórias iriam se cruzar e diminuir as distâncias entre São Paulo/Melbourne, Salvador e Campo Grande/Goslar. O que Muncie uniu, que nem o tempo nem os kms separe! Obrigada por caminharem comigo e por se fazerem presentes.

A lista de pessoas sensacionais que passaram e de alguma forma deixaram sua marca em mim ainda seguiria, mas a página de agradecimentos insiste em chegar perto do fim. Por isso, o meu **muito obrigada a cada uma/um que fez questão de passar, sentar e ficar, mesmo que por breves instantes**. A caminhada até aqui foi mais leve também por conta de vocês!

Por fim, e de forma alguma menos importante, obrigada **às brasileiras e aos brasileiros** por financiaram, mais uma vez, os meus estudos. Sou cria, desde a graduação, da Universidade Pública e reconheço a importância que ela tem na minha história. Obrigada por investirem em mim! Obrigada mesmo. Me comprometo a lutar pela transformação social, assim como minha mãe, minha vó e tantas outras mulheres arretadas que deixaram suas “Marcas de Resistência” na história do nosso Brasil.

#FORABOLSONARO!

“A bandeira vermelha representa a cor do sangue né. A revolução. A luta. Enfim. O vermelho significa que você tá em alerta né. Você num aguenta mais. Num dá pra tá botando um azul, ou um amarelo que representa ouro, por exemplo, né. Enfim. Ou um branco que tá na paz. Você não vai ter paz se você não tem uma casa pra morar, não tem emprego, então você num vai ter paz nunca. É um país que num tem moradia digna, educação de qualidade, trabalho, ele vai viver em guerra. Num tem como. E a guerra, a cor vermelha representa isso”.

(Eliane, uma das protagonistas desta pesquisa, 2019).

“A resistência se faz nas práticas”.

(MORAES, 2010, p. 42)

RESUMO

Os corpos femininos pobres (aqui denominado corpos femininos da resistência) e majoritariamente negros, das maceioenses são aqueles cujas experiências dos espaços livres públicos da capital alagoana são as mais afetados pelas formas de dominação do patriarcado, do capitalismo e do colonialismo. Dentro deste contexto, são esses os corpos que acumulam as Marcas impostas pelo gênero, pela classe social, pela raça e pelos demais marcadores da diferença que interseccionam à sua realidade particular. Em contrapartida, são também essas mulheres as responsáveis por colocarem em prática as “*Marcas da Resistência*”, a partir dos seus modos de apropriação dos espaços livres públicos da cidade de Maceió/AL, e por desenvolverem, conseqüentemente, uma percepção mais atentas às relações existentes entre a configuração espacial desses espaços e as ações de atração/repulsão dos corpos neles. À vista do exposto, esta dissertação tem como objetivo a observação e nomeação tanto das Marcas Urbanas nos espaços livres públicos deixadas pelos corpos femininos da resistência, quanto das Marcas Urbanas nos corpos femininos da resistência provocadas pelas vivências dos espaços livres públicos de Maceió/AL. Para atingir tal objetivo, apoiamos-nos em um projeto metodológico-político-ético que lançou mão da abordagem qualitativa, de viés feminista (em termos de produção de conhecimento) e de inspiração cartográfica, que contribuiu com um posicionamento responsável e crítico-comprometido com as realidades encontradas. Esse encontro foi estabelecido com a aplicação do Método de Observação das Marcas Urbanas (MOMU) desenvolvido para se aproximar das vivências urbanas das mulheres pobres da capital alagoana. As etapas do MOMU estão organizadas em: I) Análise dos Contextos; II) Observação in loco; III) Entrevista Semiestruturada; IV) Lista do Itinerário do Cotidiano; V) Mapas Perceptivos e VI) Caminhada Exploratória e ganharam vida por intermédio das experiências urbanas de Zezé, Eliane e Valéria, três mulheres da resistência residentes nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes. A aplicação do Método de Observação das Marcas Urbanas permitiu observar e nomear, sobretudo, as Marcas Urbanas Emocionais vivenciadas pelas três coautoras da pesquisa, podendo indicar uma possível generalização da realidade experienciada pelas mulheres da resistência nos Conjuntos do bairro em questão. Por fim, esperamos, com este material desenvolvido, contribuir com a ampliação das vozes historicamente silenciadas nestes espaços de produção de conhecimento acadêmico; fomentando o debate das questões apresentadas ainda hoje incipiente.

Palavras-chaves: Corpos Femininos da Resistência; Modos de Apropriação; Espaços Livres Públicos; Marcas Urbanas.

ABSTRACT

The poor - mostly black - female bodies (here called female resistance bodies) of the citizens of Maceió are those whose experiences of public open spaces in the capital of Alagoas are the most affected by the forms of domination of patriarchy, capitalism and colonialism. Within this context, these are the bodies that accumulate the Marks imposed by gender, social class, race and other markers of difference that intersect their reality. On the other hand, these women are also responsible for putting into practice the “Marks of Resistance”, based on their ways of appropriating the public open spaces of the city of Maceió/AL, and for developing, consequently, a more accurate perception of existing relationships between the spatial configuration of these spaces and the actions of attraction/repulsion of the bodies in them. In view of the above, this work aims at observing and naming both the Urban Marks in public open spaces left by the female resistance bodies, and the Urban Marks in female resistance bodies caused by the experiences of public open spaces in Maceió/AL. To achieve this goal, we rely on a methodological-political-ethical project that used a qualitative approach, with a feminist perspective (in terms of knowledge production) and cartographic inspiration, which contributed to a responsible, critical and committed position to the realities found. This encounter was established with the application of the Urban Marks Observation Method (UMOM) developed to approach the urban experiences of poor women in the capital of Alagoas. The UMOM steps are organized in: I) Analysis of Contexts; II) In-site Observation; III) Semi-structured interview; IV) List of Everyday Itinerary; V) Perceptual Maps and VI) Exploratory Walk; and it came to life through the urban experiences of Zezé, Eliane and Valéria, three women of resistance residents of the Projects of Social Interest Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés in the Bedito Bentes neighborhood. The application of the Urban Marks Observation Method allowed observing and naming, above all, the Emotional Urban Marks experienced by the three co-authors of the research, which may indicate a possible generalization of the reality experienced by the women of resistance of the Projects in question. Finally, we hope, with this developed material, to contribute to the expansion of the voices historically silenced in the academic knowledge production space; fostering the debate on the questions presented today, which are still incipient.

Keywords: Female Resistance Bodies; Appropriation Modes; Public Open Spaces; Urban Marks.



SUMÁRIO

16

PONTO DE PARTIDA

- DE ONDE PARTIMOS? UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA DOS CONCEITOS-CHAVE	18
- PORQUÊ PARTIMOS: O PROJETO METODOLÓGICO-POLÍTICO-ÉTICO	24
- NOSSO CAMINHO ADPARTIMOS.....	28

58

2. O MOMU EM PRÁTICA: EU PRATICO, NO SINGULAR

2.1 EU PRATICO: ANÁLISE DOS CONTEXTOS.....	60
2.2 EU PRATICO: OBSERVAÇÃO IN LOCO.....	71

32

1. DO IDEAL À REALIDADE: CONCEPÇÃO, PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS E ADEQUAÇÕES DO MÉTODO DE OBSERVAÇÃO DAS MARCAS URBANAS

1.1 ANÁLISE DOS MÉTODOS VIGENTES DE OBSERVAÇÃO DA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PELAS MULHERES EM VIGÊNCIA.....	33
1.2 A CONCEPÇÃO DO MÉTODO DE OBSERVAÇÃO DAS MARCAS URBANAS: O MODELO.....	42
1.3 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS, DIFICULDADES E ADEQUAÇÕES: O MÉTODO DE OBSERVAÇÃO DAS MARCAS URBANAS E A REALIDADE.....	49

94

3. O MOMU EM PRÁTICA: ELAS PRATICAM, NÓS PRATICAMOS

3.1 QUEM SÃO OS TRÊS OLHARES QUE SOMAM?.....	96
3.2 NÓS PRATICAMOS: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA.....	99
3.3 NÓS PRATICAMOS: LISTAS DOS ITINERÁRIOS DOS COTIDIANOS.....	106
3.4 NÓS PRATICAMOS: MAPAS PERCEPTIVOS.....	110
3.5 NÓS PRATICAMOS: CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS.....	115

122

PONTO DE CHEGADA (OU SERIA UMA NOVA PARTIDA?)

130

REFERÊNCIAS

138

APÊNDICES

APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E).....	139
APÊNDICE B: TERMOS DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E LIVRE ASSINADOS.....	142
APÊNDICE C: MATERIAL DA DINÂMICA INTERATIVA LISTA DO ITINERÁRIO DO COTIDIANO.....	145
APÊNDICE D: MATERIAL DA DINÂMICA INTERATIVA CAMINHADA EXPLORATÓRIA.....	146
APÊNDICE E: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	147

149

ALGUNS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: QUADRO 1 - TABULAÇÃO DOS SEIS MÉTODOS SELECIONADOS.....	36
FIGURA 02: QUADRO 2 - TABULAÇÃO DOS SEIS MÉTODOS E SEUS GRAUS DE RELEVÂNCIA.....	40
FIGURA 03: QUADRO 3 – QUADRO INDIVIDUAL: TABULAÇÃO DO PROCEDIMENTO ANÁLISE DOS CONTEXTOS	43
FIGURA 04: QUADRO 4 - QUADRO INDIVIDUAL: TABULAÇÃO DO PROCEDIMENTO OBSERVAÇÃO IN LOCO.....	44
FIGURA 05: QUADRO 5 - QUADRO INDIVIDUAL - TABULAÇÃO DO PROCEDIMENTO LISTA DO ITINERÁRIO DO COTIDIANO.....	46
FIGURA 06: QUADRO 6 - QUADRO INDIVIDUAL - TABULAÇÃO DO PROCEDIMENTO MAPAS PERCEPTIVOS	47
FIGURA 07: QUADRO 7 - QUADRO INDIVIDUAL - TABULAÇÃO DO PROCEDIMENTO CAMINHADA EXPLORATÓRIA.....	50
FIGURA 08: QUADRO 8 – QUADRO INDIVIDUAL: TABULAÇÃO DO PROCEDIMENTO GRUPOS DE DISCUSSÃO/CONVERSAS TEMÁTICAS....	52
FIGURA 09: QUADRO 9 - CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS VISITADOS EM MACEIÓ, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DO RECORTE ESPACIAL.	53
FIGURA 10: MAPAS (A) LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE; (B) LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ; (C) LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO BENEDITO BENTES E (D) LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DEGRADADOS.....	60
FIGURA 11: MAPA DO BAIRRO BENEDITO BENTES COM DESTAQUE PARA A INSERÇÃO DOS CONJUNTOS OBSERVADOS NAS REGIÕES PLANAS DO RELEVO. IMAGENS AÉREAS DOS CONJUNTOS (E) PARQUE DOS CAETÉS; (F) JOSÉ APRÍGIO VILELA E (G) PROF. PAULO BANDEIRA.	65
FIGURA 12: GRÁFICO 1 - FLUXO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA DE CRIANÇAS E JOVENS DA UDH VALES DO BENEDITO, EM 2010.....	68
FIGURA 13: Gráfico 2 - ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS – UDH VALES DO BENEDITO - 2010.....	68
FIGURA 14 – A JANELA DEMONSTRA UMA PAISAGEM QUE SE MODIFICA AO PASSO QUE ME DESLOCO PELA CIDADE.....	72
FIGURA 15 – LOGO APÓS A LADEIRA ÍNGRIME A PORTA DE ENTRADA DO CONJUNTO: A ECOVIA NORTE INACABADA	76
FIGURA 16 - O PADRÃO FORMAL E VISUAL DAS RUELAS DO APRÍGIO: QUADRAS EXTENSAS, CASAS TÉRREAS GEMINADAS E A AUTOCONSTRUÇÃO	77
FIGURA 17 - AS RUELAS E SEUS LIMITES COM O REVELO E SUAS INCLINAÇÕES ÍNGRIMES E VEGETAÇÕES DESCUIDADAS	77
FIGURA 18 – A OBRA, AS CRIANÇAS E A ESPERA.....	79
FIGURA 19 - A OCUPAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE INACABADO E SUAS/ SEUS MORADORAS/ES NO SEU INTERIOR.....	79
FIGURA 20 - MENINOS, AS TRAVES DE SANDÁLIA E UMA BOLA NOS PÉS.	79
FIGURA 21 - MENINOS EM GRUPO, ANDANDO DESPREOCUPADOS E DESCONTRAIDAMENTE.....	79
FIGURA 22 – DOIS EM UM: A HABITAÇÃO E O COMÉRCIO.....	80
FIGURA 23 - O CAMINHO ALTERNATIVO, O MENINO E O LIXO.....	82
FIGURA 24 – SERIAM OS ADESIVOS POLÍTICOS AS ÚNICAS FORMAS DA PRESENÇA DO GOVERNO?.....	83
FIGURA 25 - UM PORTAL DE VOLTA AOS PRIVILÉGIOS.....	84

FIGURA 26 - TIPOLOGIA DAS HABITAÇÕES: CASAS SOBREPOSTAS E HORIZONTAIS.....	86
FIGURA 27 - INTERVENÇÃO NA ÁREA FRONTAL DAS UNIDADES HABITACIONAIS TÉRREAS.....	86
FIGURA 28 - AMPLITUDE DAS RUAS ADJACENTES E DAS CALÇADAS, COM O DESTAQUE PARA A QUADRA DE ESPORTES	87
FIGURA 29 - EXEMPLO DE UM DOS PLAYGROUNDS DO PARQUE DOS CAETÉS.	88
FIGURA 30 - BARREIRA FÍSICA E LEMBRETE DO ISOLAMENTO DO RESTANTE DA CIDADE	89
FIGURA 31 - A PREDOMINÂNCIA DO PISO DE TERRA BATIDA.	89
FIGURA 32 - A SUBVERSÃO E SUAS CORES.	90
FIGURA 33 - QUESTÕES DOS DOIS PRIMEIROS BLOCOS TEMÁTICOS DO ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	100
FIGURA 34: PROTAGONISTA ZEZÉ VIVENCIANDO A ETAPA DO MAPA PERCEPTIVO.....	111
FIGURA 35: MAPA PERCEPTIVO DA ZEZÉ.....	111
FIGURA 36: PROTAGONISTA ELIANE VIVENCIANDO A ETAPA DO MAPA PERCEPTIVO.....	112
FIGURA 37: MAPA PERCEPTIVO DA ELIANE.....	112
FIGURA 38: PROTAGONISTA VALÉRIA VIVENCIANDO A ETAPA DO MAPA PARTICIPATIVOTIVO	113
FIGURA 39: MAPA PERCEPTIVO DA VALÉRIA.....	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DADOS SOBRE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE RELACIONADOS À UDH VALES DO BENEDITO – 2000 E 2010.....	69
TABELA 2 - VALORES SOBRE A CATEGORIA DE TRABALHO DA UDH VALES DO BENEDITO – 2000 E 2010.....	70
TABELA 3 - ALGUNS INDICADORES DE VULNERABILIDADES SOCIAIS DA UDH DO VALES DO BENEDITO, MACEIÓ – 2000 E 2010.....	70

P ONTO DE PARTIDA

Ao partir do fato que “homens e mulheres possuem **diferentes relações** com o espaço urbano, construídas por intermédio das relações sociais, atravessadas por **construções de gênero**” (ORNAT; SILVA, 2007, p. 183, grifo nosso), nos deparamos com a realidade atual das cidades brasileiras que se apresenta (de)formada pelas três formas de dominação criticadas pelo sociólogo Boaventura Souza Santos (2018): do patriarcado, do capitalismo e do colonialismo.

Neste sentido, este estudo é construído tendo como uma de suas bases a constatação de uma iniquidade do acesso à cidade entre homens e mulheres, imposta pela lógica do patriarcado, que institui o gênero como uma construção social, na qual os “papéis culturais e as expectativas de comportamento” (SILVA, 2007, p.121) são defendidos como advindos do nascimento e, por isso, atribuídos ao sexo.

Ao mesmo tempo, no longo caminho trilhado durante a pesquisa, cruzamos com diversas autoras negras, latino-americanas, pós-estruturalistas, feministas e nordestinas, entre outras, que auxiliaram na percepção da necessidade de “problematizar as relações de poder e desigualdades para além do binarismo homens e mulheres” (SILVA, 2018a, p.13).

Tal movimento de problematização instigou questionamentos sobre a universalidade da categoria ‘mulher’; sobre os diferentes modos de apropriação dos espaços livres públicos que se originam a partir da intersecção dos “marcadores da diferença”¹ (COLLINS,

1997, p. 378, tradução nossa) do gênero e da classe²; como também sobre a possibilidade real de haver uma “simples ‘epistemologia mestre’ [que] possa julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais” (ALCOFF, 2016, p. 131).

Nesta perspectiva, buscamos construir um aporte teórico que partisse do gênero como “categoria de análise política e social” e que se valesse dele para compreender o “processo de transformar as diferenças em desigualdades” (SILVA, 2018a, p. 19). Dentro do contexto das desigualdades que surgem desse posicionamento, aquelas que nos norteiam são as que envolvem o acesso das mulheres maceioenses pobres (em termos escassez de recursos financeiros) ao direito à cidade, sobretudo no que tange a experiência urbana delas nos espaços livres públicos da cidade de Maceió/AL.

Em vistas de compreender a atuação dos *marcadores da diferença* de gênero e classe em relação nas dinâmicas urbanas, propusemos um estudo sobre os **modos de apropriação dos espaços livres públicos pelas mulheres pobres com** residentes do bairro Benedito Bentes, na capital alagoana. Diversas perguntas orientaram a elaboração desta pesquisa, sendo as principais as que indagavam sobre as vivências dos corpos femininos³ pobres nos espaços livres públicos excludentes, sexistas, machistas e racistas da cidade de Maceió/AL; e sobre as relações entre o desenho urbano dos espaços livres públicos e as ações de atração/repulsa dos corpos femininos pobres neles.

Assim, como **objetivo geral** temos a busca por encontrar

¹ Expressão que abarca as categorias ou grupos sociais, como gênero, classe social, raça/etnia, entre outras de maneira a assumir uma postura crítica a tais construções sociais impostas pela estrutura social hegemônica patriarcal, capitalista e racista.

² A categoria social ‘raça’ também aparecerá como um marcador de diferença no momento dos resultados, mas a princípio, não foi tomada como critério definidor do recorte da pesquisa.

³ Este termo será utilizado no universo da pesquisa para se referir aos corpos cis gênero do sexo feminino.

respostas a esses questionamentos, tendo enfoque na observação e nomeação tanto das Marcas Urbanas nos espaços livres públicos deixadas pelos corpos femininos marginalizados, quanto das Marcas Urbanas nesses corpos femininos provocadas pelas vivências dos espaços livres públicos.

A temática central da análise dos espaços livres públicos sob as perspectivas de gênero e classe foi escolhida por abordar questões pouco exploradas até o momento. Por isso, a relevância acadêmica se dá pelo preenchimento de lacunas referentes, principalmente, à qualidade das experiências urbanas das mulheres pobres maceioenses e das relações existentes entre a configuração espacial dos **espaços livres públicos** e os **corpos femininos pobres** que o vivenciam.

Por ser um campo teórico que vem sendo constituído recentemente - sobretudo em termos da articulação das temáticas propostas por meio de uma lógica interseccional -, estabeleceremos, de maneira breve, uma revisão da literatura do que tem sido produzido para uma maior compreensão acerca dos conceitos-chave trabalhados de **gênero, modos de apropriação e espaços livres públicos**.

DE ONDE PARTIMOS? UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA DOS CONCEITOS-CHAVE

Começamos por definir o conceito-chave entendido como “ponto de entrada para entender a exclusão nas cidades”: o gênero (JAGORI, 2010, p.03). De acordo com as três formas de dominação (SOUZA SANTOS, 2018) supracitadas, podemos afirmar que o

patriarcado instaurou a naturalização das divisões de condutas baseadas nas características biológicas dos seres humanos, nas quais coube ao homem a virilidade, força e coragem; enquanto sobre a mulher¹ recaíram as necessidades de performar a delicadeza, o cuidado e a fragilidade (VIANNA, 2014).

De acordo com Danièle Kergoat (2009, p.67), essa determinação dos comportamentos constituiu, na transição para o capitalismo, a “divisão sexual do trabalho”. As atividades foram então **separadas e hierarquizadas** tendo como balizador o sexo dos indivíduos, ou seja, utilizou-se o discurso de que existem trabalhos para homens e outros para mulheres, e que os destes valem mais que os daquelas (idem, 2009). A partir desse momento, instalou-se uma nova lógica patriarcal que se baseava tanto na “exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens”, quanto na “mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017, p. 26) para alimentar o sistema econômico vigente.

Neste raciocínio, a *divisão sexual do trabalho* define a valorização do trabalho produtivo (do homem) em detrimento ao reprodutivo (da mulher) e hierarquiza essas relações, uma vez que “pela lógica do capital, o trabalho reprodutivo não cria nem agrega valor” (VIANNA, 2014, p. 23). Concomitantemente, a separação dos papéis evidencia que ambos os grupos sociais

¹ Vale pontuar que esta generalização da categoria social complexa “mulher” se refere prioritariamente as mulheres brancas, pois das mulheres negras eram esperados o desempenho de características que correspondem aos trabalhos braçais que desempenhavam. No entanto, a generalização será feita, inicialmente, para tratar das divisões do trabalho destacando o desempenho dos trabalhos domésticos e reprodutivos, que ficava (e permanece) sobretudo a cargo das mulheres.

passam a desempenhar espacialidades distintas baseadas no discurso naturalista de seus comportamentos, sendo uma das consequências da *divisão sexual do trabalho* a **divisão da vivência das esferas do público e do privado** (ORNAT; SILVA, 2007).

Dentro deste contexto de relações de poder e dominação (KERGOAT, 2009), constituiu-se um cenário de desigualdade de gênero, no qual a divisão assimétrica do trabalho entre os sexos colocou (e ainda coloca) a carga da mulher a responsabilidade maior (e por vezes exclusiva) pela manutenção da família, no tocante à educação e ao cuidado dos entes e da casa, restringindo-a, desta maneira, à **esfera privada** do lar.

A separação e hierarquização dos trabalhos atuou também na negação do acesso das mulheres à **esfera pública**. Isso culminou em um impacto negativo na sua posição como sujeito político, posto que, de acordo com Fabíola Lessa Vianna (2014, p. 25), o “espaço público é considerado o espaço político por excelência”, sendo também o local das mais diversas formas de sociabilidade (FARIA, 2001). Como consequência, tal restrição privou as mulheres dos debates e das tomadas de decisões políticas no decorrer da história da humanidade.

Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de espaços livres públicos que apartam a presença dos corpos femininos, visto que ainda hoje eles são projetados², majoritariamente, por homens, tendo como escora uma lógica masculina dos usos e fluxos. Tal lógica machista de produção do espaço urbano desconsidera, por exemplo,

² Vide números da pesquisa do grupo de pesquisa MEP, intitulada “*A participação das mulheres nos processos de planejamento da cidade do novo milênio: O caso de Maceió – AL*”, da Universidade Federal de Alagoas. A pesquisa conta com o levantamento do quantitativo de homens e mulheres nos cargos de planejamento da cidade de Maceió/AL, como também os cargos de chefia, e é um indicativo das desigualdades em relação a quem auxilia na construção da cidade.

a “assimetria relacionada às características de deslocamento como: motivo de deslocamento, destino de deslocamento e intensidade de deslocamento” (ORNAT; SILVA, 2007, p.182), e desfavorece, sobretudo, as experiências urbanas femininas quando consideramos a dicotomia homem *versus* mulher.

Pelo exposto, podemos afirmar que a permanência³ do patriarcado na estrutura social brasileira, que passou a servir de aliado na manutenção do sistema capitalista⁴, impõe como uma das suas consequências a realidade de que, ainda hoje, **as mulheres não vivenciam a esfera pública da mesma maneira que os homens** (VIANNA, 2014). Por outro lado, mesmo sendo esse um cenário real, autoras pós-estruturalistas como a historiadora feminista Joan Scott (2005 *apud* PELÚCIO, 2012, p. 405, grifo nosso) nos propõem estabelecer uma análise crítica sobre ele, no sentido de sinalizarem que

se a diferença entre os sexos, por um lado, era [e segue sendo] politicamente potente por ser capaz de apontar para uma **experiência subjetiva comum** entre as mulheres, por outro essencializava [e essencializa] essa percepção e dificultava [e dificulta] a problematização das diferenciações **entre** as mulheres. A igualdade, por sua vez, com sua reivindicação por paridade e equidade, comprometia [e compromete] essas mesmas diferenças das quais eu falava há pouco, **não reconhecendo as estruturas de dominação** que estavam [e permanecem] ali implicadas.

³ “A dominação da mulher pelo homem é historicamente anterior ao capitalismo e frequentemente lhe sobrevive” (SAFFIOTI, 1969 *apud* GONZAGA, 2004, p. 18).

⁴ “O patriarcado (supremacia masculina) proporciona a ordenação sexual hierárquica da sociedade para o controle político e como um sistema político não pôde ser reduzido à sua estrutura econômica; enquanto o capitalismo como sistema econômico de classes, impulsionado pela busca de lucros, alimenta a ordem patriarcal. Juntos eles formam a economia política da sociedade, não unicamente um ou o outro, mas uma combinação articular dos dois” (EISENSTEIN, 1978, *apud* SAFFIOTI, 1984, p. 05).

A partir desse posicionamento, estabelecemos o argumento de que a vivência do espaço livre público, acontece “como produção simultânea de **subjatividades marcadas**” (SILVA, 2018b, p. 105, grifo nosso) e não por categorias universais, como é o caso da categoria ‘mulher’ discutida até agora. A ideia de universalidade do termo ‘mulher’¹, que surge da lógica colonial, limita o “sujeito feminino à identidade de gênero, ignorando completamente as identidades de classe e etnia” (MOHANTY, 2008, p.12, tradução nossa).

Assumir uma postura de negação à universalidade do sujeito feminino é defender que, somado ao patriarcado e ao capitalismo, o colonialismo “cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles” (ALCOFF, 2016, p. 137), instaurando, pelo poder, uma “estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros” (RIBEIRO, 2019, p. 31).

Neste sentido, esta pesquisa busca se comprometer com um projeto de descolonização epistemológica quando visa ampliar o espaço de algumas das identidades que “têm sido silenciadas e desautorizadas epistemicamente” ao destacar a importância de compreender que “experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento” (ALCOFF, 2016, p. 136).

Destarte, para nos aproximar das “vozes silenciadas e [dos] corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo” (CARNEIRO, 2003, p. 118), que compõem os corpos femininos pobres residentes do bairro Benedito Bentes

¹ “Mulher”, um composto cultural e ideológico do Outro construído através de vários discursos representacionais (científico, literários, jurídicos, linguísticos, cinematográficos etc) e “mulheres”, sujeitos reais e materiais, a partir de suas próprias histórias coletivas” (MOHANTY, 2008, p. 02).

protagonistas desta pesquisa, foi necessário lançar mão da ferramenta da interseccionalidade. Por corroborarmos com a definição de Raquel Platero (2014, p. 81, tradução nossa, grifo nosso), entendemos a

interseccionalidade como um processo que contribui para gerar consciência sobre **como diferentes fontes estruturais de desigualdade** (ou “organizadores sociais”) mantêm relações recíprocas. É um enfoque que sublinha que o gênero, a etnia, a classe ou a orientação sexual, como outras categorias sociais, longe de serem “naturais” ou “biológicas”, **são construídas e estão interrelacionadas.**

Dessa maneira, ao levarmos em conta a existência de uma “matriz de dominação” (BAIRROS, 1995, p.461 *apud* RIBEIRO, 2019, p. 71), suportamos a lógica de que as *fontes estruturais de desigualdade* que transpassam um indivíduo, como gênero, classe e raça, “se entrecruzam gerando formas diferentes de experienciar opressões”. Assim, por exemplo,

uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona **um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista.** Raça, gênero, classe social e orientação sexual, reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua **multidimensionalidade** (BAIRROS, 1995, p.461 *apud* RIBEIRO, 2019, p. 71, grifo nosso).

Assim, nos últimos meses, esses *marcadores da diferença* se tornaram mais visíveis e concretos para mim, ao passo que eles iam ganhando nomes, rostos e histórias. Esse meu “despertar” para uma realidade antes acessada superficialmente, contribuiu na comprovação de que, de fato, as categorias sociais de gênero e

classe (e raça) trabalham como retroalimentadores das “opressões estruturais [que] impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito a fala, à humanidade” (COLLINS, 1997 *apud* RIBEIRO, 2019, p.67). Neste sentido, a pergunta de Djamila Ribeiro (2019, p. 77) aborda um dos pontos-chaves dessa dissertação, quando indaga que “dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar?”.

A figura desse sujeito que tem sua fala autorizada vem rapidamente à mente: é a de um “homem, branco, cis e heterossexual” (RIBEIRO, 2019, p. 77), de classe média/alta. No entanto, dos grupos sociais silenciados por décadas, encontramos dentre muitos outros, as protagonistas deste estudo: as **mulheres pobres maceioenses**, entendidas então como seres humanos marcados pelas construções sociais do gênero e por sua classe social, apresentando ainda, majoritariamente, um tom de pele específico em seus corpos femininos marginais: o negro.

Compreender o fato de que “as experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizado” (RIBEIRO, 2019, p. 63) me causou choque e indignação. Logo tais sentimentos se transformaram em um desejo de (dar a) conhecer os “lugares de potência”² (idem, p. 75) advindos desses “saberes localizados” de um “algum lugar” descoberto como diferente do meu (HARAWAY, 1995, p. 18; 35).

Por isso, a partir de agora, as mulheres protagonistas desta

² No sentido desse *locus* social ocupado pelos mulheres marginalizadas promover não somente indivíduos oprimidos que possuem contradiscursos à lógica imposta, mas, sobretudo, novas configurações “do mundo por outros olhares e geografias” (RIBEIRO, 2019, p. 75).

pesquisa, denominadas até o momento de mulheres pobres, termo que se refere aos marcadores da diferença que interseccionam seus corpos e impactam nas suas vivências urbanas, serão tratadas como mulheres da resistência. A nova expressão propõe reconhecer a realidade vivenciada por essas mulheres, mas sobretudo enautecer as pontecialidades dessas mulheres, que subvertem a realidade imposta e buscam estabelecer novas narrativas proveniente dos seus *locus* sociais.

Embora o conceito de *saberes localizados* seja proposto por Donna Haraway (1995) como entendimento do *locus* social de cada indivíduo, e trate, sobretudo, da sua utilização como defesa de uma postura crítica perante a produção do conhecimento científico; neste primeiro momento, o empregaremos para situar espacialmente as nossas protagonistas e assim definir os outros dois conceitos-chave empregados: os i) **modos de apropriação** dos ii) **espaços livres públicos**.

Dentro da lógica capitalista de produção da cidade, partimos da consideração de que o espaço da urbe “é produto social e as ações dos grupos e/ou indivíduos são elementos integrantes do processo de produção e apropriação” desse espaço (ORNAT; SILVA, 2007, p. 177). Ao controlar a produção e apropriação dos espaços urbanos, os “blocos históricos hegemônicos” (SILVA; GOMES; LOPES, 2014, p. 192), cujo gênero, classe social e raça são bem definidos, estabelecem a segregação territorial quando incentivam a separação das diferentes classes sociais em regiões distintas da cidade (VILLAÇA, 2001).

Neste seguimento, as classes dominantes detentoras do capital, tendem a instalar-se nos territórios valorizados pelo mercado

imobiliário, cuja geografia e a infraestrutura são adequadas para construção. Sobram, então, aos menos favorecidos a ocupação de áreas ilegais e impróprias (por seus níveis de periculosidade) como as margens insalubres, as encostas com inclinações elevadas e as ravinas (grotas) invisibilizadas, como é o caso da cidade de Maceió/AL (IBAM/SMHPS, 2005). Ou ainda aquelas áreas de pouco valor para o sistema capitalista, como é o caso daquelas onde alguns Conjuntos Habitacionais de Interesse Social são instalados, correspondentes, em grande parte, às periferias longínquas das cidades, distante das centralidades e sem a infraestrutura básica necessária para uma moradia digna.

No contexto da exclusão territorial, apoiado nos valores do patriarcado, do capitalismo e do colonialismo, ao levarmos em consideração a interseccionalidade do gênero e da classe, torna-se “possível afirmar que as mulheres [da resistência] são mais vulneráveis à segregação socioespacial” (SILVA; GOMES; LOPES, 2014, p.192). Ao serem atravessados por essas formas de dominação e opressões, os corpos femininos da resistência são determinados como

território que está em jogo, a ser ocupado, concebido como mercadoria apropriada, percebida como disponível; mas também como teoria política, como lugar para exercer direitos e resistir à violência: o corpo como resistência (FALÚ, 2009 *apud* COL. LECTIU PUNT 6, 2017, p.16, tradução nossa).

Diante do cenário apresentado, é correto afirmar que ao impor às mulheres da resistência uma dupla (ou até tripla) jornada de trabalhos tanto reprodutivos, como produtivos (posto que uma grande parcela assume a posição de chefe e provedora da família), estabelece-se, por tabela, os corpos que serão mais afetados

pela carência na infraestrutura das cidades, pois são elas, que por exemplo, “gastam uma quantidade considerável de **tempo e energia** acessando serviços essenciais, como água e saneamento” (JAGORI; WICI, 2010, p. 14, tradução nossa, grifo nosso).

No entanto, não só o acesso aos serviços essenciais, mas também a vivência dos **espaços livres públicos** das cidades são impactados pela localização dos indivíduos na *matriz de dominação*. Ou seja, nos espaços da urbe entendidos como “fragmentos significativos que caracterizam o cotidiano das cidades e estruturam um organismo complexo composto por intrincadas redes de relações” (FIGUEIREDO, 2013, p.18), existem corpos historicamente em desvantagem, que são “incapazes de acessar o que a cidade tem para oferecer, afetando assim sua qualidade de vida” (JAGORI, 2010, p.03, tradução nossa).

A escolha da observação da vivência das mulheres da resistência a partir de “todo espaço não ocupado por um volume edificado” (MAGNOLI, 2006, p.179) se deu, portanto, por compreender a participação fundamental desses espaços nos “complexos processos de reprodução da vida” humana, bem como de reprodução da sociedade (FARIA, 2009, p.02). Desse modo, analisar as experiências urbanas dos corpos femininos da resistência pela configuração espacial dos espaços livres públicos, e, paralelamente, por sua qualidade, é se propor a analisar as relações estabelecidas que garantem ou não a qualidade de vida urbana, posto que são neles que acontecem as “práticas de apropriação real e simbólica” da vida cotidiana (FARIA, 2009, p.05).

Por este ângulo, estabelecer uma ideia relacional entre a

qualidade de vida urbana e as experiências urbanas das mulheres se faz possível, uma vez que quando uma área é considerada por ela segura, agradável e acessível, ela o é para todos os demais grupos sociais (UN-HABITAT, 2007, tradução nossa). Assim, entender que a “configuração espacial e do planejamento urbano não criam violência ou outras formas de agressão [como a ausência de acessibilidade, por exemplo], mas criam um ambiente que oferece maiores ou menores oportunidades de violência” (UN-HABITAT, 2007, p.03 tradução nossa), é compreender tanto a importância dos espaços livres públicos na vida cotidiana dos indivíduos, como da percepção das mulheres desses espaços.

Assim, embora as características físicas dos espaços livres públicos sejam determinantes na percepção de segurança (COL. LECTIU PUNT 6, 2017, p. 41, tradução nossa, grifo nosso), se faz preciso ressaltar que essa

é condicionada pela diferença que existe entre o tipo de violência que as pessoas podem sofrer, **dependendo** de sexo, gênero, idade, origem etc. Como diz Teresa del Valle (2006), o medo, como a segurança, tem **diferentes referências e significados** para homens e mulheres. O medo ou a percepção de insegurança das mulheres é marcado pela violência exercida em nosso corpo sexuado e determina em grande medida como as mulheres vivem em diferentes espaços, seja doméstico, comunitário ou público.

Nesta sequência, o fato de os corpos femininos da resistência serem marcados pelas lógicas do patriarcado, do capitalismo e do colonialismo, resulta, por vezes, no cerceamento de suas liberdades de ir e vir e nos “seus comportamentos influenciados pelo

aumento do senso de vulnerabilidade em relação a sua segurança” (JAGORI; WICI, 2010, p. 03, tradução nossa). Como resposta, as mulheres desenvolveram “maneiras de fazer” (DE CERTEAU, 1998, p.41) subversivas, a partir do momento que se depararam com a necessidade de possuir uma percepção aguçada sobre os “aspectos do ambiente construído que podem oferecer oportunidades para crimes e criminosos e mais sensíveis aos riscos e insegurança” (UN-HABITAT, 2007, p.03, tradução nossa).

À face do exposto, se demonstra a importância de analisar os **modos de apropriação** das mulheres da resistência, sendo eles uma alusão às “relações socioespaciais produzidas pelo **uso**, nas **práticas cotidianas** que conformam o plano do vivido e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas” (SOBARZO, 2006, p. 103, grifo nosso). Neste plano do vivido, surge a possibilidade de uma ação de controle social, no qual são estabelecidas condutas de coerção e dominação que partem desde aspectos simbólicos a materializações concretas na configuração dos espaços livres públicos (LEFEBVRE, 1992, *apud* SOBARZO, 2006).

No contexto de controle social, segundo Henri Lefebvre (1975 *apud* SOBARZO, 2006), ao depender do modo de apropriação escolhido, pode ser estabelecido o confronto da realidade imposta, por meio da proposição de possibilidades de subversão que visem a transformação e a mudança dos paradigmas sociais existentes (CARLOS, 1996; SOBARZO, 2006). Nesta lógica, surgem oriundas da utilização da criatividade, as “táticas cotidianas” que nascem das necessidades do dia a dia e que constituem as “redes de antidisciplina” que propõem resistência, por constituírem “as mil práticas pelas quais

usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção cultural” (DE CERTEAU, 1998, p.41-42).

É preciso atentar, no entanto, que a subversão não é vivenciada por todas e todos. O pressuposto de que ela exista é a existência de um padrão imposto a beneficiar um grupo social ou alguns poucos grupos detentores de poder. Dessa maneira, fica mais uma vez evidente que há nos espaços livres das cidades os corpos que oprimem e usufruem do modelo estabelecido por seus semelhantes e há aqueles que resistem e lutam.

Por fim, a construção dessa breve revisão da literatura nos permite nomear quais são esses corpos da subversão e da resistência, tendo eles gênero e classe bem definidos, além de, na maioria das vezes, uma cor característica. Todo o exposto embasa a escolha do espectro que situamos a amostragem populacional desta pesquisa: os corpos femininos das maceioenses da resistência. São nos espaços livres públicos da cidade de Maceió/AL que esses corpos são expostos aos padrões impostos e são marcados por eles, e é por meio dos seus modos de apropriação desses espaços que elas deixam suas marcas de subversão e resistência.

PORQUÊ PARTIRMOS: O PROJETO METODOLÓGICO-POLÍTICO-ÉTICO

Após apresentarmos o aporte teórico empregado, abordaremos o projeto metodológico escolhido que corroborou no estabelecimento dos posicionamentos éticos e políticos aqui defendidos. O projeto metodológico-político-ético é, portanto, baseado em uma **abordagem qualitativa** de pesquisa, a partir de um **viés feminista** - no sentido de produção do conhecimento -, na qual a pesquisadora se utiliza de uma **inspiração cartográfica**.

Ao defendermos o “caminho do pensamento” (HABERMAS, 1987 *apud* MINAYO; SANCHES, 1993, p. 240) qualitativo, queremos destacar que “é no campo da subjetividade e do simbolismo” que a pesquisa acontece, onde o material a ser investigado é a “palavra que expressa a fala cotidiana” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244-245). De acordo com Maria Cecília Minayo e Odécio Sanches (1993, p. 245), a abordagem qualitativa deve ser utilizada para “a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis”, por conta do seu grau de complexidade e assim sendo, são recomendados estudos com pequenos grupos populacionais.

Dessa maneira, a fala

torna-se reveladora de **condições estruturais**, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em **condições históricas, socioeconômicas e culturais** específicas (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245, grifo nosso).

Nesta perspectiva, é possível considerar a questão da

representatividade da “fala individual em relação a um coletivo maior” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245), por considerar os efeitos da universalização e da particularização, posto que “essa identidade singular é tomada como amostra da continuidade de seu grupo” (SAPIR, 1967, p. 90, *apud* MINAYO; SANCHES, 1993, p. 248).

Logo, determinar o nosso projeto metodológico a partir de uma **abordagem qualitativa de viés feminista**, implica em dizer que há um comprometimento com a transformação social, quando nos preocupamos com “o resgate da experiência feminina, o uso de linguagens não sexistas e com o empoderamento dos grupos minoritários” (RODRIGUÊS, 2013, p.65). Além disso, em termos de produção de conhecimento científico, o caráter feminista se propõe a refutar as noções de “objetividade, de verdade e de neutralidade” da maneira que são propostas pelos grupos hegemônicos presentes no meio acadêmico (RODRIGUÊS, 2013, p.64).

Quando nos propomos a discutir sobre **os modos de apropriação das mulheres da resistência maceioenses nos espaços livres públicos de Maceió/AL** e admitimos que a “manifestação das opressões é sempre situada, relacional e mutável, da mesma maneira que a produção do espaço” (SILVA, 2018b, p.105, grifo nosso), o que queremos é estabelecer um (e pôr-se em) movimento em prol da defesa da “produção teórica como uma prática social” (HOOKS, 2013, p.94).

Neste ponto de vista, bell hooks¹ (2013, p. 93) assegura que

¹ Segundo Natália Silva (2018b, p. 15) “bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, intelectual estadunidense fundamental para a elaboração do feminismo negro. hooks adota a postura política de escrever seu nome em minúsculas para afirmar que o conteúdo de sua obra é mais importante que sua figura. Em respeito a sua postura, esse trabalho grifa seu nome em minúsculas”.

se faz necessário teorizar sobre a realidade para tentar “compreender tanto a natureza da nossa situação atual quanto os meios pelos quais podemos nos engajar coletivamente numa resistência capaz de transformar nossa realidade”². Por isso, nos propomos a implementar uma “perspectiva crítica-comprometida” (SILVA, 2018b, p. 17), nos posicionando contra as “doutrinas ideológicas da objetividade científica descorporificada” (que acentuam as hierarquias de poder); e defendendo, na contramão do que está padronizado na academia³, a “objetividade corporificada” (HARAWAY, 1995, p.09; 18).

Para a autora, essa objetividade se caracteriza como feminista e só é possível por meio de “saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18), que por admitirem a real limitação e parcialidade, assumem a responsabilidade na produção do conhecimento considerado científico. Neste sentido, pela busca de uma escrita feminista, no sentido de ser responsável política e eticamente, estabelecemos, em concordância com Donna Haraway (1995, p. 35, grifo nosso), que

o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em **algum lugar em particular**. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como **racionalidade posicionada**. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a **junção de visões parciais** e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de **meios de corporificação finita continuada**, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar.

Partindo dessa linha de raciocínio, compreendemos a necessidade de definir esse tal “algum lugar” de onde estaremos

² No contexto da autora trata-se da realidade das afro-americanas e suas lutas pela libertação da mulher negra, mas que cabem no cenário aqui delineado.

³ Uma produção com discurso “branco, europeu, masculino como se fosse universal” (SILVA, 2018b, p. 17).

localizadas(os) para observar (e trocar sobre) as vivências urbanas das mulheres da resistência residentes nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social do bairro Benedito Bentes na cidade de Maceió/AL. Assumir o *locus* social se faz importante porque marca um posicionamento que argumenta que esse “lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2018, p. 69), e refuta, conseqüentemente, a universalidade estabelecida como única prática discursiva possível (COLLINS, 1997; ALCOFF, 2016).

Por isso, somamos à premissa da escolha pela prática do *conhecimento situado ou saberes localizados* (HARAWAY, 1995) à *teoria do ponto de vista*, uma vez que essa é trabalhada por Patrícia Hill Collins (1997) como uma noção que propõe que os grupos sociais partilham de experiências semelhantes com base em suas localizações nas “relações hierárquicas de poder” (idem, p.378, tradução nossa). Ao argumentar isso, Collins (idem, p.375, tradução nossa) amplia o debate do *conhecimento situado*, pois o desloca à centralidade na “manutenção e mudança dos injustos sistemas de poder” .

Trazer essa discussão à tona se faz importante porque as categorias sociais que nos servirão como alicerce conceitual: o gênero e a classe, não estão sendo vistas somente como meros descritores das características identitárias dos indivíduos, mas assumem o papel de “dispositivos que alimentam as desigualdades” (COLLINS, 1997, p.376, tradução nossa) encontradas entre e dentro dos grupos sociais.

Ao começar os estudos sobre as temáticas de gênero e as idas à campo para observar as experiências das mulheres da resistência

nos espaços livres públicos da cidade de Maceió/AL, não estava tão claro a variedade de realidades que encontraria baseadas na *interseccionalidade* de outros *marcadores da diferença*, como classe e raça, mais especificadamente. Por isso, durante a pesquisa, se fez necessário adicionar a ferramenta da *interseccionalidade*, às de *conhecimentos situados* e da *teoria do ponto de vista*, para assumir uma “postura ética que implica na responsabilidade política diante das desigualdades sociais” (HOLLANDA, 2018, p.249), que se posiciona contra as opressões vivenciadas pelas protagonistas da pesquisa.

Neste contexto, as três ferramentas utilizadas auxiliaram, primeiramente, no reconhecimento do meu *locus social*, e, portanto, do “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019) que me encontro ao conduzir essa pesquisa: de mulher, classe média-alta e parda¹. Opto por registrar os *marcadores da diferença* trabalhados na pesquisa como exercício para reconhecer meu lugar de privilégio na *matriz de dominação* das relações de poder, bem como para frisar as hierarquias que surgem e que influenciam na constituição dos *lugares de fala* dos grupos sociais marginalizados (RIBEIRO, 2019). Ao mesmo tempo, situar a posição social de quem narra esta pesquisa é também um ato político, visto que

anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque **rompe** não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como **denuncia** que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes (PELÚCIO, 2012, p. 398, grifo nosso).

¹ Com base na categorização do IBGE.

Posto isso, o exercício de me perceber em tal localização social não foi fácil. A constante tomada de consciência de ocupar um *lugar de fala* com privilégios causou (e ainda causa) incômodo, indignação, tristeza e certa culpa. Durante o processo de autorreconhecimento, questionava-me sobre como me posicionaria frente às experiências das mulheres da resistência sem trata-las somente como objetos de pesquisa; como me comprometeria com a criação de um ambiente no qual suas vozes e vivências fossem ouvidas, vistas e amplificadas; como assumiria o lugar de pesquisadora que me cabe, sem estabelecer uma relação hierárquica de poder.

A escolha de um projeto metodológico com viés feminista também traz uma resposta à essas considerações quando propõe um “instrumento de indagação permanente da ciência que se produz” (NEVES; NOGUEIRA, 2004, p.126): a reflexividade. O uso da reflexividade se fez importante na construção das relações com o campo e com as protagonistas da pesquisa, ao passo que propôs uma “avaliação dos efeitos da dimensão social e relacional na produção dos discursos científicos” (RODRIGUES, 2013, p.64).

Dessa maneira, a reflexividade nos induz a um novo dispositivo de intervenção, que nos auxiliou, sobretudo, no estabelecimento das relações entre pesquisadora-pesquisadas. O método do PesquisarCOM, proposto por Márcia Moraes (2010, p.30, grifo nosso), defende que

no lugar da distribuição assimétrica que separa o pesquisador[a] do pesquisado[a], entra em cena uma **outra distribuição da capacidade de agir**, isto é, aquele[a] que é interpelado[a], torna-se **ativo** no sentido de participar ativamente do dispositivo de intervenção.

Isso implica em assumir a construção de uma pesquisa que dialogue **com o outro** e não por ele (ALCOFF, 1991). Logo, implica em estar aberta a interpelar e ser interpelada pela Outra; a afetar e ser afetada (MORAES, 2010; SILVA; GOMES; LOPES, 2014); em criar uma “relação aditiva (...), levando em conta o referencial do outro” (MORAES, 2010, p.28).

Ao mesmo tempo, sinto a necessidade de, mais uma vez, me colocar junto daquelas que partilham do argumento de que **não há neutralidade** na academia (MOHANTY, 2008; HOOKS, 2013; RODRIGUES, 2013; NOGUEIRA, 2001; MORAES, 2010; ALCOFF, 2016; SOUZA; FRANCISCO, 2016; SILVA, 2018a; TORRALBA, 2018), posto que “aquilo que se considera como sendo material só se torna verdadeiramente “dados” depois das decisões teóricas dos[as] pesquisadores[as]” (NOGUEIRA, 2001, p.33). Neste ponto de vista,

não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente **específicas**, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e **parcial** de organizar mundos (HARAWAY, 1995, p.22, grifo nosso).

Portanto, enquanto a abordagem qualitativa evoca a “garantia de difusão das vozes” (NELSON; PRILLELTENSKY, 2004 *apud* NEVES; NOGUEIRA, 2004, p.125), o viés feminista determina tanto um “posicionamento de crítica social” (NEVES; NOGUEIRA, 2004, p.127), quanto uma postura ética e política. No caso desta dissertação, isso se dá pela “busca do protagonismo e voz por parte dos sujeitos historicamente discriminados pelos dispositivos de fala” (HOLLANDA, 2018, p. 246), quando assumimos que “as perspectivas dos subjugados [das mulheres da resistência] são preferidas porque

parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo“ (HARAWAY, 1995, p.23).

Por fim, somado as seleções da **abordagem qualitativa** a partir de um **viés feminista**, opto por apropria-me, enquanto pesquisadora, de uma **inspiração cartográfica** na condução da pesquisa, sobretudo ao relacionar-me com as protagonistas. Isso significou

tomar como desafio fundamental o exercício de manter o pensamento aberto, em um esforço permanente de deixar-se guiar pelos acontecimentos e pelos processos que eles desencadeiam e revelam sem, contudo, perder de vista o foco e os objetivos. Neste referencial metodológico, as metas e os objetivos a serem alcançados são móveis e flexíveis porque é a **experiência do caminhar da pesquisa que tem a primazia** (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p.813, grifo nosso).

E neste sentido, a inspiração cartográfica é utilizada na troca com o campo e com as mulheres da resistência como um

modo de pesquisar mais próximos (...) da experiência sensível, que lide com intensidades mudas e **invisibilidades, vestígios e marcas**, com o **erro, a surpresa e a deriva**, mais do que verdades e procedimentos fechados em si como sentidos absolutos (TORRALBA, 2018, p 325, grifo nosso).

Assim, para observar as Marcas Urbanas que os corpos femininos da resistência deixam nos espaços livres públicos e aquelas que elas levam consigo em seus corpos, era preciso promover um “mergulho no plano da experiência” (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p.814). Somente uma “experiência de engajamento com e no território, envolvendo-se e deixando-se envolver pelas situações e acontecimentos, sem julgamentos ou verdades categóricas sobre

o que se passa” (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p.816) daria conta do compromisso de “recuperar as vozes das mulheres sobre suas vivências da cidade” (COL.LECTIU PUNT 6, 2017, p.07).

NOSSO CAMINHO AO PARTIRMOS

Demonstrar a estruturação deste documento se faz importante quando compreendemos que o caminho da pesquisa

é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio **ato de caminhar**, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes (BARROS, KASTRUP, 2009, p.59, grifo nosso).

Assim sendo, os passos dados após as definições dos conceitos-chaves da pesquisa e de suas revisões de literatura, estão demonstrados no **primeiro capítulo** intitulado de *Ideal à realidade: Concepção, primeiras experiências e adequações do Método de Observação das Marcas Urbanas (MOMU)*. Buscamos dividir o capítulo nos três momentos que marcaram as investigações sobre os possíveis caminhos a serem traçados para alcançar o objetivo geral determinado. Inicialmente elaboramos um levantamento bibliográfico dos métodos de observação dos modos da apropriação dos espaços livres públicos pelas mulheres em uso atualmente.

O desfecho da primeira seção do capítulo, nomeada de *Análise dos métodos vigentes de observação da apropriação dos espaços livres pelas mulheres*, comprovou a necessidade de desenvolver um método próprio para observar as Marcas Urbanas deixadas/levadas pelos/nos corpos femininos. Dessa maneira, na segunda seção encontra-se a *Concepção do Método de Observação das Marcas*

Urbanas: O modelo ideal, ou seja, o formato inicial desenvolvido para as aplicações, sem o contato experimental com o campo e com as colaboradoras da pesquisa, somente baseado nos materiais de referência tomados como base para a análise das experiências urbanas femininas.

Na terceira e última seção do primeiro capítulo apresentamos as *Primeiras Experiências, Dificuldades e Adequações: O Método de Observação das Marcas Urbanas e a realidade*. Neste momento “conhecer, agir e habitar um território não [foram] experiências separadas e distantes”; por isso, busco seguir a proposta da inspiração cartográfica para que

o pesquisador se inclua no território, componha sua paisagem, acompanhe os seus ritmos e processos, numa posição de atenção ao acontecimento para captá-lo em sua expressividade e singularidade (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p.816).

Assim, nessa seção estão demonstradas as primeiras experiências de aplicação do MOMU, bem como as inúmeras dificuldades que, ao sinalizarem que o seu formato não era exequível para a realidade encontrada, mostraram a necessidade da proposição de adaptações para obtermos um formato do Método de Observação das Marcas Urbanas factível.

No **segundo capítulo**, intitulado *O MOMU em prática: eu pratico, no singular*, apresentaremos as duas primeiras etapas do MOMU – i) Análise dos Contextos e ii) Observação *do Lugar* –, nas quais a ênfase será dada a i) conhecer os Conjuntos Habitacionais de Interesse Social que abrigam as experiências urbanas das colaboradoras da pesquisa, além da ii) partilha da minha vivência nesses espaços.

No primeiro momento lançaremos mão da pesquisa documental em reportagens nos portais de notícias, como os da Prefeitura de Maceió e do Atlas Brasil (2013), juntamente com o conteúdo produzido pelas pesquisadoras **alagoanas** Tainá Melo (2017), Viviane Sá (2018), Jéssica de Paula (2019), Míryan Ferreira e Hedhyliana Melo (2019).

No segundo momento assumo meu *lugar de fala* em relação à minha vivência urbana nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, por serem os locais de moradia das protagonistas da pesquisa, localizados no bairro Benedito Bentes, na cidade de Maceió/AL. O exercício de adotar uma posição epistemológica ao afirmar um “conhecer situado, performativo, não neutro” (MORAES, 2010, p.42) se fez necessário e constante. Reconhecer como uma das premissas o meu *conhecimento situado* auxiliou no reconhecimento da dimensão da minha experiência; ato que permite ao/a pesquisador/a

enxergar sua própria realidade para que consiga então compreender a daqueles com os quais convive durante a pesquisa, no caso desse estudo, não falamos apenas de crenças e valores ligados à experiência, o que se mostrou de grande valia ao priorizar tal dimensão foi o reconhecimento de privilégios (ou da falta deles). (SILVA, 2016, p.68).

No **terceiro capítulo**, nomeado de *O MOMU em prática: Elas praticam, nós praticamos*, compartilharemos as demais etapas do MOMU; aquelas cuja finalidade é ampliar o espaço das vivências e Marcas Urbanas das três colaboradoras desta pesquisa: Maria José, Eliane e Roberta Valéria¹. Neste último momento, vale frisar que

¹ A escolha por seus nomes reais se deu como forma de um ato político, de dar a conhecer as mulheres que com suas experiências urbanas criam suas *redes de antidisdisciplina* e resistem as opressões impostas. Essa medida foi tomada com a autorização e assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como demonstrado no Apêndice 2.

apesar de estar “envolvida e por isso não [me] encontrar ‘de fora” (NOGUEIRA, 2001, p.30), “o coletivo se [fez] presente no processo de produção [do] texto. Nesse ponto, não é mais um sujeito pesquisador a delimitar seu objeto. Sujeito e objeto se fazem juntos, emergem de um plano afetivo” (BARROS, KASTRUP, 2009, p.73).

O caminho percorrido na dissertação chega ao final no capítulo *Ponto de Chegada (Ou seria uma nova partida?)*, no qual é proposto um olhar para atrás situado na conclusão do percurso, buscando observar os trajetos vivenciados em cada trecho. E por fim, seguem as *Referências*, os *Apêndices* junto a *Alguns Registros Fotográficos* das experiências vivenciadas ao longo desses últimos vinte e quatro meses.



DO IDEAL À REALIDADE:

CONCEPÇÃO, PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS E ADEQUAÇÕES DO MÉTODO DE OBSERVAÇÃO DAS MARCAS URBANAS

Neste capítulo apresentaremos o caminho trilhado que culminou na necessidade de desenvolver o Método de Observação das Marcas Urbanas (MOMU). Para tanto, optamos por dividir este momento em três subseções, abordando primeiramente a i) análise dos métodos de observação dos modos da apropriação dos espaços livres públicos pelas mulheres em uso atualmente; posteriormente a ii) construção do MOMU em seu formato ideal; e por fim, iii) as adequações que se fizeram necessárias para tornar o Método de Observação das Marcas Urbanas possível de ser executado à realidade encontrada durante a pesquisa.

1.1 ANÁLISE DOS MÉTODOS VIGENTES DE OBSERVAÇÃO DA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PELAS MULHERES

Após a sedimentação dos conceitos-chave e a delimitação do plano de fundo das discussões, viu-se necessário definir **como** aconteceria a observação dos modos de apropriação dos espaços livres pelas três mulheres da resistência residentes no bairro Benedito Bentes, na cidade de Maceió/AL. O primeiro passo foi analisar os métodos vigentes com essa finalidade, posto que encontrar um material já testado facilitaria o encaminhamento da pesquisa por auxiliar no contato com os cenários e desafios possíveis de serem encontrados ao longo do percurso.

Ao pesquisar os métodos existentes, dentre as referências listadas de maior recorrência em escala mundial estão os desenvolvidos pelas organizações: *Metropolitan Toronto Action Committee on*

*Violence Against Women and Children (METRAC)*¹, *Woman in Cities International (WICI)*², *JAGORI*³ e *Collectiu Punt 6*⁴. Enquanto no âmbito nacional, destacaram-se as organizações: Fórum Regional de Mulheres da Zona Norte⁵, Rede MÁŠ⁶ e SampaPé!⁷.

As sete organizações foram selecionadas, apesar das suas diversas origens, por promoverem, a partir das suas vertentes, a observação dos espaços livres das cidades e a criação de espaços “para a mulher expressar sua realidade, ‘articular sua experiência de opressão, saber mais sobre ela e encontrar maneiras de combatê-la’”(JAGORI, 2010, p.04, tradução nossa). Neste sentido, por serem organizações empenhadas em examinar e modificar uma mesma realidade – a do acesso igualitário de ambos os gêneros à cidade –, algumas delas estabeleceram parcerias e programas com a finalidade de promover a mudança social.

É neste contexto que surgem os seis materiais selecionados,

1 Comitê fundado em Toronto, **Canadá**, no ano de 1984 para combater a violência contra as mulheres e crianças.

2 Organização **canadense** criada em 2002, em formato de rede que se “concentra na igualdade de gênero e na participação de mulheres e meninas no desenvolvimento urbano”. Para mais informações, vide <https://huaiou.org/network/member-networks/women-in-cities-international/>.

3 Organização **indiana** criada em 1984, que “trabalha pela igualdade de gênero e contra todas as formas de violência contra as mulheres” (JAGORI; WICI, 2010, p. 01, tradução nossa).

4 Associação fundada em **Barcelona**, no ano de 2004, composta de mulheres de diferentes origens e experiências profissionais cujo “objetivo é propor uma nova abordagem para pensar as cidades, suas comunidades e a arquitetura que promova uma vida livre de discriminações de qualquer tipo” (COLLECTIU PUNT 6, 2015, p. 04, tradução nossa).

5 Organização **brasileira** criada em 2015, que tem como objetivo “articular as demandas das mulheres residentes na Zona Norte da cidade de São Paulo para gerar transformações positivas no território” (JUNQUEIRA; NUNES; SABINO, 2018, p.06).

6 “Rede internacional de mulheres que desenvolve e assessora iniciativas focadas na transformação positiva da sociedade” (idem, p.07).

7 Organização fundada no **Brasil** em 2012, “que atua para melhorar a experiência do caminhar nas cidades, (...) tendo o caminhar não apenas como um fim, mas como ferramenta de engajamento comunitário, avaliar a qualidade dos espaços públicos e fazer sensibilização política”, vide <http://leticialedasabino.wixsite.com/sampapeorg/sobre-nos>.

por corresponderem a finalidade de propor ferramentas de observação da experiência urbana das mulheres. À nível de contextualização das realidades nas quais eles foram aplicados, temos:

- a) O *Women's Safety Audits for a Safer Urban Design* (UH-HABITAT¹, 2007), que demonstrou os resultados de uma experiência piloto do método *Women's Safety Audits* desenvolvido pela METRAC, na capital da Polônia, em 2007;
- b) O *Understanding Women's Safety Towards a Gender Inclusive City* (JAGORI, 2010), que se trata de um relatório que documenta os resultados de uma pesquisa realizada com indianas residentes na cidade de Deli, no período de 2009 a 2010, a partir da adaptação feita pelas organizações Jagori e *Woman in Cities International* na ferramenta *Women's Safety Audits*;
- c) O *A Handbook on Women's Safety Audits in Low-income Urban Neighbourhoods: A Focus on Essential Services*, que se configura como um guia cujo objetivo é “compartilhar a adaptação da metodologia *Women's Safety Audits* com outras organizações para o uso em seus trabalhos relacionados aos serviços essenciais em comunidades de baixa renda” (JAGORI; WICI, 2010, p.14, tradução nossa). Assim como o anterior, esse material foi executado pela parceria da Jagori com a *Woman in Cities International*, na cidade de Deli, na Índia, em 2010;
- d) O *Women Working: Urban Assessment Guide from a Gender Perspective*, também formatado como um guia elaborado

- e) O *Entornos Habitables: Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno*, que retrata a aplicação de um “instrumento metodológico útil para desvendar a violência que as mulheres vivem e percebem” (COL.LECTIU PUNT 6, 2017, p.07) na cidade de Cali, na Colômbia;
- f) E o *Análises, Resultados e Recomendaciones Mujeres Caminhantes! Auditoria de Seguridad de Género e Caminhabilidade Terminal Santana*, que se caracteriza pela aplicação piloto na cidade de São Paulo de uma metodologia em desenvolvimento: a Auditoria de Segurança de Género e Caminhabilidade; que tem sua base tanto no método *Women's Safety Audits*, quanto no Índice de Caminhabilidade. Como um dos objetivos, o material traz a contribuição “para que meninas e mulheres possam acessar e desfrutar a cidade com segurança, autonomia e qualidade, tanto social, como ambiental” (JUNQUEIRA; NUNES; SABINO, 2018, p.10).

Cada um desses materiais foi selecionado por buscar recuperar “a importância das vozes das mulheres em suas experiências da cidade, destacando as diferenças que as atravessam” (COL.LECTIU PUNT 6, 2017, p.07, tradução nossa). Dessa maneira, muito embora eles tenham sido aplicados em países com contextos bastante variados, como são os casos da Polônia, Espanha, Índia, Colômbia e Brasil,

¹ Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas que promove cidades sustentáveis.

é unanime a filosofia de que “as mulheres geralmente estão mais conscientes dos aspectos do ambiente construído que podem oferecer oportunidades para crimes e criminosos e são mais sensíveis aos riscos e insegurança” e por isso, suas experiências podem contribuir com a segurança da sociedade de forma geral (UH-HABITAT, 2007, p.03, tradução nossa).

Por outro lado, vale elencar as razões para a escolha desse espectro tão amplo² que se propôs a analisar a diversidade vivenciada pelas mulheres dos países mencionados. A seleção dos materiais que abarcam as experiências das Europeias residentes na Polônia e na Espanha se deu por ambos serem exemplos de aplicação dos métodos originais de observação dos modos de apropriação dos espaços livres pelas mulheres, sem que esses tenham sofrido adaptações, como é o caso dos demais documentos. Neste caso, tratam-se de materiais que abordam os métodos desenvolvidos pelas organizações METRAC e da Col.lectiu Punt 6 e que serviram de base na construção dos demais trabalhos escolhidos.

Em adição, dos outros quatro materiais, dois deles foram aplicados com base na realidade das mulheres Indianas, enquanto os demais observaram as experiências urbanas das Latino-americanas da Colômbia e Brasil. Apesar de ainda assim apresentarem conjunturas distintas, há nesses três países maiores similaridades, sobretudo no contexto desta pesquisa, quando encontram-se neles exemplos de processos de urbanização desordenados, que deixaram “em seu rastro um aumento alarmante da pobreza urbana; aumentando a exclusão dos pobres e vulneráveis e criando um sentimento de profunda

² Indo dos países do continente Europeu ao Asiático, somando-se às experiências de países da América Latina.

insegurança” (JAGORI, 2010, p.06, tradução nossa), que atinge mais fortemente as mulheres.

Após a seleção, optamos por efetuar a análise dos materiais por meio de uma tabulação de dados, registrando os documentos que influenciaram na construção de cada um deles, bem como os procedimentos de observação da experiência urbana das mulheres propostos para os cenários elencados. Essa decisão foi tomada para examinar a abrangência da cobertura dos procedimentos metodológicos, dado que o intuito inicial era adotar o mais completo na aplicação à realidade das mulheres da resistência do Benedito Bentes.

A princípio, a sistematização nos permitiu verificar que maioria das organizações tomou como base um mesmo método de observação das experiências urbanas das mulheres, com o acréscimo de outros procedimentos metodológicos a depender da realidade a ser estudada e da evolução das ferramentas disponíveis com o passar dos anos. Nota-se na figura 01 que cinco³ dos seis modelos destacaram terem tomado como inspiração principal o método conhecido como *Women's Safety Audit* (WSA) ou, em tradução livre, Auditoria de Segurança das Mulheres, elaborado pela METRAC em 1989.

Segundo a UN-Habitat (2007, p.05, tradução nossa), o WSA é a “melhor ferramenta disponível para coletar informações sobre as percepções do público sobre a segurança urbana em relação ao desenho urbano”. Por este motivo, ele tem sido “disseminado e adaptado por grupos de mulheres por todo o globo” (idem, p.09), sendo utilizado como uma ferramenta de avaliação dos espaços livres

³ O único material que não explicita ter utilizado como base o método WSA é o desenvolvido pela Col.lectiu Punt 6 (2015), apesar de ele apresentar semelhanças com a estrutura proposta pelo *Women's Safety Audit*.

MATERIAL	ORGANIZAÇÃO	BASE	PROCEDIMENTOS				PROCEDIMENTOS					
WOMEN'S SAFETY AUDITS FOR A SAFER URBAN DESIGN	UN-HABITAT - SAFER CITIES PROGRAMME	WOMEN'S SAFETY AUDITS - METRAC	1. PREPARAÇÃO E TREINAMENTO	2. CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS	3. FORMULAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES	4. ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A IMPLEMENTAÇÃO						
UNDERSTANDING WOMEN'S SAFETY	JAGORI	WOMEN'S SAFETY AUDITS - METRAC	1. DISCUSSÕES EM GRUPO	2. PESQUISAS DE RUA	3. CAMINHADA EXPLORATÓRIA							
A HANDBOOK ON WOMEN'S SAFETY AUDITS	JAGORI + WICI	WOMEN'S SAFETY AUDITS - METRAC	1. UMA RÁPIDA ANÁLISE DA SITUAÇÃO	2. ENTREVISTAS COM OS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS	3. DISCUSSÕES EM GRUPO	4. ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	5. CAMINHADA EXPLORATÓRIA	6. TRABALHO COM O GOVERNO LOCAL				
WOMEN WORKING: URBAN ASSESSMENT GUIDE FROM A GENDER PERSPECTIVE	COLLECTIU PUNT 6	NÃO CITA OUTRA BASE ALÉM SEUS PRÓPRIOS TRABALHOS	1. GRUPO DE LEITURA E GRUPO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS	2. QUESTIONÁRIO	3. CAMINHADA EXPLORATÓRIA	4. FOTOGRAFIA	5. LISTA DO ITINERÁRIO DO COTIDIANO	6. REDE SOCIAL DIÁRIA	7. FOTO CAMINHADA	8. MAPA DA COMUNIDADE	9. MAPA PERCEPTIVO	
ANÁLISES, RESULTADOS E RECOMEND. MULHERES CAMINHANTES!	REDE MÁ, SAMPAPÉ! E FÓRUM DE MULHERES DA Z.N	WOMEN'S SAFETY AUDITS + Índice de Caminhabilidade	1. ANÁLISE RESUMIDA DA SITUAÇÃO LOCAL	2. VISITA TÉCNICA DO ENTORNO	3. ANÁLISE DO PERFIL DAS PARTICIPANTES	4. APRESENTAÇÃO E COMO EU ME SINTO QUANDO	5. DEFINIÇÃO DO TRAJETO	6. CAMINHADA DE PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA	7. CONVERSA SOBRE MEDO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CAMINHABILIDADE	8. PROBLEMAS LEVANTADOS	9. SOLUÇÕES CRIADAS	
ENTORNOS HABITABLES	COLLECTIU PUNT 6	WICI + RED MUJER Y HÁBITAT DE AMÉRICA LATINA	1. ABORDAGEM AO CONTEXTO SOCIAL E FÍSICO	2. OBSERVAÇÃO DO PARTICIPANTE	3. ENTREVISTAS COM PESSOAS-CHAVE	4. DISCUSSÕES EM GRUPO	5. WORKSHOP SOBRE VIDA COTIDIANA E SEGURANÇA URBANA	6. CAMINHADA EXPLORATÓRIA	7. MAPAS PERCEPTIVOS	8. MAPAS CORPORAIS	9. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE RESULTADOS	10. A CASA SEM GÊNERO

FIGURA 01: QUADRO 1 - TABULAÇÃO DOS SEIS MÉTODOS SELECIONADOS
 FONTE: AUTRAL, 2019.

públicos a partir das violências sofridas pelas mulheres e de suas sensações de (in)segurança.

Segundo o site¹ da Organização METRAC, o método *Women's Safety Audit* aplicado no contexto de vizinhança e espaços públicos² é constituído por quatro etapas principais, sendo elas:

- i. Consulta e Treinamento: na qual os grupos são instruídos em como conduzir as atividades;
- ii. Auditoria: dinâmica que ocorre para identificar os pontos críticos de insegurança e fomentar a criatividade nas soluções;
- iii. Compilação: quando é realizado uma seleção das recomendações necessárias dadas pelas mulheres participantes;
- iv. Ação: momento de implementação das soluções trabalhadas conjuntamente.

Dos seis documentos analisados, como comprovado na figura 02, o único que seguiu à risca o método WSA foi o aplicado como piloto na Polônia, pelo programa *Safer Cities*, da UH-Habitat (2007). Todos os demais adaptaram os procedimentos metodológicos utilizados, mantendo como denominador comum a etapa da Auditoria, o alicerce do método da METRAC. Essa etapa é configurada no formato de uma Caminhada Exploratória e tem como finalidade não somente identificar e propor correções para os aspectos urbanos

¹ Vide em: http://www.metrac.org/what-we-do/safety/neighbourhood/?doing_wp_cron=1579456510.0359120368957519531250.

² Há ainda modelos de observação para os cenários de Campos Universitários e de Locais de Trabalho e Empresas.

relativos à segurança urbana, mas também “capacitar as mulheres a apropriarem-se do espaço público e participarem na tomada de decisão local” (UN-HABITAT, 2007, p.09, tradução nossa).

A tabulação dos dados também auxiliou na percepção de que, ao passo que o WSA é tido como um método de observação que visa sobretudo a proposição de recomendações e implementação de soluções, cinco dos seis materiais estudados focaram na experimentação de novos procedimentos metodológicos para abordar as realidades específicas que eles se depararam. Das hipóteses possíveis para tentar entender tal acontecimento, cogitamos que o método *Women's Safety Audit* tenha sido pensado para uma realidade da década de 80 dos países de alta renda, apresentando assim limitações temporais, mas sobretudo de classe.

Neste contexto de novas proposições de instrumentos de observação das experiências urbanas das mulheres para ampliar e aprofundar o alcance do WSA, quatro dos seis documentos trouxeram alguma menção à etapa de Compilação. Nelas houve a proposição de soluções junto ao grupo de mulheres e aos governantes competentes; enquanto somente em um dos seis materiais foi vivenciada a etapa da Ação, como ilustrado na figura 02.

Ao analisar os outros procedimentos metodológicos implementados para além dos quatro que compõem o WSA, verifica-se que cinco dos seis materiais acrescentaram tanto i) as entrevistas/questionários com as mulheres, quanto as ii) discussões em grupos sobre as temáticas abordadas. O primeiro acréscimo nos leva a considerar a importância da caracterização do perfil socioeconômico no entendimento das realidades vivenciadas; enquanto o segundo

coloca o compartilhamento das experiências das mulheres em destaque como estratégia de fomentação do empoderamento coletivo.

Ainda neste contexto, há o aparecimento em três dos seis documentos dos procedimentos de observação relativos ao iii) ‘estudo dos trajetos da vida cotidiana’ e da iv) ‘análise resumida da situação’; além de em dois deles ser executado a v) ‘visita técnica do entorno’ e os vi) ‘mapas perceptivos’. A dinâmica proposta para investigar os trajetos cotidianos é bastante similar nos três documentos, sendo empregada para enfatizar a importância de “reconhecer, descrever e valorizar as atividades que são realizadas no dia-a-dia e para detectar aquelas que criam relacionamentos de dependência” das mulheres (COL.LECTIU PUNT 6, 2017, p.31, tradução nossa).

Como atividade complementar à anteriormente explanada, os ‘mapas perceptivos’ são executados com base nos caminhos cotidianos vivenciados pelas mulheres, e sinalizam as sensações sentidas por elas nos trechos dos seus trajetos. Esse procedimento visa, portanto, identificar graficamente, em formato de mapa, os “elementos físicos ou sociais que limitam ou favorecem o uso dos espaços” baseado nas sensações de segurança ou insegurança sentidas por elas (COL.LECTIU PUNT 6, 2017, p. 34, tradução nossa).

Ademais, a ‘análise resumida da situação’ propõe um breve exame dos contextos histórico e espacial, que acreditamos ser implementado para auxiliar na compreensão da realidade a ser observada, uma vez que se busca uma construção mais encorpada da caracterização do local estudado. Além disso, facilita o momento da ‘visita técnica do entorno’, que leva a/o pesquisadora/or ao local analisado para observar as estruturas físicas e sociais sendo

vivenciadas e não mais teorizadas.

À vista do exposto, o **produto da primeira análise** proveniente da tabulação dos procedimentos metodológicos empregados nos seis documentos foi a determinação da **quantidade de aparições** de cada atividade proposta nos materiais estudados. Este quantitativo indicou o grau de relevância de cada instrumento, no qual quanto mais aparições, mais a ferramenta de produção de dados³ foi provando sua eficácia durante o passar dos anos.

Neste raciocínio, ao examinar os seis métodos de forma comparativa com enfoque no **grau de relevância dos procedimentos metodológicos**, concluímos que o mais completo em termos do conjunto de ferramentas utilizadas para observar os modos de apropriação dos espaços livres pelas mulheres da resistência seria o *Entornos Habitables: Auditoria de seguridad urbana con perspectiva de género em la vivienda y el entorno*, da Col.lectiu Punt 6 (2017).

No entanto, ao o analisarmos sob a perspectiva de utilizá-lo na observação da realidade das mulheres da resistência do bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL, verificamos que também ele apresenta procedimentos que não cabem nesta pesquisa, pela presença dos instrumentos de ‘La casa si género’ e os ‘Mapas Corporais’. O primeiro deles se trata do “exercício de analisar os papéis de gênero na configuração da habitação e motivar mudanças que incorporam a equidade de gênero na definição dos lugares onde moramos” (COL.LECTIU PUNT 6, 2017, p.38, tradução nossa).

³ “Falaremos de **produção de dados** e não de coleta de dados. Não se trata de uma mera mudança de palavras, de apenas evitar o vocabulário tradicional, mas de propor uma mudança conceitual, visando nomear, de modo mais claro e literal, práticas de pesquisa que se distinguem daquelas da ciência moderna cognitivista (BARRROS, KASTRUP, 2009, p. 59).

MATERIAL	PROCEDIMENTOS				PROCEDIMENTOS															
	MODELO BASE: WSA	CONSULTA E TREINAMENTO	AUDITORIA	COMPILAÇÃO	AÇÃO															
WOMEN'S SAFETY AUDITS FOR A SAFER URBAN DESIGN	1. PREPARAÇÃO E TREINAMENTO	2. CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS	3. FORMULAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES	4. ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A IMPLEMENTAÇÃO																
UNDERSTANDING WOMEN'S SAFETY		3. CAMINHADA EXPLORATÓRIA			1. DISCUSSÕES EM GRUPO	2. PESQUISAS DE RUA														
A HANDBOOK ON WOMEN'S SAFETY AUDITS		5. CAMINHADA EXPLORATÓRIA	6. TRABALHO COM O GOVERNO LOCAL		3. DISCUSSÕES EM GRUPO	4. ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	1. UMA RÁPIDA ANÁLISE DA SITUAÇÃO	2. ENTREVISTAS COM OS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS												
WOMEN WORKING: URBAN ASSESSMENT GUIDE FROM A GENDER PERSPECTIVE		3. CAMINHADA EXPLORATÓRIA			1. GRUPO DE LEITURA E GRUPO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS	2. QUESTIONÁRIO			5. LISTA DO ITINERÁRIO DO COTIDIANO	9. MAPA PERCEPTIVO	4. FOTOGRAFIA	6. REDE SOCIAL DIÁRIA	7. FOTO CAMINHADA	8. MAPA DA COMUNIDADE						
ANÁLISES, RESULTADOS E RECOMEND. MULHERES CAMINHANTES!		6. CAMINHADA DE PERCEÇÃO DE SEGURANÇA	8. PROBLEMAS LEVANTADOS		7. CONVERSA SOBRE MEDO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CAMINHABILIDADE	3. ANÁLISE DO PERFIL DAS PARTICIPANTES	1. ANÁLISE RESUMIDA DA SITUAÇÃO LOCAL	2. VISITA TÉCNICA DO ENTORNO	5. DEFINIÇÃO DO TRAJETO		4. APRESENTAÇÃO E COMO EU ME SINTO QUANDO	9. SOLUÇÕES CRIADAS								
ENTORNOS HABITABLES		6. CAMINHADA EXPLORATÓRIA	9. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE RESULTADOS		4. DISCUSSÕES EM GRUPO	3. ENTREVISTAS COM PESSOAS-CHAVE	1. ABORDAGEM AO CONTEXTO SOCIAL E FÍSICO	2. OBSERVAÇÃO DO PARTICIPANTE	5. WORKSHOP SOBRE VIDA COTIDIANA E SEGURANÇA URBANA	7. MAPAS PERCEPTIVOS	8. MAPAS CORPORAIS	10. A CASA SEM GÊNERO								

FIGURA 02: QUADRO 2 - TABULAÇÃO DOS SEIS MÉTODOS E SEUS GRAUS DE RELEVÂNCIA
 FONTE: AUTORAL, 2019.

Enquanto o segundo serve para “analisar como as emoções, sensações e outras manifestações físicas e sensoriais são vividas em nosso corpo em relação aos espaços e ambientes em que habitamos” (idem, p.38, tradução nossa).

Ambos os procedimentos metodológicos citados abordam situações relacionadas à questão do gênero que extrapolam o recorte proposto neste estudo, ampliando a discussão para além das experiências urbanas das mulheres ao analisar os papéis de gênero exercidos no cotidiano. Além de visar a incorporação de uma discussão mais aprofundada sobre as manifestações físicas e sensoriais nos corpos, o que exigiria o acompanhamento de outras/os profissionais mais adequados para gerenciar o momento de evocação de possíveis memórias desagradáveis e difíceis para as participantes. Sendo, portanto, os motivos supracitados os que impossibilitaram a utilização do modelo proposto pela Col.lectiu Punt 6 (2017).

Por conseguinte, ao examinarmos o cenário posto, detectamos a carência de um método existente e já testado capaz de responder ao objetivo de observar a experiência urbana das mulheres da resistência residentes no Conjunto Habitacional de Interesse Social do bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL, e que correspondesse a limitação de ser executado por somente uma pesquisadora. Por esse motivo, foi proposto o desenvolvimento de um novo método, embora alicerçado nos seis materiais examinados.

1.2 A CONCEPÇÃO DO MÉTODO DE OBSERVAÇÃO DAS MARCAS URBANAS: O MODELO IDEAL

O Método desenvolvido foi composto dos seis procedimentos metodológicos que se destacaram pelos graus de relevância nos seis materiais apresentados, sendo eles: a i) Abordagem ao contexto social e físico; a ii) Observação do participante; as iii) Discussões em grupo; o iv) Workshop sobre vida cotidiana e segurança urbana; a v) Caminhada Exploratória; e, os vi) Mapas perceptivos.

Após a seleção dos instrumentos de produção de dados, houve a necessidade de elaborarmos uma nova tabulação, agora com a caracterização de cada um dos procedimentos metodológicos escolhidos, destrinchando as estratégias **do que** e de **como** cada atividade se propõe a investigar. Assim, foi elaborado o cruzamento das informações listadas nos quadros individuais dos procedimentos, com o objetivo de extrair as melhores abordagens experimentadas nos materiais de origem para compor o novo método de observação das experiências urbanas das mulheres da resistência, com ênfase nas marcas deixadas/trazidas pelas/nos seus corpos femininos.

Do cruzamento das informações de cada um dos seis procedimentos metodológicos selecionados surge o Método de Observação das Marcas Urbanas. Houve, no entanto, um caminho percorrido entre a ação de tabular e cruzar as referências até o produto. Por acreditarmos ser uma contribuição importante explorar os processos desenvolvidos que nos levaram de um ponto a outro, abordaremos as adaptações tidas como necessárias e as demonstraremos para cada procedimento metodológico analisado.

Em termos de nomenclatura, não houve denominação comum para o **primeiro** procedimento em nenhum dos três materiais em que ele foi utilizado, como vê-se na figura 03. Por isso, optamos por nomeá-lo de **Análise dos Contextos**, por uma escolha de síntese textual do que se trata esse instrumento de produção de dados. Nos três materiais analisados essa ferramenta visa analisar as conjunturas histórico-espacial e o perfil socioeconômico da população residente no local estudado. Os pontos observados nos três documentos são semelhantes, destacando-se uma contribuição interessante do material da Jagori (2010) que indica a importância de mapear as infraestruturas básicas, uma vez que elas afetam diretamente a qualidade de vida dos seres urbanos, e principalmente, das mulheres.

A relevância do procedimento de Análise dos Contextos é assegurada por auxiliar na contextualização da realidade estudada, facilitando a aproximação na pesquisa de campo, além da compreensão mais aprofundada da própria realidade encontrada. Portanto, o primeiro instrumento de produção de dados do MOMU focou no levantamento dos contextos gerais socioespaciais, bem como na identificação dos equipamentos urbanos da região estudada.

O **segundo** procedimento, intitulado de **Observação do Lugar**, se baseia na técnica de observação empírica do território escolhido e da amostra da população investigada, como vemos na figura 04. Nele é o momento, segundo a Col.lectiu Punt 6 (2017, p.26, tradução nossa), de “relacionar o uso social com o espaço físico, a fim

MATERIAL	PROCEDIMENTO	ELEMENTOS			
ANÁLISES, RESULTADOS E RECOMEND. MULHERES CAMINHANTES!	ANÁLISE RESUMIDA DA SITUAÇÃO LOCAL	DADOS GERAIS (LOCALIZAÇÃO, POPULAÇÃO, DENSIDADE, IDH, RENDA E TRABALHO).	DETALHES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.	QUESTÕES DE TRANSPORTE (LINHAS, ORIGEM E DESTINO, MEIOS UTILIZADOS, MOTIVOS DE DESLOCAMENTOS).	LISTAS DAS OFERTA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, EDUCACIONAIS E DE LAZER.
ENTORNOS HABITABLES	ABORDAGEM AO CONTEXTO SOCIAL E FÍSICO	IDENTIFICACIÓN DE AGENTES IMPLICADOS.	CREACIÓN DE UNA COMISIÓN DE SEGUIMIENTO DE LA AUDITORÍA.	ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO DE DATOS CUANTITATIVOS EXISTENTES.	
A HANDBOOK ON WOMEN'S SAFETY AUDITS	RÁPIDA ANÁLISE DA SITUAÇÃO	MAPPING THE INFRASTRUCTURE OF THE DIFFERENT SERVICES.			

FIGURA 03: QUADRO 3 – QUADRO INDIVIDUAL: TABULÇÃO DO PROCEDIMENTO ANÁLISE DOS CONTEXTOS
FONTE: AUTORAL, 2019.

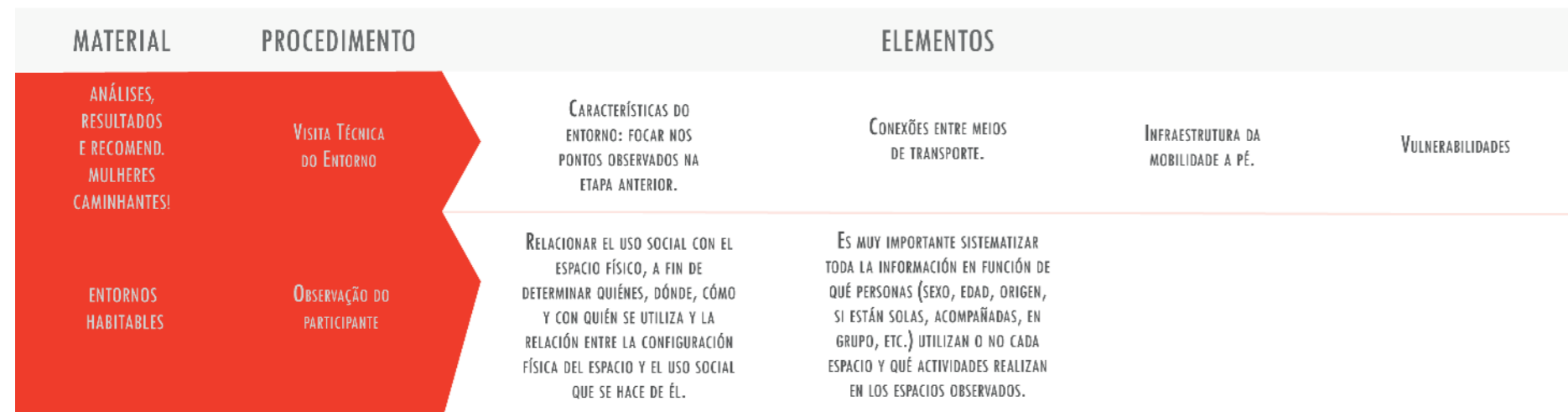


FIGURA 04: QUADRO 4 – QUADRO INDIVIDUAL: TABULÇÃO DO PROCEDIMENTO OBSERVAÇÃO DO LUGAR.
FONTE: AUTRAL, 2019.

de determinar quem, onde, como e com quem ele é usado e a relação entre a configuração física do espaço e o uso social feito dele”.

Para o cumprimento desse procedimento, propomos como acréscimo a implementação de um “instrumento da experiência urbana, uma ferramenta subjetiva e singular” (JACQUES, 2008, p.03) conhecida como errância urbana. Nele, o que está em questão é a “prática urbana ordinária”; são as “micro práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano” (idem, p.03). Embora seja considerada quase como um não-método, há nela três atributos essenciais, que devem ser reproduzidos, sendo: a “propriedade de se perder, a lentidão e a corporeidade” (idem, p.04).

1 A autora trabalha com um conceito de Milton Santos que fala da “corporeidade dos homens lentos, ou seja, a simples experiência corporal no cotidiano” (JACQUES, 2008, p. 01).

Desse modo, a/o errante - aquela/e que pratica a errância e “busca o estado de espírito (ou melhor, de corpo) errante” (idem, p.04) - estaria empenhado em se desligar da necessidade de se orientar no território, se movimentando por meio de um tipo de movimento próprio dos errantes: o lento. Nesse caso, a lentidão não se trata de uma baixa velocidade ao se locomover, mas sim de uma temporalidade “relativa e subjetiva, ou seja, significa uma outra forma de apreensão e percepção do espaço urbano, que vai bem além da representação meramente visual” (idem, p.04).

Para Paola (2008, p.05), a lentidão está relacionada tanto com o atributo da desorientação, como ao da corporeidade. Esse último simboliza a ação de conferir à cidade uma corporeidade outra por

meio da vivência urbana do corpo errante, determinando assim uma experiência de inCORPOração, uma “relação do corpo com a ação, experiência corporal ‘outra’” (idem, p.05).

Apartir do exposto, entendemos o potencial existente na inserção da ferramenta errância urbana como fio condutor da Observação do Lugar. Como produto desse momento, tivemos um diário de campo² e registros fotográficos que serviram como complemento do resultado da Análise dos Conceitos. Vale frisar que ambos os procedimentos metodológicos apresentados foram constituídos para serem conduzidos somente pela pesquisadora responsável da pesquisa.

Do **terceiro** procedimento em diante, há a necessidade de utilizar uma amostra da população do universo a ser estudado, posto que o Método de Observação das Marcas Urbanas visa incorporar, de modo prioritário, a experiência das mulheres da resistência do local analisado. Por isso, na sequência optamos pela **Lista do Itinerário do Cotidiano**, nomenclatura traduzida do material *Women Working: Urban Assessment Guide from a Gender Perspective*, da Col.lectiu Punt 6 (2015).

Nesse procedimento, como podemos observar na figura 05, os três materiais apresentam sugestões de dinâmicas bastante similares para identificar, com participação das mulheres, as suas atividades do dia-a-dia. Acreditamos que o valor dessa ferramenta esteja na promoção da espacialidade do cotidiano das maceioenses da resistência, que se daria por meio da listagem dos seus itinerários

2 Segundo Silva (2016, p. 77) essa ferramenta “mostra seu valor a partir do momento em que atualiza a pesquisadora sobre a relação estabelecida entre ela e as sujeitas da pesquisa. O diário de campo também permite um distanciamento do que se está pesquisando, entendendo este distanciamento no sentido de um olhar diferenciado sobre a própria imersão da pesquisadora, que proporcione reflexividade sobre sua atuação e o processo de construção de conhecimento”.

em formato de tabela, como apresentada no Apêndice 3 deste documento.

Para definir como se daria a execução desse instrumento de produção de dados, percebemos que havia um detalhamento no registro caso ligássemos a um outro: **os Mapas Perceptivos**, sendo esse o **quarto** procedimento. Essa associação não foi estabelecida por nenhum dos materiais utilizados como inspiração, mas vimos aí uma complementaridade interessante, uma vez que os Mapas Perceptivos visam associar a espacialidade da vivência das mulheres às suas sensações experienciadas durante os seus trajetos.

Como listado na figura 06, ambos os materiais existentes utilizaram formas semelhantes de execução desse quarto procedimento, corroborando para a permanência de sua estrutura básica de construção de mapas junto as mulheres, com base em seus trajetos e em suas sensações sentidas durante os caminhos percorridos em seus cotidianos.

Com isso, por meio de ambos os procedimentos metodológicos - **Lista do Itinerário do Cotidiano e Mapas Perceptivos** - seria possível estabelecer o primeiro contato com a definição das Marcas Urbanas que os corpos femininos da resistência deixam nos espaços livres e daquelas que elas levam consigo em seus corpos. No que se trata da estruturação para execução de ambos os instrumentos de produção de dados, a organização se daria de maneira similar às existentes, mantendo o arranjo da dinâmica em dois momentos: o individual e, posteriormente, o coletivo.

Logo, para o cumprimento da dinâmica da **Lista do Itinerário**

MATERIAL	PROCEDIMENTO	ELEMENTOS			
ANÁLISES, RESULTADOS E RECOMEND. MULHERES CAMINHANTES!	DEFINIÇÃO DO TRAJETO	AS PARTICIPANTES SÃO DIVIDIDAS EM DOIS GRUPOS E É PEDIDO QUE MARQUEM COM CANETA HIDROCOR "OS TRAJETOS QUE MAIS COSTUMAM FAZER".	INDICAR PONTOS DE REFERÊNCIA NO MAPA. PEDIR PARA QUE CADA PARTICIPANTE FAÇA SUA ROTA COM UMA COR DISTINTA. MARCAR COM X EM LUGARES OU RUAS ESPECÍFICAS QUE EVITAVAM PASSAR OU NÃO PASSAVAM DE JEITO NENHUM POR OPÇÃO.	QUESTÕES DE TRANSPORTE (LINHAS, ORIGEM E DESTINO, MEIOS UTILIZADOS, MOTIVOS DE DESLOCAMENTOS).	LISTAS DAS OFERTA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, EDUCACIONAIS E DE LAZER.
ENTORNOS HABITABLES	WORKSHOP SOBRE VIDA COTIDIANA E SEGURANÇA URBANA	EL TALLER SOBRE VIDA COTIDIANA Y SEGURIDAD URBANA SIRVE PARA RECONOCER, DESCRIBIR Y DAR VALOR A LAS ACTIVIDADES QUE SE DESARROLLAN EN EL DÍA A DÍA, DETECTAR LAS QUE NOS CREAN RELACIONES DE DEPENDENCIA	ACCIÓN INDIVIDUAL 5 COLUMNAS CON: LAS HORAS QUE INVIERTEN, LAS TAREAS QUE HACEN, LAS PERSONAS CON QUIÉNES REALIZAN ESAS ACTIVIDADES, LOS MEDIOS DE TRANSPORTE QUE UTILIZAN PARA DESPLAZARSE Y LOS ESPACIOS DONDE LAS REALIZAN. MAPEAR LOS RECORRIDOS - CADA PERSONA UBICA EN UN MAPA DE LOS ITINERARIOS DE SU ENTORNO COTIDIANO, MARCANDO E IDENTIFICANDO LOS ELEMENTOS Y ESPACIOS FAVORABLES Y DESFAVORABLES EN RELACIÓN A LA SEGURIDAD.	ACCIÓN COLECTIVA TRABAJO EN GRUPO Y MAPEAR LOS ACUERDOS (CADA PERSONA EXPLICA AL RESTO DEL GRUPO SUS VALORACIONES Y SE HACE CONJUNTAMENTE UNA PRIORIZACIÓN DE LOS ELEMENTOS FAVORABLES Y DESFAVORABLES). EXPOSICIÓN DE ARGUMENTOS A TODAS LAS PARTICIPANTES, PRIORIZACIÓN COMUNITARIA Y DEBATE DE PROPUESTAS.	
WOMEN WORKING: URBAN ASSESSMENT GUIDE FROM A GENDER PERSPECTIVE	LISTA DO ITINERÁRIO DO COTIDIANO	INDIVIDUAL ACTIVITY LIST OF DAILY ITINERARY (20min), FILL IN THE HANDOUT (TIME TO COMPLETE THE TASK, THE TASKS, PEOPLE THEY CARRY OUT, MODE OF TRANSPORTATION, SPACES THEY CARRY THEM OUT. EVALUATION OF THE ACTIVITIES AND SPACES (20min) - DESCRIBE AND EVALUATE THE FAVORABLE AND UNFAVORABLE ASPECTS OF THE ENVIRONMENT WHERE THEY COMPLETE EACH OF THE ACTIVITIES.	GROUP ACTIVITY (20in) WORK IN SMALL GROUPS, EXPLAIN THE INDIVIDUAL POINTS TO THE OTHERS. CHOOSE 3 FAVORABLE AND 3 UNFAVORABLE ISSUES TO DESCRIBE AND DISCUSS MORE. MAP THE AGREEMENTS (20min). PRESENT TO EVERYBODY ELSE (20min). COMMUNITY PRIORITIZATION (10min) - VOTE TO PRIORITIZE 3 OF EACH TO DEBATE PROPOSALS.		

FIGURA 05: QUADRO 5 – QUADRO INDIVIDUAL: TABULÇÃO DO PROCEDIMENTO LISTA DO ITINERÁRIO DO COTIDIANO. FONTE: AUTURAL, 2019.

MATERIAL	PROCEDIMENTO	ELEMENTOS		
ENTORNOS HABITABLES	MAPAS PERCEPTIVOS	LOS MAPAS PERCEPTIVOS SIRVEN PARA VISIBILIZAR LOS ELEMENTOS FÍSICOS O SOCIALES QUE LIMITAN O FAVORECEN EL USO DE ESPACIOS Y PARA IDENTIFICAR LAS CUALIDADES QUE HACEN QUE LOS PODAMOS UTILIZAR Y DISFRUTAR CON AUTONOMÍA Y SEGURIDAD.	ACCIÓN INDIVIDUAL MARCAR PERCEPCIONES. CADA PERSONA MARCA EN UN MAPA INDIVIDUAL LOS ESPACIOS DEL BARRIO EN LOS CUALES SE SIENTE A GUSTO Y SEGURA (POSITIVOS), Y AQUELLOS QUE LE RESULTAN INSEGUROS, DESAGRADABLES O POR LOS CUALES PREFIERE NO PASAR (NEGATIVOS). SE DESCRIBEN Y ANOTAN LOS MOTIVOS POR LOS CUALES SE HAN MARCADO LOS PUNTOS NEGATIVOS Y POSITIVOS.	ACCIÓN COLECTIVA SE FORMAN GRUPOS PEQUEÑOS PARA PONER EN COMÚN LAS VALORACIONES INDIVIDUALES. MAPEAR LOS CONSENSOS. EXPOSICIÓN Y PRIORIZACIÓN COMUNITARIA Y DEBATE.
WOMEN WORKING: URBAN ASSESSMENT GUIDE FROM A GENDER PERSPECTIVE	MAPAS PERCEPTIVOS	INDIVIDUAL ACTIVITY SHOW PERCEPTIONS (20min) - EACH PERSON MARKS ON THEIR INDIVIDUAL MAP THE SPACES OF THE NEIGHBORHOOD IN WHICH THEY ENJOY AND FEEL SAFE AND THOSE THAT MAKE THEM FEEL UNSAFE. DECIDE A COLOR CODE. GUIDE TO LOCATE NEGATIVE SPACES: WHICH SITUATIONS CREATE INCONVENIENCES WHEN WE WANT TO USE A SPACE? WHAT IS THE PERCEPTION OF SAFETY? - DESCRIBE AND INDICATE THE REASONS.	GROUP ACTIVITY ON SMALL GROUPS WE SHARE THE INDIVIDUAL MAPS. COLLECT 3 POSITIVE AND 3 NEGATIVE PERCEPTIONS (20min). MAP THE CONSENSUS (20min). PRESENT TO THE WHOLE GROUP (20min). GROUP PRIORITIZATION (10min) - VOTE TO CHOOSE 3 ASPECTS, ELEMENTS OR SPACES THAT ARE MOST FAVORABLE AND 3 LEAST FAVORABLE. DISCUSS THE PROPOSALS (10min).	

FIGURA 06: QUADRO 6 – QUADRO INDIVIDUAL: TABULÇÃO DO PROCEDIMENTO MAPAS PERCEPTIVOS. FONTE: AUTURAL, 2019.

do Cotidiano foi pensada uma programação que deveria ocorrer em um período do dia a ser combinado com as mulheres. Após uma abertura e contextualização breve sobre o que aconteceria no dia, a atividade deveria ser desenvolvida em dois momentos. Nos primeiros 20 minutos seria proposto que cada uma, de maneira individual, preenchesse o quadro produzido dos Itinerários do Cotidiano que auxiliaria na determinação do seu dia a dia em relação a sua vivência da cidade.

No quadro estariam organizados as atividades realizadas, o tempo requerido por cada uma delas, os ambientes visitados, os meios de meio de transportes utilizados, os indivíduos que elas carregam nesses trajetos, bem como as escolhas dos trajetos em si. Depois, durante outros 25 minutos, mapas da região seriam entregues, também individualmente, para que cada uma delas desenhasse os seus trajetos cotidianos com a ajuda da pesquisadora, caso necessária.

Na segunda parte do turno, os Mapas Perceptivos seriam desenvolvidos. Seguindo os materiais estudados, essa dinâmica também aconteceria em dois momentos. Em aproximadamente 20 minutos, no mesmo mapa da dinâmica anterior, seria requisitado que as mulheres marcassem, com a utilização de um código de símbolos e cores preestabelecido pelo grupo, os lugares do recorte espacial que, na percepção individual delas, são agradáveis, confortáveis e seguros, e por isso que elas preferem transitar; assim como os locais desconfortáveis e inseguros, que elas evitam.

Seguidamente a construção dos mapas perceptivos individuais, seria proposta uma conversa geral com o grupo, para que cada uma compartilhasse seu material, e juntas, esquematizassem um Mapa Perceptivo síntese, com as informações abordadas no dia. Neste momento, deveria ser estimulado que elas comentassem brevemente sobre seus itinerários e que mostrassem seus caminhos percorridos, indicando os locais que lhes geram sensações tanto agradáveis como desagradáveis. A conclusão aconteceria por meio da escolha dos quatro locais mais apontados por elas: dois com características positivas, os quais elas optam por percorrer no dia-a-dia; e dois com negativas, os quais elas evitam circular. O produto desse dia, além de permitir conhecer mais profundamente o cotidiano da vivência urbana dessas mulheres da resistência, seria a definição da trajetória para o próximo procedimento metodológico a ser aplicado.

O **quinto** procedimento metodológico foi o denominador comum dos seis documentos estudados: a **Caminhada Exploratória**. Ao observarmos a figura 07, é possível notar que essa é a atividade com o maior grau de detalhamento de situações a considerar. Em todos

os materiais estudados, a proposta é percorrer o trajeto determinado com um pequeno grupo de mulheres portando um material guia dos elementos que devem ser observados na área escolhida, no qual elas devem apontar “as questões que podem tornar um local inseguro para as mulheres e meninas em termos de acesso a serviços essenciais” (JAGORI; WICI, 2010, p.38, tradução nossa).

No entanto, em cada uma das seis Caminhadas Exploratórias foram sugeridos pontos de observação que visaram captar as realidades específicas das cidades que protagonizaram os estudos, baseado no que é tido como influenciador da experiência urbana das mulheres nos espaços livres nas regiões estudadas. Vê-se na figura 07, alguns materiais mais detalhados e abrangendo a consideração de múltiplos elementos, como também modelos mais simples, que consideraram situações gerais.

Aqui vale abrir um parêntese para pontuar uma escolha metodológica. No primeiro momento da pesquisa, optamos por produzir um material guia próprio¹, baseado no conteúdo apresentado no quadro individual do procedimento em questão e adaptado à realidade local. No entanto, após as considerações feitas, percebemos que tal guia poderia atuar como limitador do olhar crítico das mulheres participantes; mas sobretudo, como excludente daquelas que possuem dificuldades para leitura ou mesmo que são analfabetas, posto que é essa a realidade de uma parcela significativa das maceioenses da resistência. Ao levar tais fatos em consideração, decidimos retirar o material guia do procedimento.

Portanto, a **Caminhada Exploratória** seguiria o percurso

¹ O material está disponível no Apêndice 4.

seria proposta uma conversa sobre temas como a vulnerabilidade da mulher no espaço público, as desigualdades de gênero e a inclusão da mulher na cidade, questões vivenciadas por elas diariamente.

A fim de complementar as partilhas das experiências e pontos de vista pessoais, nesse momento seriam apresentados - pela pesquisadora - dados numéricos e pesquisas das temáticas listadas acima, buscando evidenciar como a teoria tem se posicionado sobre a realidade que elas sentem na pele. Almeja-se com isso, instigar o avanço das suas discussões e contribuir com conhecimento técnico aumento dos seus arsenais para suas lutas pelo direito à cidade.

Após a análise apresentada de cada um dos seis quadros Individuais elaborados por meio do cruzamento das informações contidas nos materiais estudados, o Método de Observação das Marcas Urbanas foi constituído pelos procedimentos metodológicos: i) Análise dos Contextos; ii) Observação do Lugar; iii) Lista do Itinerário do Cotidiano; iv) Mapa Perceptivo; v) Caminhada Exploratória e vi) Grupos de discussão/Conversas temáticas.

1.3 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS, DIFICULDADES E ADEQUAÇÕES: O MÉTODO DE OBSERVAÇÃO DAS MARCAS URBANAS E A REALIDADE

Após o desenvolvimento do Método de Observação das Marcas Urbanas, chegamos ao momento de aplicá-lo, a fim de observar a sua correspondência aos objetivos desenhados no início da pesquisa. Para tanto, foi preciso além de determinar o Conjunto Habitacional de Interesse Social que sediaria a sua aplicação, posto que para a experimentação do MOMU bastaria a determinação de

determinado pelas participantes nas dinâmicas anteriores de Lista do Itinerário do Cotidiano e Mapas Perceptivos. Em um outro dia, no turno da manhã ou da noite, o mesmo grupo participante deveria percorrer o trajeto dos quatro locais selecionados por elas, em um tempo máximo estabelecido coletivamente. Nesse momento seria interessante que as participantes registrassem nos formatos de fotografia e vídeo o que lhes chamar atenção durante o percurso que impacte a experiência urbana delas. O conteúdo apreendido seria discutido posteriormente, no último procedimento metodológico a ser aplicado em sequência: o **Grupos de discussão/Conversas temáticas**.

No **sexto** procedimento há uma variedade nas abordagens empregadas pelos materiais estudados, como visto na figura 08. Há aqueles que propuseram dinâmicas com a utilização de cartazes ou leitura de textos complementares; há os que enfocaram no compartilhamento das experiências de vida, e os que visaram o incentivo da criatividade para solucionar os pontos levantados. Por isso, com o objetivo de tornar esse momento acessível à todas, optamos por destiná-lo a criação de um ambiente seguro promovedor do compartilhamento tanto das experiências vivenciadas durante os processos estabelecidos nas dinâmicas, como das percepções e dos possíveis ganhos trazidos por elas. Além de elencar as situações encontradas e explorar possíveis soluções, em coletividade, para cada uma delas.

Essa forma de concluir a aplicação do Método de Observação das Marcas Urbanas com as mulheres da resistência foi pensada para propor um espaço de partilha e debate com as participantes. Assim,

MATERIAL	PROCEDIMENTO	ELEMENTOS						ELEMENTOS					
WOMEN'S SAFETY AUDITS FOR A SAFER URBAN DESIGN	CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS	GENERAL INFORMATION: LOCATION, DATE, TIME AND AUDIT MEMBERS.	OVERALL IMPRESSION: HOW WOULD YOU GENERALLY RATE THE LOCATION?	LIGHTING	SIGNAGE	SIGHTLINES	ISOLATION - EYE DISTANCE	ISOLATION - EAR DISTANCE	MOVEMENT PREDICTORS (A PREDICTABLE OR UNCHANGEABLE ROUTE OR PATH).	ESCAPE ROUTES	MAINTENANCE	OVERALL DESIGN	
UNDERSTANDING WOMEN'S SAFETY	CAMINHADA EXPLORATÓRIA	AREA, DATE, ROUTE AUDITED, TIME, WEATHER, DURATION, NAME OF THE PEOPLE.	LIGHTING	SIGNAGE	IF THERE ARE FOOTPATHS ARE THEY WIDE ENOUGH, ARE THERE OBSTRUCTIONS OR LARGE CRACKS?	ARE FOOTPATHS ACCESSIBLE FOR PEOPLE WITH DISABILITIES OR WITH PRAMS?	MAINTENANCE: GARBAGE, GRAFFITI ETC. ARE THERE RUBBISH BINS?	ACCESS TO ANY HELP IN EMERGENCY/ PHONES/ A LOT OF PEOPLE AROUND.	DO SURROUNDING BUILDINGS PROVIDE INFORMAL SURVEILLANCE?	ANY ENTRAPMENT AREAS — RECESSED DOORWAYS, ALLEYS?	ARE THERE ANY DEMOLISHED OR UNFINISHED BUILDINGS WHICH COULD BE UNSAFE?	ANY VISIBLE POLICING? ARE THERE PEOPLE ON THE STREET? ARE THERE GROUPS WHO USE THE STREET THAT MAKE WOMEN FEEL UNSAFE?	ARE THERE REASONS TO LINGER? ARE THERE SAFE PEDESTRIAN CROSSINGS? ARE THERE CHILDREN OR YOUTH PLAYING? WHAT AGE GROUPS?
A HANDBOOK ON WOMEN'S SAFETY AUDITS	CAMINHADA EXPLORATÓRIA	WALK THROUGH THE SELECTED AREA TO IDENTIFY ISSUES THAT COULD MAKE A PLACE UNSAFE FOR WOMEN AND GIRLS IN TERMS OF ACCESS TO ESSENTIAL SERVICES.	IDENTIFY TWO MEMBERS WHO WILL TAKE NOTES OF THE OBSERVATIONS. ALSO, IDENTIFY THE PERSON WHO WILL TAKE PHOTOGRAPHS AND LEAD THE GROUP.	NAME OF AREA; DATE; ROUTE AUDITED; TIME AND DAY OF AUDIT; WEATHER; DURATION; NAMES OF PEOPLE WHO PARTICIPATED.	LIGHTING: ARE THE STREET LIGHTS WORKING? ARE THEY DISTRIBUTED EVENLY? DO THEY LIGHT THE STREETS? MARK ON MAPS LIGHTS THAT ARE NOT WORKING? HOW LONG DOES IT TAKE TO REPAIR THE LIGHTS?	CONDITION OF THE STREETS: ARE THE STREETS WELL PAVED? IS IT POSSIBLE TO WALK FAST AND EASILY ON THEM? ARE STREETS ACCESSIBLE FOR PEOPLE WITH DISABILITIES?	ENTRAPMENT AREAS AND UNUSED LAND: ARE THERE ANY RECESSED DOORWAYS, ALLEYS, DEMOLISHED OR UNFINISHED BUILDINGS WHICH COULD BE UNSAFE? WHAT IS THE CONDITION OF VACANT/UNUSED LAND? ARE THERE ANY OVERGROWN BUSHES AND GRASS?	SOCIAL USAGE OF SPACE: ARE THERE PEOPLE ON THE STREETS? NOTE IF MEN ARE MORE THAN WOMEN? WHAT ARE THEY DOING? ARE THERE MARKETS/SHOPS ON THE MAIN STREETS? OBSERVE THE LOCATION OF CIGARETTE AND LIQUOR SHOPS.	FORMAL SURVEILLANCE: IS THERE ANY VISIBLE POLICING?	INFORMAL SURVEILLANCE : DO SURROUNDING BUILDINGS PROVIDE INFORMAL SURVEILLANCE?	SPEAK WITH THE USERS OF THE SPACE: ASK THEM ABOUT THEIR PERCEPTIONS OF WOMEN'S SAFETY IN THE AREA. DO THEY FEEL SAFE AND COMFORTABLE HERE? ARE THERE ANY PLACES THAT THEY DELIBERATELY AVOID? DO THEY OPT FOR DIFFERENT ROUTES DEPENDING ON THE TIME OF THE DAY?	HOLD A DEBRIEFING SESSION IMMEDIATELY AFTER THE AUDIT OR THE NEXT DAY TO DISCUSS THE OBSERVATIONS OF THE GROUP. IDENTIFY THE PRIORITY ISSUES THAT NEED TO BE ADDRESSED.	
WOMEN WORKING: URBAN ASSESSMENT GUIDE FROM A GENDER PERSPECTIVE	CAMINHADA EXPLORATÓRIA	SELECTION OF THE PLACE TO BE EXAMINED (10min). WALK THROUGH THE PUBLIC SPACE (90min). FINAL REFLECTION POINT (20min).	PUBLIC SPACES: SPACES OF RELATIONSHIP AND SOCIALIZATION. GENERAL INFORMATION.	FACILITIES AND OTHER SERVICES: GENERAL, FACILITIES, RETAIL).	MOBILITY	SAFETY: SPATIAL VISIBILITY, SOCIAL VISIBILITY, INFORMATION, PROHIBITED SPACES.	HOUSING: RIGHT TO HOUSING, LOCATION, PRIVATE SPACES.	ACCESS TO ANY HELP IN EMERGENCY/ PHONES/ A LOT OF PEOPLE AROUND.	DO SURROUNDING BUILDINGS PROVIDE INFORMAL SURVEILLANCE?	ANY ENTRAPMENT AREAS: RECESSED DOORWAYS, ALLEYS?	ARE THERE ANY DEMOLISHED OR UNFINISHED BUILDINGS WHICH COULD BE UNSAFE?	ANY VISIBLE POLICING? ARE THERE PEOPLE ON THE STREET? ARE THERE GROUPS WHO USE THE STREET THAT MAKE WOMEN FEEL UNSAFE?	ARE THERE REASONS TO LINGER? ARE THERE SAFE PEDESTRIAN CROSSINGS? ARE THERE CHILDREN OR YOUTH PLAYING?
ANÁLISES, RESULTADOS E RECOMEND. MULHERES CAMINHANTES!	CAMINHADA DE PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA	DIMENSÕES A SEREM OBSERVADAS: SENSações AO CAMINHAR (POSITIVA, NEGATIVA OU NEUTRA).	CAMINHADA DE AVALIAÇÃO DA CAMINHABILIDADE: CALÇADA E TRAVESSIAS	ILUMINAÇÃO, CONFORTO TÉRMICO, LUGARES PARA DESCANSAR E PASSEAR, LIMPEZA E POLUIÇÃO, PRESENÇA E QUALIDADE DA SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E OUTROS SERVIÇOS NA CALÇADA, FACHADAS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.	CONEXÃO COM OUTROS TRANSPORTES E LUGARES: ACESSO AO TRANSPORTE PÚBLICO, ACESSO A EDIFÍCIOS, SINALIZAÇÃO, ACESSIBILIDADE, LUGAR DE ESPERA.	SENSAÇÃO E INTERAÇÃO: CONDIÇÕES DAS CONSTRUÇÕES, DIVERSIDADE, OUTRAS ATIVIDADES, SONS NO CAMINHO, CHEIROS, ATITUDES E COMPORTAMENTOS NA RUA.							
ENTORNOS HABITABLES	CAMINHADA EXPLORATÓRIA	REGISTRAR, MEDIANTE FOTOGRAFÍAS, ELEMENTOS Y SITUACIONES QUE CONSIDERAMOS IMPORTANTES PARA DESCRIBIR NUESTRO ENTORNO COTIDIANO Y LA PERCEPCIÓN DE (IN)SEGURIDAD ASOCIADA A ESTOS ENTORNOS.	ACCIÓN INDIVIDUAL LECTURA DE PREGUNTAS - MATERIAL USADO DO COL.LECTIU PUNT 6.	ACCIÓN COLECTIVA RECORRER Y FOTOGRAFIAR EL ESPACIO PÚBLICO. PARADA FINAL Y PUESTA EN COMÚN.									

FIGURA 07: QUADRO 7 – QUADRO INDIVIDUAL: TABULÇÃO DO PROCEDIMENTO CAMINHADA EXPLORATÓRIA.
 FONTE: AUTURAL, 2019.

MATERIAL	PROCEDIMENTO	ELEMENTOS			
ANÁLISES, RESULTADOS E RECOMEND. MULHERES CAMINHANTES!	CONVERSA SOBRE MEDO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CAMINHABILIDADE.	A ATIVIDADE “COMO ME SINTO QUANDO...” - OBJETIVO DE DESPERTAR NAS PARTICIPANTES IDEIAS E REFLEXÕES ACERCA DE SUAS ESCOLHAS DE DESLOCAMENTO.	CONVERSA SOBRE MEDO: DO QUE VOCÊ TEM MEDO AO CAMINHAR NA RUA?	CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CARTAZ COM AS DEFINIÇÕES E DIFERENÇAS DE INSEGURANÇA POR RAZÕES DE VIOLÊNCIA ECONÔMICA E POR RAZÕES DE GÊNERO	CONVERSA SOBRE CAMINHABILIDADE
ENTORNOS HABITABLES	DISCUSSÃO EM GRUPO	EL GRUPO DE DISCUSIÓN ES UNA CONVERSACIÓN MODERADA POR UNA PERSONA EXTERNA A LA MISMA, QUE SIRVE PARA RECOGER INFORMACIÓN SOBRE UN TEMA CONCRETO Y EXPLORAR Y COMPARTIR REFLEXIONES A PARTIR DE LAS IDEAS DE DIFERENTES PERSONAS.	¿QUÉ ENTENDEMOS POR SEGURIDAD? ¿VIVIMOS LA (IN)SEGURIDAD DE MANERA DIFERENTE POR RAZONES DE SEXO, GÉNERO, EDAD, ORIGEN, ETC.? ¿POR QUÉ? • ¿CUÁL ES LA PERCEPCIÓN DE SEGURIDAD DURANTE EL DÍA/NOCHE? ¿POR QUÉ? ¿CUÁNDO/ EN QUÉ MOMENTOS DEL DÍA/NOCHE?	¿EN QUÉ LUGARES SE SIENTEN PARTICULARMENTE SEGURAS O INSEGURAS? ¿QUÉ TIENEN ESOS LUGARES QUE HACEN QUE SE SIENTAN DE ESA MANERA? • ¿QUÉ ELEMENTOS PERSONALES, SOCIALES Y/O FÍSICOS LES HACEN SENTIR SEGURAS Y CUÁLES INSEGURAS?	¿Y CUÁLES INCREMENTAN SUS PERCEPCIONES DE MEDO O INSEGURIDAD? • NOMBRAR TRES ELEMENTOS PRIORITARIOS QUE SE DEBERÍAN TRABAJAR PARA MEJORAR LA SEGURIDAD EN ESTA CIUDAD/TERRITORIO.
A HANDBOOK ON WOMEN'S SAFETY AUDITS	DISCUSSÃO EM GRUPO	FOCUS GROUP DISCUSSIONS (FGDs)	WE RECOMMEND THAT THE FACILITATOR STEER THE DISCUSSION TO INCLUDE SERVICES SUCH AS TOILETS, WATER, SANITATION, DRAINS, GARBAGE DISPOSAL AND POWER SUPPLY AND EXPLORE THE PROBLEMS FACED BY THE PARTICIPANTS.	WITH EACH GROUP, EXPLORE THEIR UNDERSTANDING OF LOCAL GOVERNANCE AND THE AGENCY RESPONSIBLE FOR EACH SERVICE.	
WOMEN WORKING: URBAN ASSESSMENT GUIDE FROM A GENDER PERSPECTIVE	GRUPO DE LEITURA E GRUPO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS.	READING GROUP: INDIVIDUAL ACTIVITY (READING TEXTS FROM THE BIOGRAPHY) - GROUP ACTIVITY (PRESENT THE TEXT YOU'VE READ AND DEBATE WITH OTHERS).		AUDIOVISUAL RESOURCES GROUP	
UNDERSTANDING WOMEN'S SAFETY	DISCUSSÃO EM GRUPO	IT INVOLVES SHARING SPECIFIC EXPERIENCES, PRESENTING OPINIONS AND EXPLORING POSSIBLE SOLUTIONS. THE AIM OF THE FOCUS GROUPS WITHIN THE GENDER-INCLUSIVE CITIES PROJECT WAS TO IDENTIFY AND UNDERSTAND THE FACTORS THAT MAKE WOMEN FEEL SAFE OR UNSAFE IN PUBLIC SPACES IN THE CITIES.		ISSUES SUCH AS VULNERABILITY, WOMEN'S SAFETY AND ACCESS TO THE CITY'S PUBLIC SPACES. POVERTY, DISABILITY.	

FIGURA 08: QUADRO 8 – QUADRO INDIVIDUAL: TABULÇÃO DO PROCEDIMENTO GRUPOS DE DISCUSSÃO/CONVERSAS TEMÁTICAS. FONTE: AUTURAL, 2019.

um único Conjunto; delimitar o grupo de mulheres da resistência que compartilhariam as suas experiências e Marcas Urbanas.

No que tange os critérios que auxiliaram na escolha do Conjunto Habitacional de Interesse Social, acreditávamos ser

CRITÉRIOS USADOS	ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS MOVIMENTADOS	ACESSO POSSÍVEL	LIDERANÇA POPULAR	POPULAÇÃO ENGAJADA
LOCAIS VISITADOS				
CONJ. DENISSON MENEZES	POSSUI ESPAÇOS LIVRES UTILIZADOS, INCLUSIVE COM UMA PRAÇA.	DIFÍCIL ACESSO COM TRANSPORTE PÚBLICO.	HÁ LIDERANÇA POPULAR.	NÃO HOUE ENGAJAMENTO DA POPULAÇÃO.
CONJ. PARQUE DOS CAETÉS	POSSUI DIVERSOS ESPAÇOS LIVRES, INCLUSIVE DE LAZER (QUADRAS E PLAYGROUNDS), MAS NÃO SÃO UTILIZADOS.	ACESSO COM TRANSPORTE PÚBLICO COMPLICADO, MAS POSSÍVEL.	HÁ LIDERANÇA POPULAR.	FRACO ENGAJAMENTO DA POPULAÇÃO
OCUPAÇÃO DANDARA	NÃO HÁ INFRAESTRUTURA BÁSICA NO LOCAL POR SER UMA OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA.	DIFÍCIL ACESSO TANTO COM O TRANSPORTE PÚBLICO E PERIGOSO PARA ADENTRAR.	HÁ LIDERANÇA POPULAR.	ALTO ENGAJAMENTO DA POPULAÇÃO
CONJ. JOSÉ APRÍGIO VILELA	POSSUI ESPAÇOS LIVRES UTILIZADOS (PESSOAS FICAM NAS CALÇADAS E CRIANÇAS BRINCAM NA RUA).	ACESSO COM TRANSPORTE PÚBLICO COMPLICADO, MAS POSSÍVEL.	HÁ LIDERANÇA POPULAR.	ALTO ENGAJAMENTO DA POPULAÇÃO

FIGURA 09: QUADRO 9 – CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS VISITADOS EM MACEIÓ, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS. FONTE: AUTURAL, 2019.

necessário o cumprimento de quatro critérios, sendo eles a existência de: i) **espaços livres públicos movimentados**, no sentido de ter um número mínimo de pessoas utilizando esses espaços do Conjunto; um ii) **acesso possível**, em termos de facilidade de deslocamento até o local por meio de transporte público; uma iii) **Liderança Popular**, para auxiliar no ingresso com segurança ao Conjunto (por ser uma pessoa respeitada e ter conhecimento do local); e, por fim, uma iv) **população engajada**, caracterizada pela organização e participação das moradoras nas atividades da comunidade.

Neste contexto, por atender aos quatro critérios elencados, o Conjunto Habitacional de Interesse Social escolhido, dentro das quatro opções possíveis¹, foi o Conjunto José Aprígio Vilela, no bairro do Benedito Bentes, como demonstrado na figura 09. Uma vez definido o recorte espacial onde ocorreria a aplicação do MOMU, o passo seguinte foi delimitar a amostra populacional - composta por um grupo de aproximadamente quinze mulheres -, que partilharia suas Marcas Urbanas.

Assim, na busca por contemplar a maior parte das vivências urbanas femininas, os critérios de **inclusão** se basearam na necessidade de abranger mulheres com diferentes: faixas etárias, estados civis, ocupações, locais de trabalho, limitações físicas e com a presença/ausência de filha(o). Em contrapartida, os critérios de **exclusão**, que impossibilitaria a cooperação das moradoras no MOMU, foram os de: não ser residente do Conjunto e vivenciar os espaços livres públicos prioritariamente por meio do automóvel, ou

¹ A seleção das quatro opções se deu pelo conhecimento de Líderes Populares que possibilitaram a aproximação aos territórios.

seja, não utilizando uma mobilidade ativa¹.

As delimitações propostas permitiram as primeiras aproximações ao local estudado, que foram facilitadas pela colaboração da Líder Popular Marta, atual responsável pela Associação em Defesa das Mulheres do Conjunto José Aprígio Vilela². Ao apresentá-la a pesquisa, Dona Marta se demonstrou solícita em construir a ponte entre as mulheres associadas e o MOMU, cedendo até a estrutura da Associação para abrigar as dinâmicas. Com isso, o fato de Dona Marta afirmar conhecer as colaboradoras da Associação permitiu que ela selecionasse as moradoras que atenderiam aos critérios de inclusão e exclusão propostos, possibilitando o início das **primeiras experiências** com o Método de Observação das Marcas Urbanas com as mulheres do Conjunto José Aprígio Vilela, situado no Benedito Bentes.

No entanto, as **primeiras dificuldades** surgiram ao passo que as conversas introdutórias aconteciam, quando Dona Marta se deparava com inúmeras adversidades em conseguir datas para reunir as mulheres que vivenciariam o MOMU. Em um dos episódios³, por exemplo, na roda introdutória de conversa marcada, eu me encontrava à porta da Associação e ela estava fechada. Descobri pelos vizinhos que o motivo era a coincidência da data do primeiro contato com as

futuras colaboradoras da pesquisa com a inauguração da Creche Municipal do Conjunto. Indo ao local, me deparei com uma maioria de mulheres e suas crianças, conhecendo o espaço e se fazendo serem vistas e ouvidas pelos governantes e pela equipe da Secretaria Municipal de Educação presentes no evento.

Enquanto as duas primeiras etapas do MOMU – Análise dos Contextos e Observação do Lugar -, que dependiam somente da pesquisadora, começavam a tomar forma, as tentativas de aplicação à realidade das mulheres da resistência do José Aprígio Vilela se estendiam por semanas. Após diversas tentativas de comunicação com a Dona Marta e alguns encontros presenciais⁴, surgiram algumas hipóteses para tentar compreender a situação de não êxito em me reunir com as mulheres do Conjunto.

Dentre as situações possíveis, levantamos as possibilidades de a Dona Marta não ter estado de fato disponível para articular as rodas de conversa necessárias com as moradoras do Conjunto ou da existência da Associação em Defesa das Mulheres não significar a garantia de engajamento popular, como havia sido pensado no início. Ou ainda, consideramos a alta probabilidade da realidade encarada por essas mulheres demandar tanto, que não houve nelas o desejo e/

4 Vale o registro de uma das tentativas de me reunir com as moradoras do Conjunto, quando após o não comparecimento das moradoras, Dona Marta sugeriu me levar para conhecer as mulheres que estavam vivendo na Ocupação dentro da obra inacabada do posto de saúde do Aprígio. Neste dia, propus uma roda de conversa informal, com o compartilhamento das experiências urbanas vivenciadas por elas, pois cogitava convidá-las para participar da pesquisa em substituição das mulheres da Associação. No entanto, me deparei com a cruel realidade de que a vivência delas de Maceió é negada por completo. De acordo com os relatos, a maioria das mulheres não sai do posto de saúde; e quando muito, algumas visitam a casa de parentes, dentro do próprio Conjunto, para fazer suas necessidades fisiológicas, uma vez que não há banheiros na Ocupação. O cotidiano da grande parte delas é cuidar dos filhos e dos seus poucos pertences dentro dos barracos criados nas estruturas das futuras salas médicas, enquanto seus companheiros vão à luta pelo “bico” de cada dia. Por conta do contexto encontrado, o Método da Observação das Marcas Urbanas não seria a melhor abordagem para analisar a realidade dessas mulheres, e por isso, não houve o convite à participação.

ou o tempo de colaborar e construir uma pesquisa em conjunto.

À vista do exposto, ao iniciar a aplicação do Método de Observação das Marcas Urbanas inicialmente proposto, nos deparamos com a impossibilidade de reunir o quantitativo de mulheres necessário para a vivência das etapas, sinalizando assim a necessidade de propor uma **adaptação**⁵ em seu formato. A solução encontrada foi a proposição da aplicação do MOMU não mais para um grupo de mulheres de um único Conjunto, mas em um formato individual, podendo abranger a experiência de mulheres residentes de outros Conjuntos Habitacionais de Interesse Social do mesmo bairro. Essa decisão aumentaria o tempo necessário para a finalização da aplicação experimental, mas garantiria que todas as etapas cabíveis na **nova abordagem** fossem executadas, uma vez que seria mais viável de organizar e se adaptar aos cotidianos das mulheres colaboradoras.

Portanto, dentro do contexto apresentado, surgiu a necessidade de encontrar e convidar novas mulheres a participarem da aplicação do MOMU. Como já havia estabelecido contato com outras duas Líderes Populares no momento da definição do Conjunto José Aprígio Vilela como recorte espacial, optei por apresentá-las à pesquisa e propor-lhes o convite à participação. Com isso, um novo cenário havia se estabelecido: ao invés de vivenciar o Método de Observação das Marcas Urbanas com as moradoras associadas à Associação em Defesa das Mulheres do Conjunto José Aprígio Vilela e analisar as

5 A adequação por uma nova abordagem de aplicação do MOMU se fez necessária por não haver a possibilidade de reunir um grupo de mulheres nos outros Conjuntos já visitados, uma vez que não se enquadravam nos critérios para a seleção do recorte espacial. Além disso, não havia nem o contato, nem a disponibilidade de tempo para aproximações à novas Líderes Populares dos demais Conjuntos da cidade de Maceió.

experiências urbanas do grupo; a aplicação se daria com as residentes de Conjuntos Habitacionais de Interesse Social locados no bairro Benedito Bentes. Essa decisão permitiria a possibilidade de discutir comparativamente os impactos gerados pela inserção de edificações destinadas à população de baixa renda em territórios distantes e sem infraestrutura no dia a dia das mulheres da resistência maceioenses.

Com a adaptação para uma nova abordagem, houve a necessidade de promover **adequações** no próprio MOMU, para que ele correspondesse à nova realidade das aplicações individuais. Em seu formato ideal(izado), o MOMU dispunha das etapas de i) Análise de Contextos; ii) Observação do Lugar; iii) Lista do Itinerário do Cotidiano; iv) Mapa Perceptivo; v) Caminhada Exploratória; e, vi) Grupo de discussões, sendo as quatro últimas com os formatos de produção de dados individual e coletivo, como descrito no subitem 1.2.

No novo contexto encontrado, optamos por manter os procedimentos metodológicos em seus formatos iniciais, alterando aqueles que apresentavam dois momentos de aplicação; passando a ter somente o individual, como foi o caso da Lista do Itinerário do Cotidiano e do Mapa Perceptivo. Já a Caminhada Exploratória seria caracterizada agora pelo acompanhamento nos trajetos do cotidiano das protagonistas da pesquisa e não mais em pontos específicos escolhidos coletivamente pelas moradoras. Tal decisão buscou facilitar a participação das mulheres selecionadas na dinâmica, posto que não houve a proposição de mudanças em suas rotinas.

Por fim, a etapa de Grupo de Discussão passou a não se encaixar na estrutura adaptada do Método de Observação das

Marcas Urbanas. Em seu lugar propusemos o acréscimo da Entrevista Semiestruturada, que teve como objetivos i) manter a criação de um espaço seguro para o compartilhamento das experiências urbanas femininas e dos pontos de vista sobre as questões relacionadas ao direito à cidade das mulheres, como aconteceria nos Grupos de Discussão; bem como ii) incorporar a condução das etapas de Lista do Itinerário do Cotidiano e do Mapa Perceptivo a este momento, facilitando a aplicação de tais dinâmicas junto às mulheres.

O novo procedimento metodológico foi proposto alicerçado em um roteiro¹, cujo objetivo foi o de facilitar o gerenciamento das perguntas preestabelecidas. Concomitantemente, o fato da entrevista se caracterizar por uma abordagem semiestruturada permitiu o compartilhamento da condução do momento com as entrevistadas, por concedê-las a liberdade de propor novos temas e discussões. Neste aspecto, “as falas das informantes, como processo de linguagem, apresentaram-se como campo fértil para identificar suas significações” (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007, p.04), sendo, portanto, a entrevista “considerada uma ferramenta privilegiada no que condiz a coleta de informações, pois pode transmitir condições sociais e culturais específicas dos grupos entrevistados” (MINAYO, 2004 *apud* SILVA, 2016, p.82).

Em resumo, após as adequações, o Método de Observação das Marcas Urbanas adaptado à disponibilidade de participação das mulheres dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social inseridos no bairro Benedito Bentes, ficou caracterizado pelas etapas de: de i) Análise de Contextos; ii) Observação do Lugar; iii) Entrevista

Semiestruturada – contendo as dinâmicas iv) Lista do Itinerário do Cotidiano e v) Mapa Perceptivo; e, por fim, a vi) Caminhada Exploratória.

Ao finalizar este capítulo, percebo que um dos movimentos mais praticados foi o de trazer as minhas idealizações de cenários, personagens e do próprio Método desenvolvido, para um local mais próximo à realidade. Nesta realidade, não existem cenários projetados com a precisão e o controle das peças de teatro; mas sim um corpo urbano que é habitado e que possui dinâmicas complexas, sobrepostas. Muito menos existem personagens, com seus papéis determinados, empenhadas em executá-los de acordo com o planejamento e as expectativas criados, mas sim seres humanos imersos em cotidianos e demandas exigentes, em busca de conquistar a (sobre)vivência dos seus projetos de vida.

Quanto à idealização do Método de Observação das Marcas Urbanas, essa perpassa as duas anteriores e desemboca na **romantização da realidade** que seria encontrada, na qual acreditei que as seis etapas propostas no primeiro momento seriam executadas sem muitas complicações. No entanto, como exposto, muitos obstáculos surgiram durante o percurso, sobretudo em relação ao contato com as mulheres do local estudado. Somente aos poucos, o que tinha sido posto de início foi percebido como ideal(izado); e quando em contato com a realidade, pôde ser adequado a um modelo mais factível, postura oriunda da utilização da inspiração cartográfica diante do campo e sobretudo das relações estabelecidas com as colaboradoras da pesquisa.

Desta maneira, o caminho trilhado com o Método de Observação

das Marcas Urbanas do ideal à realidade respalda que

a riqueza da experiência social nem sempre se torna visível aos olhos do pesquisador que – de tão preocupado[a] que está com seus conceitos e instrumentos elaborados – não consegue percebê-la em sua **complexidade e força**. Para uma realidade que se põe em constante **movimento, mudança**, necessário se faz acessar meios que nos permitam compreender sua permeabilidade, sua fluidez, dinâmica, aquilo que impulsiona sua transformação (MESQUITA, 2006, p. 126 *apud* SILVA, 2016, p.81).

¹ Disponibilizado no Apêndice 5.

2

O MOMU NA PRÁTICA: EU PRÁTICO, NO SINGULAR

Desde sua concepção, o Método de Observação das Marcas Urbanas apresentou a intenção de ampliar a visibilidade dos estudos do cotidiano das mulheres da resistência de Maceió/AL, com enfoque nas experiências urbanas vivenciadas por elas nos espaços livres públicos da capital alagoana. Para tanto, a **abordagem metodológica qualitativa** se apresentou como a opção que nos auxiliou na percepção e troca dessas experiências urbanas, uma vez que nela são contemplados tanto as vivências, como os “significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores”, expressos pela linguagem e no cotidiano (MINAYO; SANCHES, 1993, p.07).

Sendo a abordagem qualitativa a base em termos de escolha dos procedimentos metodológicos para produção e análise de dados, o MOMU segue a ordem proposta pelo filósofo Gilles Granger (1982 *apud* MINAYO; SANCHES, 1993) de descrever, compreender e explicar, mesmo que em nível de hipóteses, um contexto ou realidade estudada. Neste sentido, as seis etapas do MOMU visam fazer esse caminho de construção do conhecimento, ora pela participação do olhar, da voz e da vivência da pesquisadora, ora pelo somatório dos olhares, das vozes e das vivências junto às colaboradoras da pesquisa.

Vale reforçar que assumimos, juntamente com a perspectiva qualitativa, uma pesquisa com **viés feminista**, por corroborar com o projeto teórico-epistemológico defendido por ele (RODRIGUÊS, 2013). Esse projeto apoia, além dos posicionamentos políticos e éticos já apresentados nos capítulos anteriores, a **pluralidade metodológica**. Essa é sustentada pelas/os investigadoras/es feministas como “uma opção técnica deliberada, na medida em que expressa preocupações

em prol do compromisso que esta visão da ciência assume face à mudança social” (NEVES; NOGUEIRA, 2004, p.50).

Este compromisso com a mudança social se expressa na seleção de múltiplos instrumentos metodológicos por acreditar que a complexidade de um fenômeno ou realidade deve ser abordada de formas variadas, ampliando assim o entendimento e a credibilidade do que foi apreendido (RODRIGUÊS, 2013). No que se trata do MOMU, a pluralidade metodológica se apresentou na escolha das seis ferramentas de produção dos dados, sendo elas: a pesquisa documental, as errâncias urbanas, o diário de campo, a entrevista semiestruturada, a cartografia corporal e a observação participante, distribuídas nas seis etapas que compõem o Método de Observação das Marcas Urbanas.

Abraçar o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa alicerçada em um projeto teórico-epistemológico feminista e de inspiração cartográfica foi desafiador pela exigência de um posicionamento ético e político durante todo o processo de construção do conhecimento. Em concomitância, trabalhar com a pluralidade metodológica imersa em uma atmosfera de *reflexividade*, demandou um constante movimento de questionar-me sobre o meu *lugar de fala*, minha realidade e meus privilégios, o que por vezes causou ansiedade, vergonha e culpa, de entrar em contato com maior proximidade à realidades difíceis, que até então tinham sido “mantidas fora da consciência” (KILOMBA, 2012, *apud* RIBEIRO, 2019, p.79).

Embora exigente, a utilização desse aporte teórico coloca esta pesquisa no caminho almejado, naquele que não busca conciliar, mas romper, visto que “não criamos uma nova sociedade com

discursos confortáveis para aqueles que se beneficiam dos privilégios estruturais” (RIBEIRO, 2018, p.262). Uma vez comprometida com a mudança social, “essa forma de produzir ciência [aqui proposta] vai ter uma relação importante com grupos minoritários, grupos que estão em situação de desigualdade social, em especial às mulheres” (RODRIGUES, 2013, p.64) e por isso a escolha pelas protagonistas deste estudo.

2.1 EU PRÁTICO: ANÁLISE DOS CONTEXTOS

Como já exposto, a impossibilidade de me reunir com as mulheres da Associação de Mulheres do Conjunto José Aprígio Vilela culminou na necessidade de adaptar o Método de Observação das Marcas Urbanas. O que antes se baseava em uma realidade de aplicação de dinâmicas coletivas, embora partindo da consideração das experiências urbanas individuais, alterou-se para outra somente individual.

Tal decisão originou um atraso no cumprimento do cronograma da pesquisa, uma vez que foi necessário adicionar um momento para adaptação do MOMU; além de triplicar tanto a quantidade de encontros necessários para suas aplicações, como triplicar os conteúdos de análise posterior, posto que cada uma das seis etapas do Método de Observação das Marcas Urbanas passou a ser executada individualmente.

Neste contexto, uma vez que as Marcas Urbanas das três mulheres da resistência que aceitaram participar da pesquisa se tornaram o alimento do MOMU, o recorte espacial precisou ser restabelecido, ampliando a Análise dos Contextos e a Observação

do Lugar, para, além do Conjunto José Aprígio Vilela, o Parque dos Caetés e Prof. Paulo Bandeira. Essa resolução significou a necessidade de adaptação da etapa e por isso, abordaremos brevemente tanto os contextos histórico e espacial dos três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social, quanto os perfis socioeconômicos de suas populações.

Os três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social José Aprígio Vilela, Parque dos Caetés e Prof. Paulo Bandeira estão localizados no bairro da capital do estado de Alagoas, Maceió, denominado Benedito Bentes, como situado nas figuras 10A/B/C. Em uma contextualização breve, o município de Maceió tem 511km² de extensão territorial, das quais 233km² correspondem a sua área urbana legal (CAVALCANTI *et al*, 2015). De acordo com o último Censo de 2010, a sua população era de 932.748 habitantes¹, dos quais 99,75% residiam em território urbano, sendo a parcela urbana composta por 51,72% de mulheres (IBGE, 2010). Em termos de subdivisão da população a partir da intersecção dos marcadores da diferença do gênero e da raça, a população feminina da área urbana se estrutura, por autodenominação, por 18,78% branca; 3,53% preta; 0,71% amarela; 28,56% parda e 0,13% indígena² (IBGE, 2010).

Uma informação importante sobre o território da capital alagoana para este estudo é sua formação geomorfológica, que é composta tanto por planícies litorânea e lagunar, quanto por tabuleiros; além de apresentar em suas transições “falésias com declives bastante acentuados, elementos naturais marcantes da paisagem e inadequadas

¹ A população estimada, segundo o site do IBGE, em 2019 era de 1.018.948 habitantes, vide si <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>

² Para maiores informações, consultar tabela em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>.

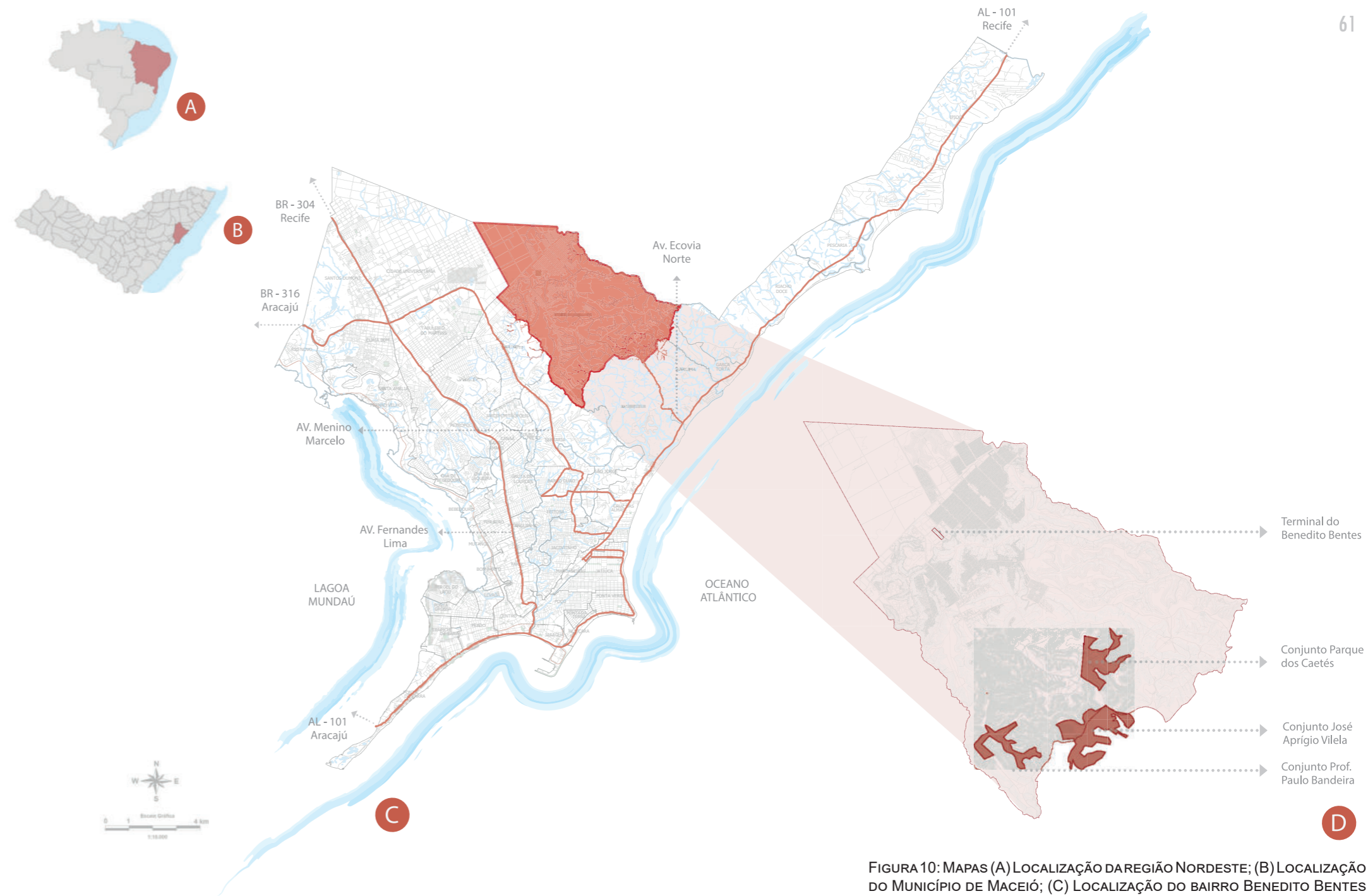


FIGURA 10: MAPAS (A) LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE; (B) LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ; (C) LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO BENEDITO BENTES E (D) LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DEGRADADOS. FONTE A E B: FERREIRA, 2019. C E D: MACEIÓ. BASE CARTOGRÁFICA OFICIAL DE MACEIÓ (2000), ADAPTADO PELA AUTORA, 2020.

à ocupação” (CAVALCANTI *et al*, 2015, p.12), embora a população de baixa renda se instale nessas localidades. No interior dos tabuleiros, onde está situado o bairro estudado, encontram-se ravinas estreitas (localmente conhecidas como grotas), caracterizadas por “encostas íngremes com inclinações acima de 100%” (idem, p.13), que tem por finalidade a drenagem natural do território, mas que são escolhidas por muitas/os (por falta de opção), como local de moradia.

Ao adentrar nos contextos do bairro observado, historicamente, o Benedito Bentes surge nos anos 1980, com a configuração, a princípio, de um conjunto habitacional de interesse social para a população de baixa renda da capital alagoana (MELO, 2019). O Conjunto Benedito Bentes foi locado em um dos territórios periféricos da cidade de Maceió, distando 16km do centro da cidade (SÁ, 2018), onde a topografia do terreno se caracterizava por ser plana, com a presença de leves ondulações e encostas com altas declividades (MELO, 2019), conhecidas localmente como grotas.

Com o passar dos anos, o Conjunto Benedito Bentes tomou proporções tamanhas que em 6 de janeiro de 2000 a Prefeitura promulgou a Lei Municipal 4.962 que o promoveu a bairro (MACEIÓ, 2000). Deste momento em diante, instituiu-se como suas fronteiras, o município de Rio Largo, ao norte, os bairros de Jacarecica e Serraria ao sul; os bairros da Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce ao Leste e, a Oeste, os bairros da Cidade Universitária e Antares, como demonstrado na figura 10C.

Em adição, segundo o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió (2007), o Benedito Bentes está situado nas Zonas de Interesse Ambiental e Paisagístico 8 (ZIAP 8); Residencial 3 (ZR-

3); Residencial e Agrícola 3 (ZRA-3) e de Expansão 1 (ZE-1), sendo considerado o maior bairro da capital alagoana, com uma área de 24.627 Km² (MELO, 2019).

Nas últimas décadas, a região do bairro do Benedito Bentes continuou a ser escolhida tanto pela Prefeitura de Maceió quanto pelo Estado de Alagoas para a inserção de novos programas de habitação de interesse social da capital (SÁ, 2018), provavelmente por conta de sua “maior proximidade à área rural, onde há disponibilidade de terrenos maiores a um menor custo, possibilitando a implantação de conjuntos habitacionais em maior escala” (PAULA, 2019, p.42). Atualmente o bairro é caracterizado por uma complexa dinâmica urbana, que abrange desde loteamentos, Conjuntos Habitacionais de Interesse Social e condomínios, a ocupações irregulares nas encostas, “que são áreas vulneráveis a deslizamento de solo e sem inclinação adequada a implantação de moradias” (MELO, 2019, p.38).

Em termos populacionais, apesar do último Censo do IBGE (2010) o considerar o bairro o mais populoso, com 88.084 habitantes dentre os quais a maioria era de mulheres (45.772 habitantes), em 2018 a Prefeitura Comunitária do Benedito Bentes estipulava uma média de 200 mil habitantes, tornando-o assim “mais populoso que 100 dos 102 municípios alagoanos” (BORGES, 2018). Essa defasagem dos valores apresentados indica a subnotificação dos dados do Censo de 2010, por serem informações colhidas há quase uma década. Em adição, um destaque importante para este estudo é o fato de o Benedito Bentes ocupar a primeira posição no ranking dos bairros mais violento da capital, de acordo com os dados de “homicídios, roubos, furtos, tráfico de drogas e tentativas de

assassinato” do levantamento Comando de Policiamento da Capital (CARVALHO, 2019).

Sobre o tecido urbano do bairro, a pesquisadora alagoana Hedhyliana Melo (2019, p.39, grifo nosso) destaca que ele,

mostra-se **heterogêneo quanto a sua forma**, não segue uma padronização quanto ao tamanho das vias e quadras. Em partes, isso se deve a sua **formação histórica**, pois à medida que os conjuntos foram sendo implantados, em diferentes décadas, assumiram composição de maneira variada, assim como o próprio **relevo acidentado** que proporciona diferentes adaptações do tecido. Os **padrões de ocupação** da área em estudo são diversificados na sua **forma, distribuição e tipos**, com presença de **vazios urbanos**.

Quando tratamos mais especificadamente dos três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social estudados, podemos “concluir que esses elementos serviram como importantes condutores da expansão da cidade” (MELO, 2017, p.94), como comprovamos na imagem 11. De acordo com o Código de Urbanismo e Edificações do Município (2007), os três Conjuntos foram inseridos na Zona Residencial Agrícola do tipo 3 (ZRA-3), o que significa dizer que a área

apresenta restrições de altura, que limita a implantação de edificações horizontais, impondo **baixa densidade e maior área ocupada**, (...) e proíbe a implantação e exercício de atividades comerciais, de serviços e industriais, levando ao questionamento **se esta região, sem infraestrutura, é a mais adequada para a inserção de grandes conjuntos habitacionais** com grandes demandas (PAULA, 2019, p.96, grifo nosso).

No entanto, as imposições do Código não impediram a construção dos três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social. Assim, o Prof. Paulo Bandeira foi o primeiro dos três a ser entregue, **no**

ano de 2009, pelo Estado de Alagoas. Na sequência, os outros dois foram provenientes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tendo o José Aprígio Vilela **inaugurado em 2014** pelo Governo do Estado e o Parque dos Caetés **em 2016**, pelo Município de Maceió (MELO, 2017).

A realidade da infraestrutura e serviços urbanos é similar nos três Conjuntos, sendo eles integrados à rede de abastecimento de água do Benedito Bentes e ao sistema de coleta de resíduos sólidos (MELO, 2017). O bairro como um todo possui “sistema próprio de esgotamento sanitário que envolve rede coletora” (MELO, 2019, p.40), enquanto Conjunto José Aprígio Vilela dispõe de uma estação própria de tratamento de efluentes (MELO, 2017), além dos três terem acesso à energia elétrica.

Ao aprofundar brevemente nas particularidades dos contextos de cada Conjunto, destacamos que o Prof. Paulo Bandeira é fruto da luta das famílias da Ocupação do antigo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) Paulo Bandeira, que ocupavam o terreno próximo ao Shopping Center Pátio Maceió (NOBRE, 2015). Com a construção do empreendimento comercial, houve a valorização do seu entorno e, por conta disso, o mercado imobiliário começou a pressionar o Governo do estado, pois almejava o território para a “construção de habitações do Programa Minha Casa Minha Vida, destinadas às famílias com renda fixa” (idem, p.129). Após negociações, o mercado conseguiu se impor e o Governo propôs a entrega de 780 unidades habitacionais, no próprio bairro, para as famílias da Ocupação e da favela Grota da Alegria (idem, 2015).

O Conjunto Prof. Paulo Bandeira foi inserido em uma das

escassas regiões planas de uma das extremidades do bairro, em uma área com carência de infraestrutura e serviços públicos, como transporte, escola, posto de saúde (idem, 2015) e equipamentos de lazer, comércio e serviços. Por ter seus limites determinados pelo relevo, como demonstrado na figura 11(G), possui apenas uma via de acesso e uma única linha de transporte coletivo que o liga ao terminal do bairro.

Em termos urbanísticos, apresenta uma via principal com canteiro central, com pouca arborização; além de calçadas estreitas e irregulares. No tocante a configuração arquitetônica das edificações, essa se caracteriza por uma produção padronizada, com todas as residências seguindo um mesmo projeto arquitetônico configurado por blocos térreos, com 2 unidades habitacionais (UH) geminadas.

Já o Conjunto José Aprígio Vilela foi um dos empreendimentos financiados pelo Programa do governo Minha Casa Minha Vida e seu público alvo foi as cidadãs e os cidadãos que se enquadravam na faixa 1 do Programa (recebendo de 0 a 3 salários mínimos) e que haviam se cadastrados pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SÁ, 2018). Também esse Conjunto foi inserido em uma das “frentes de expansão” do tecido urbano de Maceió, [estando] há mais de 3 km de distância do centro de comércio e serviços mais próximos” (MELO, 2017, p.182), sendo considerado o último Conjunto do bairro, como destacado na figura 11(F).

O fato de ser inserido em um território de custo baixo originou em uma “segregação socioespacial – [pois] mais uma vez habitações foram construídas “fora” da cidade, em um local (já) carente de infraestrutura e de serviços urbanos” (idem, p.187). Por esse motivo,

também possui um único acesso, sendo a via ainda em construção Ecovia Norte, que ligará o bairro Benedito Bentes aos bairros Guaxuma, Antares, Serraria e São Jorge (SÁ, 2018).

Dentro do Conjunto, a configuração espacial é composta por uma extensa avenida principal com canteiro central, vegetação rasteira e poucas árvores. Além desse eixo coletor dos fluxos, há as ruelas que se ramificam do corredor principal e se estruturam nas áreas planas do território, fazendo surgir uma malha orgânica com quadras extensas, para o maior aproveitamento em termos quantitativos de unidades habitacionais. Como demonstrado na figura 11(F), o Conjunto é totalmente limitado pelo relevo do terreno, o que delimitou a sua configuração, por conta das íngremes declividades.

O Conjunto José Aprígio Vilela não só repete a lógica arquitetônica de produção que acontece no Conjunto Prof. Paulo Bandeira em sua homogeneização projetual, sendo também a configuração das residências em blocos horizontais geminados com duas unidades habitacionais, como acrescenta o escalonamento da construção, entregando à população 1923 UH (MELO, 2017). Ademais, em seu projeto estava proposto “além das unidades habitacionais e das vias: áreas de preservação, áreas verdes e área para equipamentos comunitários, (...) a construção de uma creche, de uma escola e de um posto de saúde” (SÁ, 2018, p.139).

Ainda hoje, após aproximadamente seis anos de inauguração, o Conjunto não possui nenhum equipamento comunitário, a obra do posto de saúde está inacabada e sendo ocupada pela população

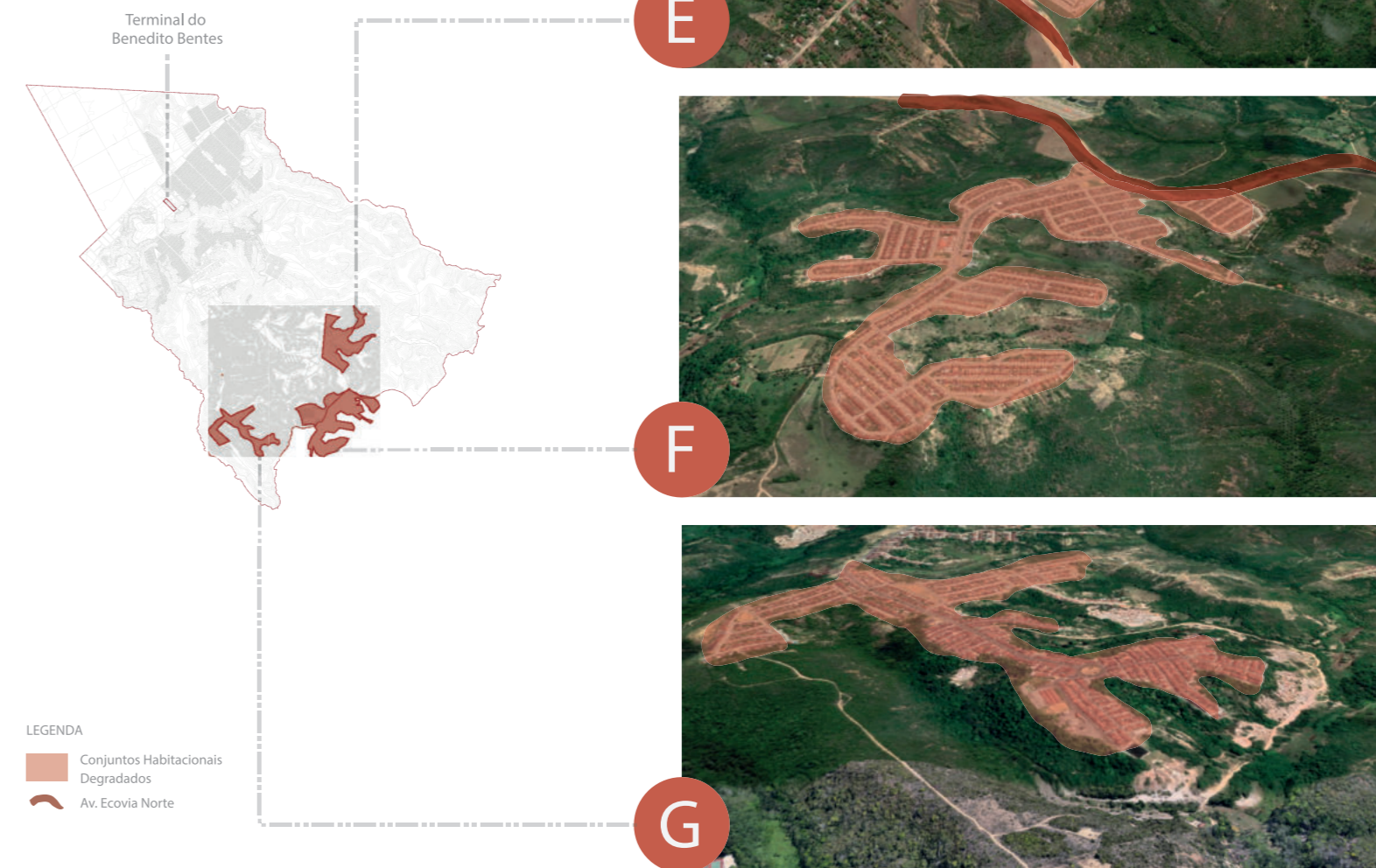


FIGURA 11: MAPA DO BAIRRO BENEDITO BENTES COM DESTAQUE PARA A INSERÇÃO DOS CONJUNTOS OBSERVADOS NAS REGIÕES PLANAS DO RELEVO. IMAGENS AÉREAS DOS CONJUNTOS (E) PARQUE DOS CAETÉS; (F) JOSÉ APRÍGIO VILELA E (G) PROF. PAULO BANDEIRA.

FONTE DO MAPA: MACEIÓ. BASE CARTOGRÁFICA OFICIAL DE MACEIÓ (2000), ADAPTADO PELA AUTORA, 2020. DAS IMAGENS: GOOGLE EARTH, ADAPTADO PELA AUTORA, 2020.

LEGENDA
 Conjuntos Habitacionais Degradados
 Av. Ecovia Norte

local¹ e a Creche Municipal foi entregue no final do passado², em 2019.

Por último, o Conjunto Parque dos Caetés, assim como os demais, foi inserido em um território sem a infraestrutura e os serviços urbanos necessários, como é possível observar na figura 11(E). Por isso, e com o objetivo de dar suporte aos moradores do José Aprígio Vilela, o seu projeto, também voltado para faixa 1 do PMCMV, propunha a “construção de: escola de ensino fundamental e infantil, creche, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), complexo esportivo e área comercial (SÁ, 2018, p.140). No entanto, também como aconteceu no Conjunto José Aprígio Vilela, os equipamentos voltados à educação, a assistência social e ao comércio ainda não estão funcionando, embora a edificação do CRAS e do Mercado Público estejam concluídas.

Em relação as características urbanas, também como os anteriores, o Parque dos Caetés possui uma avenida principal asfaltada, com canteiro central e pouca arborização, tendo como diferenciais duas³ faixas de rolamento em ambos os lados, além de uma ciclovia e equipamentos de lazer como playgrounds e quadras multiuso.

O seu arranjo arquitetônico é formado por 2.976 unidades habitacionais, agrupadas em 744 blocos e 12 quadras de casas

1 Segundo Vanderlei (2019), a obra do posto de saúde do Aprígio está sendo ocupada desde janeiro de 2019, pelos movimentos populares da Organização Adonai do Aprígio Vilela, pela União de Movimentos por Moradia e pela Associação em Defesa pelas Mulheres do Conjunto José Aprígio Vilela. As famílias reivindicam, dentre outros pontos, a necessidade e urgência da oferta de saúde para os moradores do Conjunto (VANDERLEI, 2019) e protestam, com seus próprios corpos, o cumprimento dos seus direitos.

2 Vide em <http://www.maceio.al.gov.br/2019/02/secretaria-visita-obras-do-cmei-jose-aprigio-vilela>.

3 Ambos Prof. Paulo Bandeira e José Aprígio Vilela só possuem uma faixa de rolamento em cada lado da via principal.

sobrepostas, com dois pavimentos e duas 2UH por andar, contendo 42m² de área interna por apartamento (MACEIÓ, 2016). Segundo o site da Prefeitura, essas moradias foram distribuídas para os

ex-moradores do antigo prédio do INSS, os desabrigados da enchente de 2013, que estavam alojados na escola Nise da Silveira, os residentes da antiga Favela do Jaraguá, por famílias que moravam de aluguel social, moradores de áreas de risco e a comunidade no geral que foi cadastrada no programa habitacional da Prefeitura (MACEIÓ, 2016).

Tendo apresentado brevemente os contextos históricos e espaciais dos três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social, realizaremos um apanhado geral do perfil socioeconômico das populações dos Conjuntos Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés. Na tentativa de esboçar esse perfil, recorreremos às informações contidas na Plataforma do Atlas Brasil (2013), uma ferramenta que disponibiliza dados e facilita as análises do “panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

No entanto, faz-se necessário pontuar que a análise do Atlas Brasil (2013) se baseia no Censo do IBGE de 2010, e somente o Conjunto Prof. Paulo Bandeira havia sido entregue até aquele momento. Ainda assim, optamos por utilizar as informações da Plataforma pela impossibilidade de elaborar um levantamento atualizado, pelos motivos explanados no capítulo anterior referentes às dificuldades do desenvolvimento da pesquisa.

Neste sentido, utilizamos as informações da Unidades de

Desenvolvimento Humano (UDH)⁴ denominada de Vales do Benedito⁵, em uma tentativa de traçar um perfil socioeconômico da população que se assemelhe à realidade, posto que os valores numéricos apresentados se aproximam ao cotidiano vivenciado pelas mulheres da resistência dos três Conjuntos. Tomaremos como base a subdivisão em categorias, como proposto Plataforma Atlas Brasil (2013), sendo elas: i) o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**; ii) **Demografia e Saúde**; iii) **Educação**; iv) **Renda**; v) **Trabalho**; vi) **Habitação**; e, vi) **Vulnerabilidade Social**.

Em relação ao valor do **IDHM**, no ranking das UDHs de Maceió, a UDH do Vales do Benedito se encontra na última posição, em 177^a lugar, o que significa dizer que as áreas onde estão locados os Conjuntos Habitacionais de Interesse Social estudados concentram populações que carregam em seus corpos as consequências dos piores indicadores de longevidade (0,706), de educação (0,381) e de renda (0,528) da Região Metropolitana (RM) de Maceió. Ao recordar as cenas, por exemplo, das obras inacabadas (e abandonada) do Posto de Saúde e (em conclusão, no momento dessa etapa) do Centro de Educação Municipal do José Aprígio Vilela; da ausência de equipamentos de educação nos outros dois Conjuntos; e do número de mulheres e homens que transitavam pelas ruas em manhãs de dias úteis de trabalho, reconheço, na realidade vista, um rebatimento

4 Segundo a plataforma do Atlas Brasil (2013), as UDH são delimitadas “a partir de uma base de informações socioeconômicas em nível de setores censitários [...], [para] propor a configuração de recortes espaciais intrametropolitanos mais homogêneos que atendessem às exigências técnicas do IBGE”. Sendo observado, no entanto, algumas limitações nas demarcações das UDHs por conta da dificuldade de atendimento dos critérios do IBGE.

5 Esta é a UDM onde estão localizados os três Conjuntos Habitacionais Degradados em estudo. No caso do José Aprígio Vilela, ele aparece dividido em duas Unidades (Vales do Benedito e Alto Guaxuma), mas o analisaremos com base nos dados da UDM Vales do Benedito pela sua aproximação com a realidade dos dados apresentados.

dos valores apresentados.

Ao analisarmos o ponto da **Demografia**, segundo o Atlas Brasil (2013), habitavam em 2010, na UDH do Vales do Benedito, 33.472 indivíduos, sendo desses: 51,41% mulheres e 48,59% homens. Do total de habitantes, a razão de dependência, determinada pelo percentual da “população de menos de 15 anos e de mais de 64 anos (população dependente), em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa)” (ATLAS BRASIL, 2013) era de 63,86%. Tal valor indica um percentual elevado da população dependente, o que pode estabelecer influência nos demais indicadores, como educação, trabalho e renda, uma vez que a população potencialmente ativa precisa suprir as necessidades dessa parcela dependente e, em paralelo, exercer as demais atividades do cotidiano.

Muito embora os valores de densidade demográfica não representem o quantitativo real relativo à população dos Conjuntos, sobretudo do José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, posto que as famílias começaram a habitá-los em 2014 e 2016 respectivamente, as Líderes Populares das regiões afirmam que a proporcionalidade populacional é maior para o sexo feminino e que são elas as principais encarregadas pelo cuidado dos indivíduos dependentes de suas famílias. As errâncias pelos Conjuntos, que serão compartilhadas adiante, também me permitiram reconhecer tal realidade, uma vez que o número de mulheres nas ruas, em cada uma das visitas, era mais elevado quando comparado ao de homens e a maioria delas caminhavam carregando ou acompanhada por crianças.

No que se refere à **Saúde**, no ano de 2010, a taxa de mortalidade

de crianças com menos de um ano era de 38,7 óbitos a cada mil nascidos vivos, enquanto no mesmo período, o número era de 21,6 óbitos por mil nascidos vivos na região metropolitana de Maceió. No mesmo ano, a taxa de esperança de vida ao nascer na UDH Vales do Benedito era de 67,3 anos, ao passo que na região metropolitana era de 72,7 anos. Ambos os dados demonstram as disparidades em relação a qualidade de vida das populações e o quanto as desigualdades afetam as mulheres da resistência residentes nos Conjuntos analisados.

Ao falar da **Educação**, o Atlas Brasil (2013) subdivide-a pelos públicos das crianças e jovens e dos adultos. Os valores encontrados referentes à educação de crianças e jovens da UDH do Vales do Benedito, em 2010, apresentavam-se inferiores, em todas as faixas etárias analisadas, quando comparadas aos níveis estadual e federal, como demonstra a figura 12. Em paralelo, os comparativos da população adulta não se mostram diferentes, sendo, em 2010, o percentual de adultos com mais de 24 anos e analfabetos quase o dobro em relação a região metropolitana de Maceió (31,63% e 16,80%, respectivamente).

Todas as demais categorias de análise, ainda sobre a categoria **Educação**, elencadas na figura 13, demonstram uma posição de inferioridade em relação aos valores encontrados na UDH em questão e os valores do município e da região metropolitana de Maceió. Ao cruzarmos com os dados já apresentados, principalmente com os demográficos a respeito da população dependente, indagamos se não seriam as mulheres dos três Conjuntos as mais marcadas pela

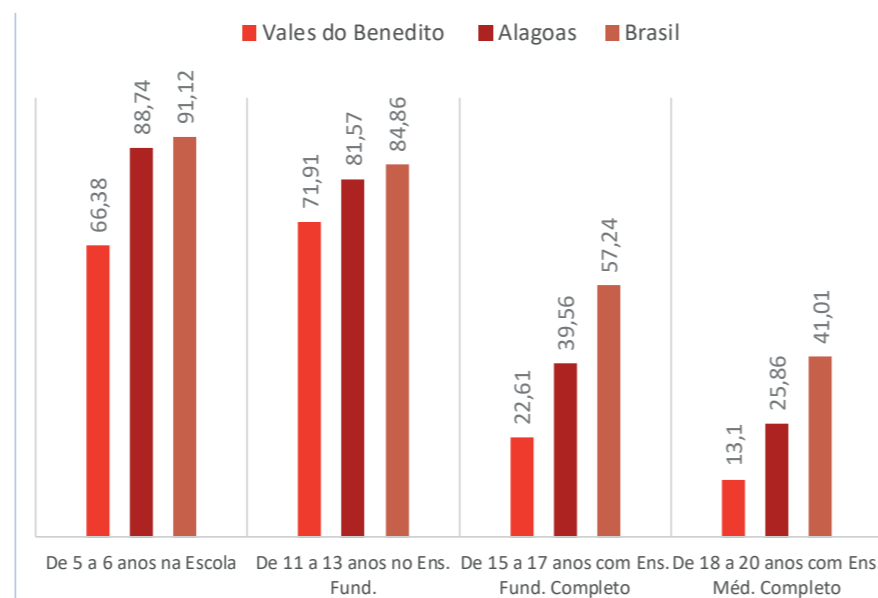


FIGURA 12: GRÁFICO 1 - FLUXO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA DE CRIANÇAS E JOVENS DA UDH VALES DO BENEDITO, EM 2010. FONTE: ATLAS BRASIL, 2013, ADAPTADO.

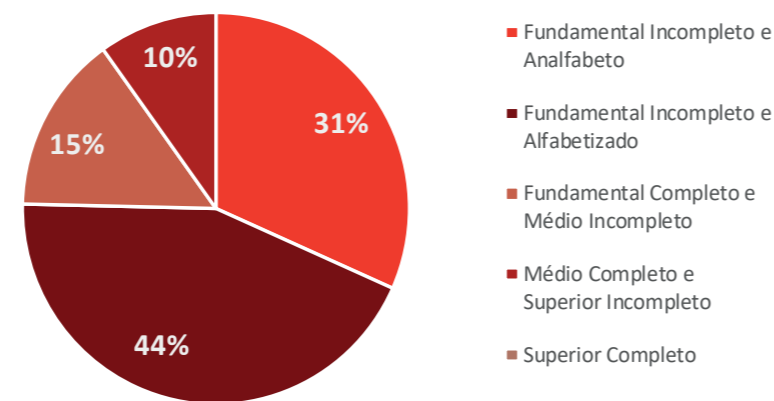


FIGURA 13: Gráfico 2 - ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS - UDH VALES DO BENEDITO - 2010. FONTE: ATLAS BRASIL, 2013, ADAPTADO.

realidade de terem que abrir mão¹ dos seus estudos para assumir o papel imposto pela sociedade patriarcal e machista de cuidar dos entes da família, além dos trabalhos domésticos.

Na categoria de **Renda**, o Atlas do Brasil (2013) demonstra que a renda per capita média², em 2010, da UDH do Vales do Benedito (R\$ 214,18) era três vezes menor quando comparada a do município (R\$ 792,54) e a da RM de Maceió (R\$ 691,51) no mesmo ano. Concomitantemente, as porcentagens da população da UDM do Vales do Benedito de pobres e extremamente pobres³ eram, respectivamente, de 39,90% e 19,18%, vide Tabela 1.

Ao compararmos os dados de **Renda** com os da categoria **Trabalho**, vemos na Tabela 2, que a taxa da população economicamente ativa (PEA)⁴ é de 64,13% na referida UDH e o de desocupação é de 18,63%. Esses valores sinalizam que, embora a maior parte da população da região esteja trabalhando, os valores de suas remunerações nos levam a pensar que a maior parte está inserida no mercado informal. Além disso, o baixo valor da renda também é explicado pelos baixos níveis educacionais da PEA, demonstrando, mais uma vez, a possibilidade das mulheres dos três Conjuntos serem as mais afetadas pelas opressões da estrutura social em vigor.

Para concluir o perfil socioeconômico, o Atlas Brasil (2013)

¹ Hipótese embasada nos altos valores de população acima dos 25 anos com seus diferentes níveis educacionais incompletos.

² "Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos" (ATLAS BRASIL, 2013).

³ Segundo o Atlas Brasil (2013), é considerado como pertencente à categoria população pobre e extremamente pobre os indivíduos com a renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 e R\$ 70,00 reais mensais, respectivamente.

⁴ Significa que é a "taxa de atividade da população de 18 anos ou mais" (ATLAS BRASIL, 2013).

TABELA 1 - DADOS SOBRE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE RELACIONADOS À UDH VALES DO BENEDITO - 2000 E 2010.

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE	2000	2010
RENDA PER CAPITA	R\$ 195,79	R\$ 214,18
% DE EXTREMAMENTE POBRES	19,14%	19,18%
% DE POBRES	51,96%	39,90%

FONTE: ATLAS BRASIL, 2013, ADAPTADO.

traz os dados sobre Habitação e Vulnerabilidade social. Em relação à **Habitação**, os indicadores levam em conta os domicílios com água encanada, com energia elétrica e com coleta de lixo, o que em porcentagem significava, para a UDH, em 2010: 48,77%, 99,83% e 97,08%, na ordem apresentada. Ao fazer o rebatimento à realidade dos três Conjuntos, como já apresentado, os três possuem acesso a água, energia elétrica e coleta dos resíduos sólidos. No entanto, ao caracterizá-los qualitativamente, tais serviços básicos apresentam-se à população de maneira precária, principalmente no que se refere ao abastecimento de água⁵ e a iluminação pública de qualidade, como destacou a Líder Popular Maria José ao relatar a ineficiência da manutenção das lâmpadas do Conjunto Parque dos Caetés.

⁵ Um exemplo desta afirmação são dois episódios de falta de água no Conjunto Prof. Paulo Bandeira registrados em matérias jornalísticas nos anos 2015 e 2019, como é possível observar nos sites Cada Minuto e <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/265690/2015/03/16/sem-agua-ha-16-dias-moradores-do-benedito-bentes-fecham-rua-em-protesto> a Gazeta Web https://gazetaweb.globo.com/porta/noticia/2019/01/moradores-reclamam-da-falta-de-agua-em-conjunto-do-benedito-bentes-ii_68316.php.

TABELA 2 - VALORES SOBRE A CATEGORIA DE TRABALHO DA UDH VALES DO BENEDITO – 2000 E 2010.

Ocupação a População de 18 anos ou mais - UDH - Vales do Benedito - AL	2000	2010
TAXA DE ATIVIDADE - 18 ANOS OU MAIS	67,75	64,13
TAXA DE DESOCUPAÇÃO - 18 ANOS OU MAIS	28,41	18,63
GRAU DE FORMALIZAÇÃO DOS OCUPADOS - 18 ANOS OU MAIS	40,35	42,82
NÍVEL EDUCACIONAL DOS OCUPADOS		
% DOS OCUPADOS COM FUNDAMENTAL COMPLETO - 18 ANOS OU MAIS	26,44	33,83
% DOS OCUPADOS COM MÉDIO COMPLETO - 18 ANOS OU MAIS	10,17	13,80

FONTE: ATLAS BRASIL, 2013, ADAPTADO.

Por fim, em relação à **Vulnerabilidade Social**, a Tabela 3 aponta inúmeras situações que foram quantificadas em 2010 na UDH do Vales do Benedito. No entanto, destacamos sobretudo os dados que dizem respeito aos percentuais de jovens de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis (30,47%); das (meninas) mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (7,33%) e das

TABELA 3 - ALGUNS INDICADORES DE VULNERABILIDADES SOCIAIS DA UDH DO VALES DO BENEDITO, MACEIÓ – 2000 E 2010

VULNERABILIDADE SOCIAL	2000	2010
% DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS FORA DA ESCOLA	58,40	38,70
% DE CRIANÇAS EXTREMAMENTE POBRES	24,73	28,09
% DE PESSOAS DE 14 A 25 ANOS QUE NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E SÃO VULNERÁVEIS, NA POPULAÇÃO DESSA FAIXA	27,73	30,47
% DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS	5,53	7,33
% DE MÃES CHEFES DE FAMÍLIA SEM FUNDAMENTAL E COM FILHO MENOR, NO TOTAL DE MÃES CHEFES DE FAMÍLIA	27,17	51,34
% DE VULNERÁVEIS À POBREZA	77,46	73,13
% DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS SEM FUNDAMENTAL COMPLETO E EM OCUPAÇÃO INFORMAL	67,57	58,14
% DA POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS COM BANHEIRO E ÁGUA ENCANADA	83,63	92,16

FONTE: ATLAS BRASIL, 2013, ADAPTADO.

mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor (51,34%), por serem os valores mais explicitamente relacionados à temática da pesquisa.

Contudo, ao levar em conta os relatos de Dona Marta sobre as famílias sem alimentos à mesa; as jovens meninas recém formadas e sem perspectiva de emprego por falta de experiência; e a maioria

das chefes de família que precisam tomar remédios antidepressivos para suportar a situação de vulnerabilidade em que estão inseridas, arrisco afirmar que os valores encontrados na Tabela 3 estão subdimensionados e não simbolizam a realidade que se apresenta de maneira ainda mais preocupante nos três Conjuntos.

A partir do cruzamento dos dados apresentados nas categorias propostas pelo Atlas Brasil (2013), o aumento significativo do percentual de mulheres chefes de família de 27,17%, em 2000, para 51,34%, em 2010, reforça a condição de vulnerabilidade e das marcas sofridas pelas mulheres dos Conjuntos estudados. Desde residirem em localidades com o menor IDHM da cidade de Maceió, essas mulheres ainda se veem com a obrigação de não somente cuidar da população dependente de suas famílias, como também de arcar com as contas, o que impõe sobre seus corpos múltiplas jornadas de trabalho.

Esse cenário de valores numéricos, ainda que subnotificados, comprova as marcas sociais sofridas pelas mulheres da resistência dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés. Ele sinaliza que a partir da realidade das desigualdades sociais e opressões impostas, elas precisam se articular em redes de antidisciplina para promover as suas resistências e assim (sobre)viver. Ademais, nos aponta que a partir de suas práticas cotidianas, elas têm a necessidade de utilizar os espaços livres públicos por uma perspectiva de quem não somente se desloca para trabalhar, mas também para organizar as outras demandas da família e do lar, uma vez que, como comprovado pelos dados da Plataforma (2013), são elas que, majoritariamente,

assumem as responsabilidades para além do sustento financeiro, o doméstico e reprodutivo.

Sem embargo, os apontamentos feitos não o foram para reforçar nem uma visão vitimizada das mulheres dos Conjuntos estudados, nem tão pouco para colocá-las em um papel de super-heroínas, mas somente de apresentar a realidade que marca os corpos femininos do estudo em questão. A busca nas próximas seções será a de entrar em contato as vivências urbanas não das vítimas, nem das guerreiras, mas das mulheres humanas (RIBEIRO, 2018, *apud* SILVA, 2018) residentes nos Conjuntos Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés.

2.2 EU PRÁTICO: OBSERVAÇÃO DO LUGAR

Como descrito no capítulo 1, a etapa de Observação do Lugar tem como finalidade a familiarização da pesquisadora com o local estudado e é apreendida por meio dos procedimentos metodológicos das **errâncias urbanas** registradas em um **diário de campo**. A utilização desse instrumento de percepção da experiência urbana ocorre sem roteiros pré-definidos e nasce da interação entre os corpos da cidade e da sujeita (JACQUES, 2008). Dessa maneira, ao ser atravessada e atravessar (TORRALBA, 2018) pelos cotidianos dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social em estudo,

criamos grafias do corpo na cidade ao deixar o espaço grafar o corpo durante o vagar e o corpo grafar o espaço durante a escrita. A escrita [desta seção] se faz gesto de pensamento, desdobramento do corpo que errou pelas cidades do mundo. Caminhando e vagando, tentamos captar como cada situação cotidiana pode ganhar novo ritmo (TORRALBA, 2018, p.336).

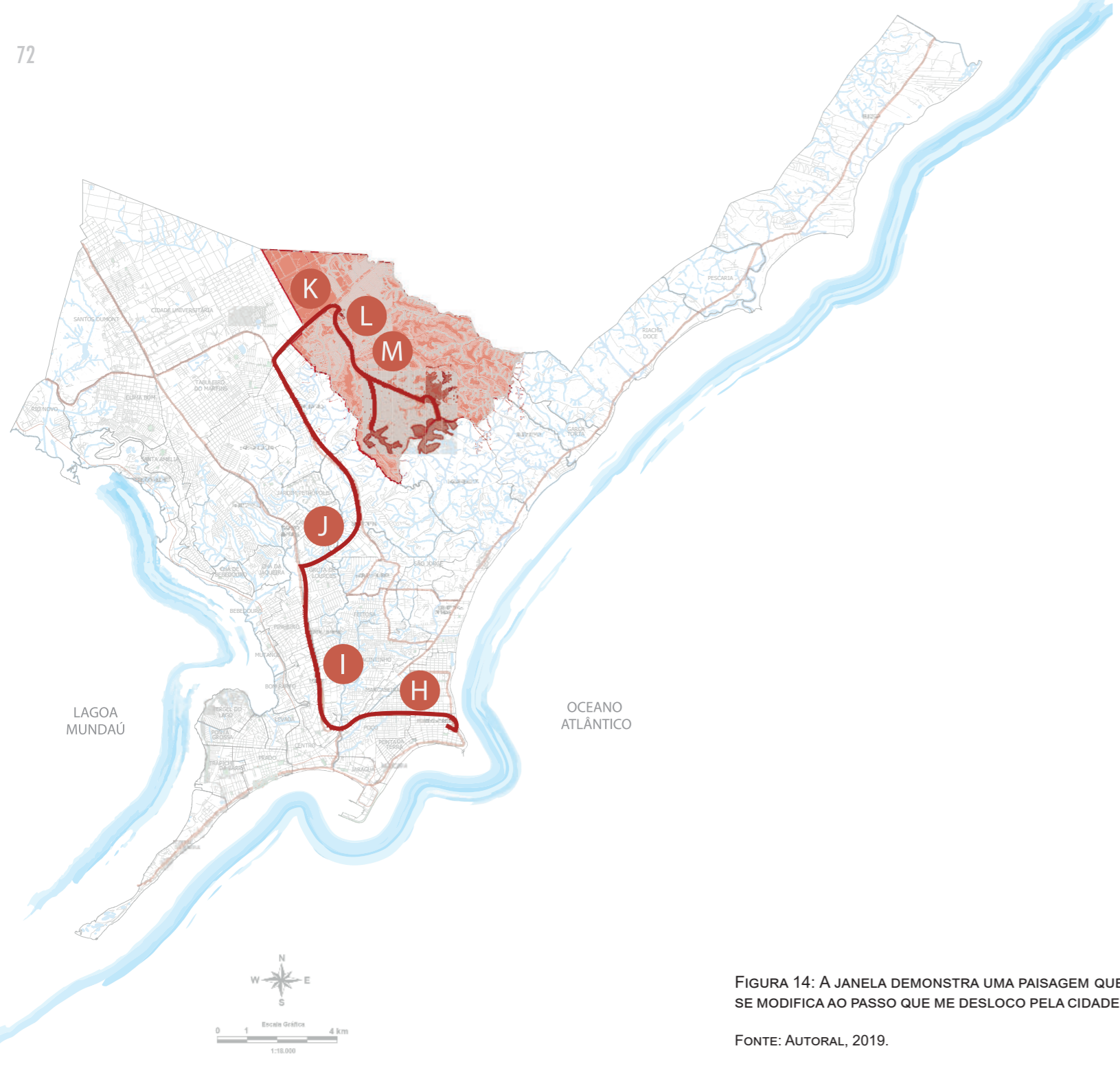


FIGURA 14: A JANELA DEMONSTRA UMA PAISAGEM QUE SE MODIFICA AO PASSO QUE ME DESLOCO PELA CIDADE.

FONTE: AUTORAL, 2019.

H

I

J



K

L

M



Assim, cada visita colaborava na apreensão de algum aspecto da realidade local daquelas moradoras. A cada retorno à minha realidade, a escrita no diário de campo proporcionava “uma reflexividade sobre os processos de subalternização sofrida” (SILVA, 2016, p.68) pelas mulheres do bairro Benedito Bentes, bem como de suas posturas de resistência e ações de antidisciplina. Por conseguinte, essas anotações contribuíram com a transformação das

observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer. Há transformação de experiência em conhecimento e de conhecimento em experiência, numa circularidade aberta ao tempo que passa. Há **coprodução** (BARROS; KASTRUP, 2009, p.70).

Contudo, o fato dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social Prof. Paulo Bandeira e Parque dos Caetés terem sido adicionados posteriormente ao início das aplicações influenciou, obviamente, na familiarização com os recortes espaciais, bem como na performance¹ da errante urbana. Isso explica os relatos referidos às experiências vivenciadas em ambos serem menos detalhados que a do José Aprígio Vilela, muito embora essa etapa seja proposta para ter seu cumprimento em um único dia.

As visitas ao Conjunto José Aprígio Vilela começaram no começo do mês de **maio de 2019**. No entanto, somente na manhã de uma **sexta-feira de julho** fiz a visita com o intuito de vivenciar a errância e coletar a assinatura de participação de Dona Marta; era minha quarta² ida ao local. Durante a espera pela aprovação do protocolo da pesquisa pelo Comitê de Ética, aproveitei para me aproximar de Dona Marta e me familiarizar com as dinâmicas do Conjunto.

De lá para cá, fiz mais visitas ao Conjunto do que consta no diário de campo. O não costume dos registros pós visitas impossibilitou guardar com detalhes todas as

¹ Por ter visitado os Conjuntos José Aprígio Vilela e o Parque dos Caetés anteriormente ao cumprimento desta etapa, senti uma maior segurança de circular neles, por conhecer, minimamente, as dinâmicas encontradas em ambos os locais.

² A primeira visita foi feita em um dia de sábado, com auxílio de um automóvel para fazer o reconhecimento do local. A segunda e a terceira foram realizadas, respectivamente, de ônibus e de automóvel, para estabelecer os primeiros contatos com a Líder Popular Dona Marta.

experiências vivenciadas. No entanto, buscarei apresentar algumas delas, dando ênfase, porém, ao dia dedicado ao cumprimento da etapa de Observação do Lugar. Após a apresentação da vivência da etapa no Conjunto José Aprígio Vilela, seguirei a ordem cronológica dos acontecimentos e abordarei as vivências nos Conjuntos Parque dos Caetés e Prof. Paulo Bandeira.

Na manhã do dia **19 de julho de 2019** busquei assumir o papel de errante urbana desde que entrei no transporte coletivo, na parte baixa¹ da capital. Olhava pela janela e observava as paisagens se alterando pelas molduras da janela. Os altos edifícios dando espaço as edificações térreas. As fachadas com materiais luxuosos e varandas espaçosas desapareciam, e no lugar, surgiam as feiras de frutas, as barracas de consertos de eletroeletrônicos no canteiro arborizado, as lojas com seus manequins vestindo as roupas da moda nas calçadas, como ilustrado nas imagens a seguir. Nas ruas as disputas entre os automóveis, os seres humanos e os animais aconteciam.

O ônibus entra no Terminal do Benedito Bentes e marca que é até ali que a cidade tem múltiplo acesso à região. Como demonstrado na figura 11, o bairro é tão extenso que dali em diante existem linhas de ônibus individuais que conectam suas extremidades com esse ponto de convergência, dificultando assim a mobilidade dos indivíduos ali residentes. Seria essa uma estratégia velada para a criação de fronteiras invisíveis entre as realidades ali vivenciadas e as do restante da capital alagoana? Que tipo de mensagem é emitida por esse transporte de massa, que leva os corpos pobres para serem escondidos no que parece ser um dos fins do mundo da cidade de Maceió?

¹ Por conta do relevo de Maceió, é comum que se faça referência à Planície Litorânea como parte baixa da cidade; bem como ao Planalto onde estão localizados os Conjuntos estudados como parte alta da cidade.

Ao entrar no próximo ônibus, sinto ainda mais forte a representação do Terminal como um portal, com a capacidade de me “teletransportar” de um universo repleto de privilégios escancarados a um outro carente dos direitos mais básicos, que se iam reduzindo ao passo que adentrava no bairro.

Antes de prosseguir, proponho aqui, a abertura de um pequeno parêntese. Quando falo em privilégios, não me remeto, por exemplo, ao acesso à uma moradia, nem à saúde **básica** ou mesmo a um sistema **básico** de mobilidade urbana. Como o próprio adjetivo qualifica, cada uma dessas esferas, juntamente com outras não mencionadas, confere à vida humana dignidade e constituem os **direitos básicos** de qualquer ser humano, como defendido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Ao olhar pela janela, assisto a abundância dos privilégios dos bairros nobres ficar para trás, com todo seu investimento em materiais de alta qualidade nas edificações, as academias públicas e playgrounds ao ar livre, praças restauradas e arborizadas, com espaços recreativos até para cachorros, entre outros. Tudo isso vai sendo substituído pela segura trazida pela inexistência da garantia dos direitos básicos à toda cidadã e a todo cidadão, onde por vezes faltam as calçadas e mesmo os postes de iluminação pública. Considero essa uma pausa necessária para tal esclarecimento pois, dessa forma, estabelecemos que as condições mínimas para se manter uma vida digna devem ser encaradas como **direito** e não como privilégios. Se fazemos tamanha inversão ou se os limites das definições não estão claros, acabamos por nos contentar com o pouco que nos é oferecido e reduzimos a demarcação do que nos deve ser garantido, contido no nosso direito já conquistado.

Agora fechemos o parêntese e continuemos o trajeto. Ao olhar pela janela, as paisagens se alteram novamente e agora predominava a vegetação, que mais parecia configurar o ingresso à uma área rural, enquanto a parte urbana era percebida, a direita, no horizonte ao longe. A frente, tombamos com uma íngreme ladeira de barro que demarca uma nova fronteira. A sensação era de esconderijo, de que aqueles seres humanos foram despejados no mais distante dos distantes, posto que o José Aprígio Vilela é o último dos Conjuntos Habitacionais do Benedito Bentes, fazendo fronteira com o bairro Jacarecica, como situado no mapa da figura 10D.

Ao passar pelo terreno de barro ainda úmido dos dias chuvosos, da única via de acesso do Conjunto, a Ecovia Norte, ilustrada na figura 15, o desembarque acontece no primeiro ponto em frente a Fábrica de água Vilale 7. Logo de cara reconheço uma fábrica, ao lado uma igreja Quadrangular e mais adiante um mercadinho. Me deparo com uma extensa avenida, sem grandes detalhes arquitetônicos e pouco arborizada, mas ainda assim movimentada. Não sinto medo, a abertura do lugar possibilita a ampla visão do que acontece e isso me traz uma **sensação** de segurança.

Me ponho a andar. Adentro nas ruelas e logo me deparo com um cenário que se repete na extensão de todas as ruas que passo. Vejo um corredor de casas térreas emparelhadas e com materiais desgastados; diversas intervenções visivelmente feitas *a posteriori* e autoconstruídas; e uma calçada estreita que me leva na minha errância, como na figura 16. O primeiro impacto é de que a descrição do que observo não nega a origem do empreendimento que faz parte do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida.

Ao caminhar pelas ruelas, confesso, o medo², inexistente na avenida principal, apareceu e caminhava comigo, lado a lado. Me perguntava para onde correria se as quadras eram extensas e confinadas. Quem me observaria se a maioria das casas tinha seus muros levantados para proteger cada família individualmente nos seus interiores? Quem me ouviria se estava sozinha e as minhas únicas companhias eram, na maior parte do tempo, os cachorros e gatos que dormiam espalhados pelo chão? Em algumas ruelas, os limites eram os barrancos e as vegetações descuidadas, como registrado na figura 17. Ali, me questionava se alguém poderia estar escondido em algum lugar; se algo viesse a acontecer, quem me ajudaria?

De volta à avenida principal, me deparo com uma equipe da Prefeitura que finalizava a instalação dos postes de iluminação do que viria a ser o Centro Municipal de Educação do Conjunto³. A avenida agora estava tomada de crianças e adolescentes de uniforme e mochilas escolares. Uns desembarcavam, mas a maioria esperava. Eram tantas e tantos que o único ponto de ônibus coberto não comportava todos os corpos abaixo da única sombra disponível que ele provia, como na figura 18. Uns procuravam refúgio em marquises de estabelecimentos próximos e outros nas únicas três árvores encontradas nas proximidades.

Enquanto isso os transportes escolares⁴ fechados faziam fila.

² Cabe aqui uma breve divagação, sem o aprofundamento nas respostas, sobre a construção social e cultural do medo. O medo se constrói baseado em que? Seria o meu medo o mesmo medo do corpo que ali habita? Quais são os medos que uma mulher carrega consigo? E quais são os medos que uma mulher de classe média carrega consigo? Será que são os mesmos que uma mulher marginalizada possui? Será que a cada novo *marcador da diferença* o medo se altera, se intensifica ou se torna mais brando?

³ Chamamos a atenção para o fato de o Conjunto ter sido entregue em 2014, e somente agora a população teve acesso ao Centro de Educação que estava proposto no projeto desde sua concepção.

⁴ Ônibus escolares da Prefeitura, que levam as crianças e as/os adolescentes para as escolas de outras regiões da cidade.



FIGURA 15: LOGO APÓS A LADEIRA ÍNGRIME, A PORTA DE ENTRADA DO CONJUNTO JOSÉ APRÍGIO VILELA: A ECOVIA NORTE INACABADA.
FONTE: AUTORAL, 2019.



16

17



FIGURA 16: O PADRÃO FORMAL E VISUAL DAS RUELAS DO APRÍGIO: QUADRAS EXTENSAS, CASAS TÉRREAS GEMINADAS E A AUTOCONSTRUÇÃO.
FIGURA 17: AS RUELAS E SEUS LIMITES COM O REVELO E SUAS INCLINAÇÕES ÍNGRIMES E VEGETAÇÕES DESCUIDADAS.

FONTE: AUTORAL, 2019.

As/os estudantes menores de idade dispersas/os e em grande parte desacompanhadas/os de adultos, conversavam e brincavam para matar o tempo de espera da viagem até os seus locais de aprendizado. Será que enquanto matavam o tempo também não viam seus desejos pelos estudos serem minados, pouco a pouco, por uma realidade que se repete diariamente? O sol fazia questão de marcar sua presença e pôr a prova os projetos de vida daquelas crianças e adolescentes; e elas/eles, até aquele dia, não haviam desistido de esperar e, com essa espera, resistir. Mas até quando?

Um pouco mais adiante na avenida, uma construção abandonada se sobressai na paisagem e vejo algumas pessoas jogando dominó no seu interior. Enquanto tento apontar a câmera discretamente, eles notam minha presença com olhares curiosos. Dou-me conta, ao identificar a bandeira da União, que é ali o posto de saúde que nunca foi entregue e que por isso está sendo ocupado pela União de Moradia Popular juntamente com o apoio da Associação em Defesa das Mulheres, como ilustrado na figura 19.

Ao longo das ruelas e avenida percorridas não encontro uma praça, quadra de esportes ou sequer um banco disponível para o usufruto das habitantes e dos habitantes do Conjunto. Alguns meninos se arriscam e brincam de futebol, com suas traves feitas de sandálias, nas ruelas pouco movimentadas, como na figura 20; alguns adolescentes, em sua maioria rapazes, sentados nas calçadas, colocam o papo em dia ou caminham em pequenos grupos descontraidamente, como exemplificado na figura 21.

Mas, e **as meninas, onde estão?** Eu me pergunto. Onde brincam? Onde socializam? Custa a achar um corpo feminino que

esteja praticando alguma atividade de lazer durante todo o meu percurso. Ao passar pelas ruelas e olhar para dentro das casas, avisto duas meninas brincando por **dentro das grades**. Mais adiante, vejo uma senhora sentada na sua cadeira de balanço, na varanda, assistindo ao pouco movimento que passava.

O que observo me faz cogitar se o lazer feminino se restringe ao ambiente privado, local teoricamente¹ mais seguro para esses corpos. Porém, sendo a errância em uma sexta-feira pela manhã, é preciso cogitar a possibilidade delas estarem em seus trabalhos ou escolas. Ao mesmo tempo, relembro que em uma das nossas conversas, Dona Marta comentou que a maioria das mulheres do Conjunto está desempregada e, paralelamente, assumem o papel de provedora da família. Tal realidade faz surgir uma nova hipótese de busca por trabalhos ou “bicos” no mercado informal.

Outro ponto que sobressai na paisagem, além da monotonia arquitetônica, da precariedade dos materiais das residências, da autoconstrução, da ausência de suporte público na educação, saúde

¹ Teoricamente pois era de se esperar que as meninas e as mulheres estivessem mais seguras em seus lares. No entanto, como as pesquisas mostram, a violência doméstica tem alcançado cada vez números mais preocupantes. Vide, por exemplo, a matéria do site Hypeness, que indica aumento da violência doméstica no tempo da quarentena imposta pelo coronavírus neste ano de 2020: <https://www.hypeness.com.br/2020/03/violencia-contra-a-mulher-sobe-50-com-confinamento-por-coronavirus/>.

FIGURA 18: A OBRA, AS CRIANÇAS E A ESPERA.

FIGURA 19: A OCUPAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE INACABADO E SUAS/SEUS MORADORAS/ES NO SEU INTERIOR.

FIGURA 20: MENINOS, AS TRAVES DE SANDÁLIA E UMA BOLA NOS PÉS.

FIGURA 21: MENINOS EM GRUPO, ANDANDO DESPREOCUPADOS E DESCONTRAIDAMENTE.

FONTE: AUTORAL, 2019.



e lazer, é a instalação de pequenos comércios e outras atividades, que auxiliam no cotidiano dos indivíduos, como representado na figura 22.

Esses pontos de serviços e comércio têm, além da finalidade direta de suprir uma necessidade real, um papel importante na dinâmica das ruelas. O fato de alguns estabelecimentos serem pontos de centralidade faz com que eles atraiam pessoas para o transitar pelos corredores confinados. Com isso, a presença dos corpos que passam acaba por gerar uma sensação de segurança ou pelo menos, de partilha da insegurança. Por outro lado, aqueles que escolhem essa opção de sobrevivência, acabam por alterar a configuração formal das residências e comprometer assim a qualidade de vida do seu núcleo familiar.

No percurso percorrido passo por bares, mercadinhos, lojas, estabelecimentos de beleza, templos religiosos, depósitos de água e gás, entre outros, cada um deles instalado dentro das residências. Além disso, inúmeros são os avisos de vende-se (relacionados a alguma mercadoria ou serviço) pendurados nos muros e portas, passando a ideia de que cada um está a buscar a sobrevivência de uma forma possível para si e para sua família.

Continuo a caminhar pela avenida principal. Passam as duas obras (a inacabada e ocupada do posto de saúde e a em conclusão da creche/escola) e sinto, mais uma vez, a mensagem emitida de abandono das/os que ali moram. Aproximadamente seis anos já se passaram desde a entrega do Conjunto Habitacional de Interesse Social e até então ele tem se resumido a ser apenas teto para as famílias que vieram de diversas regiões da capital em busca do seu



FIGURA 22: DOIS EM UM: A HABITAÇÃO E O COMÉRCIO.
FONTE: AUTORAL, 2019.

direito de uma vida digna.

Olho para a direita e, novamente enxergo a cidade ao longe, com seus prédios e sua infraestrutura, e sinto a opção política diária de dar as costas a essas mulheres e homens. Entre as/os residentes do José Aprígio Vilela e o restante da cidade há um relevo com altas declividades que gera um abismo simbólico muito maior do que o real que vejo, e que reforça assim a não pertença daquelas cidadãs e cidadãos do Conjunto ao contexto da dita “normalidade”.

Um pouco mais adiante, a esquerda, encontro um terreno vazio,

tomado por um matagal que, pela altura, parecia estar crescendo ali há bastante tempo. Paro diante da cena, registrada na figura 23, buscando compreender o que se passava. Vejo dois homens capinando e retirando aquilo que enxergo como barreira e local de esconderijo. Identifico um rastro de pegadas no chão, que liga a avenida principal a ruela de trás e marca um caminho alternativo de conexão. No meio do trajeto, encontro um ponto pequeno ao longe, que somente depois de alguns segundos identifico como o formato de uma criança sentada ao chão, no meio da vegetação, brincando com o que encontrava no caminho. Olho mais adiante e percebo o lixo espalhado e amontoado, próximo ao menino que brincava.

Uma mulher passa por mim e escolhe tomar a rota, atravessar os obstáculos, para chegar ao seu destino. Decido segui-la, ter a experiência desse corpo que se expõe e se põe em tal situação de perigo. Me questiono que pressa ela teria para seguir esse caminho ou se o mesmo era de tamanha normalidade no seu cotidiano que já não enxergava os perigos que corria, como ser picada por algum animal venenoso ou ser surpreendida por alguém escondido na moita. Ultrapasso com cuidado a criança que brinca, passo pelo lixo jogado e chego novamente na calçada estreita, que deste lado é tomada pela vegetação que cresce por entre o concreto.

No caminho de volta à avenida principal, percebo, pelas ruelas, um padrão nas calçadas. Elas, já estreitas, estão sendo modificadas e em diversos pontos, há o acréscimo de rampas de acesso (tanto de pedestre como de automóvel) para o interior das edificações. O estado de conservação delas é satisfatório, mas a acessibilidade se apresenta comprometida pelas modificações executadas pelos

próprios moradores. Chama minha atenção o fato de, ao atravessar as ruelas, não encontrar rampas de acessibilidade para os corpos com limitações de mobilidade.

Chego novamente à avenida principal e percebo que a **monotonia formal** presente era um indicativo de que qualquer outra ruela que adentrasse se apresentaria com as mesmas características vistas até então. Decido voltar. Busco novos detalhes e encontro, nas janelas de algumas casas, adesivos de políticos com diversos estados de conservação, como percebido em um exemplo na figura 24. Quase como se marcassem os tempos das diferentes eleições em que tinham sido colados ali, simbolizando os candidatos que por ali passaram e que ali deixaram somente suas promessas. Me recordava de uma das conversas com a Dona Marta, quando ela comentava do abandono dos políticos ao José Aprígio Vilela e as suas moradoras e moradores. Olhando para aquela cena, me perguntava se aqueles adesivos seriam as únicas formas de presença do Governo e seus governantes na vida daqueles indivíduos após os períodos de eleição.

No caminho de volta avisto agora as crianças e as/os adolescentes correndo para adentrar nos transportes escolares, e eses saindo um a um para os seus respectivos destinos. Divido o ponto de ônibus com outros corpos que esperam. Percebo, quando chega a única linha de ônibus que liga o Conjunto ao Terminal do bairro, que eu não era a única a esperar por ele. A maioria adentra e se amontoa nos espaços restantes do corredor.

O motorista desta vez tem pressa. Corre como se o solo de barro não estivesse escorregadio por conta das chuvas; como se não houvesse uma ladeira íngreme e perigosa a frente; e principalmente,



FIGURA 23: O CAMINHO ALTERNATIVO, O MENINO E O LIXO.
FONTE: AUTORAL, 2019.



FIGURA 24: SERIAM OS ADESIVOS POLÍTICOS AS ÚNICAS FORMAS DA PRESENÇA DO GOVERNO?
FONTE: AUTORAL, 2019.

como se não levasse indivíduos, dentre eles crianças de colo, gestantes e idosos. A população levanta a voz e tenta fazer valer o seu direito a deslocar-se de forma minimamente digna. O motorista parece não escutar e segue com suas manobras arriscadas; assim como a cidade segue ignorando aquelas moradoras e moradores.

Ao chegar no portão de entrada do Terminal, antes de adentrar, o motorista para e abre as portas. Não há ponto de ônibus ali, estamos no meio na rua e somos convidados, simbolicamente, a nos retirar do veículo. Ingresso ao Terminal e me sinto de volta ao meu portal

de retorno aos privilégios. Pouco tempo de espera (sorte a minha!, posto que os ônibus costumam demorar) e meu “teletransporte” se aproxima. Entro, sento e acompanho, novamente, as paisagens se alterarem. Aos poucos a cidade ganha mais forma, altura, cor e **preço**.

Em casa, paro para lembrar e sentir a errância vivenciada. Ressalta em mim a percepção da “Marca do Programa Minha Casa, Minha Vida” à qual se refere Viviane Sá (2018, p.139), como uma identidade própria e padrão dos empreendimentos produzidos pelo Programa Federal. Ao recordar, percebo essa Marca gritar no interior do Conjunto José Aprígio Vilela, onde as unidades habitacionais foram produzidas de forma **seriada, escalonada e padronizada**; e onde predomina a **esterilidade** de equipamentos comunitários, de serviço, de lazer e locais apropriados para estabelecimentos comerciais. Penso o quanto toda essa conjuntura de escolhas influencia negativamente e diariamente, a vida de cada uma das moradoras e dos moradores do Conjunto.

Ademais, não se pode negar que a presença da Marca é incontestável também na relação do Conjunto com o restante da cidade, posto que as **longas distâncias**, a **inexistência** de fluidez urbana¹ e a **deficiência** do transporte público², carimbam a devida Marca e identificam o Conjunto José Aprígio Vilela na paisagem urbana da cidade como um empreendimento do PMCMV em Maceió.

¹ De acordo com Ferreira (2012, p.73), fluidez urbana está relacionada a “boa adequação à malha urbana existente, garantindo um diálogo harmonioso entre os eixos de circulação do conjunto e os existentes no entorno e, principalmente, o uso e acesso público do térreo, descartando elementos de ruptura física e visual da paisagem e de isolamento do conjunto, como muros e grades”.

² Essa deficiência se apresenta na situação do transporte coletivo da capital alagoana de diversas formas, seja pela frota aquém do número de usuários ou pela quantidade limitada de rotas e linhas existentes, que originam perda de horas diárias para a população; seja ainda pelo péssimo estado de conservação dos veículos e das paradas (quando existentes), pela falta de acessibilidade e segurança ou pelo alto preço das passagens que não condiz com o serviço ofertado.



FIGURA 25: UM PORTAL DE VOLTA AOS PRIVILÉGIOS.
FONTE: AUTORAL, 2019.

Na sequência, o segundo Conjunto Habitacional de Interesse Social visitado para vivenciar a etapa de Observação do Lugar foi o **Parque dos Caetés**. Era na manhã do **dia 9 de novembro de 2019**, antes do primeiro encontro para a apresentação da pesquisa à Zezé e recolhimento de sua assinatura¹ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O caminho até os Parque dos Caetés foi muito semelhante ao do José Aprígio Vilela, posto que ele é o penúltimo Conjunto do bairro e está localizado pouco antes da entrada que dá acesso ao último Conjunto. Ao mesmo tempo, por não ter a mesma barreira da ladeira de barro íngreme que encontrei para adentrar ao José Aprígio Vilela, tenho a **sensação** de uma maior integração ao restante da malha urbana, mesmo tendo a consciência de que se tratava somente de um sentimento e de que ainda me localizava em uma das extremidades do bairro.

De cara, a primeira diferença que constato é a **tipologia das habitações**, que embora sigam o padrão escalonado do Programa MCMV, são de casas sobrepostas com dois pavimentos e duas unidades habitacionais por andar, como demonstrado na figura 26. Ao caminhar pela avenida principal, a sua **amplitude** me dá uma sensação de segurança, assim como nos outros dois Conjuntos e tenho a impressão de ter um maior movimento de pessoas por lá, talvez pela elevada densidade demográfica ocasionada pela verticalidade das habitações.

Ao passear pelas calçadas, as sinto um pouco esburacadas em alguns trechos, mas no geral, em bom estado de conservação.

¹ Todos os Termos assinados estão disponíveis no Apêndice 2.

Para minha surpresa, identifico, ao meu lado, uma ciclovia na avenida principal e a vejo sendo utilizada pelas crianças da região, embora existam também aqueles que optem por dividir o espaço com os automóveis. Olho também para as fachadas, percebo-as com os materiais minimamente conservados e vejo muitos dos apartamentos térreos transformados em pontos de comércio e serviço, em sua maioria pequenas mercearias e lanchonetes.

Além disso, a **autoconstrução** é uma característica presente também nesse Conjunto, onde as/os residentes construíram intervenções no terreno a frente dos apartamentos, na parte térrea, fechando-os e fazendo deles espaços privados de jardins e afins, como demonstrado na figura 27.

Saio da avenida principal e entro nas ruas adjacentes, mas ainda lá sinto a amplitude das ruas largas e consigo observar o que acontece a minha frente sem muitas dificuldades, como se vê na figura 28. As quadras não são extensas e, ao olhar para cima, percebo que a tipologia predial contribui com a manutenção dos **“olhos na rua”** (JACOBS, 1961, p. 45, tradução nossa), o que me traz uma sensação de segurança ao andar pelas ruas, mesmo quando vazias. Somente em alguns trechos de transição de um conjunto de blocos para outro, existem alguns confinamentos e neles me sentia mais vulnerável, por sentir que as barreiras visuais que se apresentavam podiam ser utilizadas como esconderijo.

Os **altos ruídos** são outra característica marcante do Parque dos Caetés. Por onde passava ouvia músicas altíssimas, pessoas conversando, e presenciei até uma discussão acalorada entre dois moradores. O fato deles terem vindo de várias regiões com condições



26



27

FIGURA 26: TIPOLOGIA DAS HABITAÇÕES: CASAS SOBREPOSTAS E HORIZONTAIS.

FIGURA 27: INTERVENÇÃO NA ÁREA FRONTAL DAS UNIDADES HABITACIONAIS TÉRREAS.

FIGURA 28: AMPLITUDE DAS RUAS ADJACENTES E DAS CALÇADAS, COM O DESTAQUE PARA A QUADRA DE ESPORTES.

FONTE: AUTORAL, 2019.



28

de moradias distintas e de terem sido alocado em blocos verticais, faz com que agora eles tenham dificuldades de manter uma convivência harmoniosa por desconhcerem das pequenas regras de boa convivência convencionais, me contou Zezé.

Em paralelo, as caixas de som com músicas em altos volumes também serviam para reunir ao seu redor moradoras e moradores que confraternizam entre si, enquanto **as meninas e as adolescentes** dançavam o 'passinho'¹ em pequenos grupos na frente das portas de casa. Era interessante perceber que mesmo tendo passado por alguns playgrounds com brinquedos conservados e quadras esportivas espalhados pelo Conjunto, como na figura 29, nenhum deles estava sendo utilizado. Uma hipótese para explicar isso é o fato de não haver nenhuma cobertura que proteja as crianças da incidência solar, o que impossibilita a sua utilização, uma vez que os brinquedos devem ficar muito quentes por conta das altas temperaturas do clima da cidade.

Procuro pelas mulheres e as vejo em situações distintas, mas, em sua maioria, exercendo atividades domésticas ou reprodutivas. Há um grande número delas, das **mais variadas idades**, que se deslocam com crianças nos braços; há uma delas que lava o carro junto com seu companheiro; há outra que leva o lixo para fora de casa; há uma também que espera o ônibus no ponto improvisado do mototáxi, carregando uma criança no colo. As únicas que vejo em um momento de lazer são as poucas que se reúnem também ao redor das caixas de som, muito embora a maioria do grupo seja composta por homens bebendo suas cervejas. Por onde passo não encontro pelo Conjunto nenhuma praça ou local de lazer.

¹ Um tipo de dança recente e nordestina que tem sido uma 'febre' entre os povos de todas as classes sociais.



FIGURA 29: EXEMPLO DE UM DOS PLAYGROUNDS DO PARQUE DOS CAETÉS.
FONTE: AUTORAL, 2019.

Uma outra característica marcante do Conjunto é a **ausência de arborização**. Desde a avenida principal até as ruas adjacentes, não há presença de árvores que proporcionem uma experiência urbana agradável, a não ser umas poucas mudas de palmeiras que ainda crescem. O verde que encontro é aquele que demarca a fronteira do Conjunto e indica o terreno que pôde ser utilizado na construção das moradias e aquele que por sua declividade não teve serventia e agora trabalha como barreira e lembrete do isolamento daquela população, como visto na figura 30. O que predomina no Parque dos Caetés é o piso de terra batida como opção quando não há calçadas ou vias de automóveis cimentadas, como registrado na figura 31.

Tal cenário, juntamente com a padronização das tipologias e cores me dá uma sensação de ausência de vivacidade no Conjunto em termos de elementos arquitetônicos propostos no próprio projeto. Ao mesmo tempo, a subversão das/dos moradores vem na contramão e impõe as características individuais das famílias e suas necessidades em algumas das unidades habitacionais, o que concede pinceladas de vida e cor às paisagens acinzentadas, como ilustrado na figura 32.

Por fim, chego à porta da Zezé e encerro minha errância do dia. Acabo com a sensação de que há muitas similaridades entre o Parque dos Caetés e o José Aprígio Vilela, principalmente em termos da lógica de produção das unidades habitacionais. Ao mesmo tempo, tenho a impressão do Parque dos Caetés apresentar mais estruturação, um

FIGURA 30: BARREIRA FÍSICA E LEMBRETE DO ISOLAMENTO DO RESTANTE DA CIDADE.

FIGURA 31: A PREDOMINÂNCIA DO PISO DE TERRA BATIDA.
FONTE: AUTORAL, 2019.





FIGURA 32: A SUBVERSÃO E SUAS CORES.

FONTE: AUTORAL, 2019.

maior suporte à população, seja por projetar simples lixeiras coletivas, ou até mesmo playgrounds e quadras para as crianças da região, ou pequenas academias ao ar livre. Em termos gerais, arrisco dizer, baseada **somente na minha percepção**, que a qualidade projetual e de execução do Conjunto do Parque dos Caetés se sobressai a do Conjunto José Aprígio Vilela.

O último Conjunto visitado para a vivência da errância foi o **Prof. Paulo Bandeira**, no dia **12 de dezembro de 2019**, quando consegui marcar meu segundo¹ encontro com a Líder Popular Eliane

¹ Como as rotinas das Líderes Populares Alagoanas são corridas e envolvem estar em vários lugares, buscava me adaptar e encontrar com elas onde estivessem no dia em que tinham disponibilidade para conversar e vivenciar as etapas do MOMU. No próximo capítulo explanaremos essas situações de forma mais aprofundada.

na Associação de Moradores do Conjunto, na qual ela é uma das responsáveis. De antemão, ao analisar a experiência vivenciada, noto um fator que influenciou negativamente a minha apreensão do dia, em termos de assumir o papel de errante urbana com as suas características de lentidão, da disponibilidade para perder-se e da corporeidade.

O fato de ter sido a primeira (e única) visita ao Conjunto influenciou no sentido de não me sentir segura para circular por entre as ruas de maneira mais livre, registrando o que via com a câmera do celular, como fiz nos outros dois Conjuntos. Ter estado antes nos locais onde propus vivenciar as errâncias urbanas, culminou na

criação de uma mínima relação de familiaridade tanto com o José Aprígio Vilela como com o Parque dos Caetés, e proporcionou um sentimento de segurança que me permitiu estar mais disponível a assumir um movimento lento e uma postura de desorientação.

Neste sentido, no dia estabelecido, me pus em movimento novamente e cheguei no Terminal do bairro assistindo a mesma mudança de paisagens dos outros dois momentos já relatados. Posteriormente, precisei encontrar a nova plataforma que me levaria para uma nova rota, abraçando a realidade de precisar passar por caminhos desconhecidos. Para chegar até o local combinado, me apoiei no conhecimento de uma das moradoras com quem dividia o transporte coletivo e que desceria no mesmo ponto que eu. Mas, chegando até o local indicado por ela, descubro que aquela não era a Associação de Moradores correta e sim uma mais adiante; e me ponho a andar na direção indicada por outra moradora.

Passos adiante, me deparo com um extenso terreno baldio a minha direita, demarcando uma encosta e o começo de uma grota coberta por um matagal. Aquele cenário me causou medo de continuar o caminho, por não saber o que me esperava naquele terreno vazio que não parecia ter fim. Volto e espero um novo ônibus no ponto, que passa e me auxilia na travessia do longo vazio urbano e me leva próximo à Associação de Moradores correta. Aquela travessia, de tão extensa, me deu a sensação de que chegaríamos a um dos pontos finais de Maceió, muito embora não sentisse a sensação de isolamento que a ladeira íngreme de barro me causou ao adentrar no José Aprígio Vilela, por exemplo.

Não sabia bem o que esperar do Conjunto Prof. Paulo Bandeira,

em termos de configuração espacial, mas não me espantei quando vi uma cena muito semelhante à dos dois anteriores, principalmente quando comparado ao Conjunto José Aprígio Vilela. Vi na avenida principal um canteiro **pouco arborizado** e **casas horizontais e geminadas**, como lá. Embora com menor amplitude que os demais Conjuntos, a possibilidade de ter uma visão do que acontece a minha frente me concede uma sensação menor de insegurança.

Ao observar por onde piso, **não encontro calçadas estruturadas** como nos dois Conjuntos anteriores, e há uma heterogeneidade em termos de modelos, materiais e acessibilidade. Os **materiais das fachadas**, por conta do seu estado de conservação, me passam a impressão de serem mais simples, pois se encontram muitíssimo **desgastados**. A **autoconstrução**, também no Prof. Paulo Bandeira, é uma das marcas mais fortes. Cada um/a fazendo o que pode para ganhar espaço, privacidade e segurança.

Por ser uma manhã de quinta-feira, poucas pessoas se deslocam pelas ruas de um lado a outro, enquanto algumas mulheres esperam no ponto de ônibus. Adentro a uma das ruelas em busca da Associação; a longa extensão da quadra me lembra as do José Aprígio Vilela, com o confinamento causado pelas unidades habitacionais horizontais dispostas de ambos os lados. Os **altos muros** e a **ausência de janelas e pessoas** na ruela me deixaram insegura, mais uma vez. Busco algum ponto de apoio comercial para adentrar e retomar a coragem perdida ao cruzar com dois motoqueiros que passavam lentamente ao meu lado.

Descubro, ao perguntar ao comerciante, que estou nas proximidades da Associação e vou ao seu encontro. Acabam as

calçadas. Os muros, por vezes, são substituídos por cercas de galhos que demarcam a área privativa. A frente, os limites do terreno são o relevo e a vegetação descuidada, que carregam em si uma possibilidade de esconderijo. O sentimento de insegurança e medo estão a todo momento comigo e me sinto vulnerável a cada esquina que dobro.

Finalmente, encontro a Associação e dou por encerrada a vivência dessa errância urbana. No caminho de volta até o ponto de ônibus, percebo o pouco que consegui andar pelo Conjunto, mas o calor e a sensação de vulnerabilidade me impediram de recomeçar por novos trajetos. Do que pude apreender, vi uma realidade de configuração espacial muito semelhante à do Conjunto José Aprígio Vilela, embora o sentimento que eu tenha tido é de **maior precariedade** em alguns pontos, principalmente em relação a **qualidade dos materiais** das casas e seus estados de conservação, o que possivelmente pode ser explicado pelo tempo de sua entrega¹ ser anterior a dos outros dois.

Outros pontos de semelhança foram o fato de me deparar com algumas **residências transformadas em pontos de comércio e serviço** para apoio das necessidades da população, bem como a **ausência de espaços de lazer**, como praças ou mesmo bancos. Como dito anteriormente, mesmo não sendo uma obra financiada pelo PMCMV, as Marcas descritas por Viviane Sá (2018) em relação ao modelo de construção utilizado, também podem ser encontrados no Conjunto Prof. Paulo Bandeira.

À vista do exposto em ambas as etapas do Método de Observação das Marcas Urbanas apresentadas, podemos observar que os dados numéricos e informações que constituíram a Análise dos Contextos dos três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social são traduzidos em cenas reais do cotidiano das mulheres da resistência residentes nos Conjuntos Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL. Vimos também que a etapa de Observação do Lugar não se tratou somente

de ir ao campo para coletar os dados de pesquisa, **mas de imergir no campo, interagir com ele**, deixando-se envolver reflexivamente, sempre atento aos movimentos e intensidades, à espreita ao que vai sendo produzido como material de pesquisa (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p.818, grifo nosso).

Neste capítulo, esforçamo-nos em manter a atenção concentrada nos “processos em curso, buscando detectar signos e forças circulantes, mesmo que, aparentemente, desconexos e fragmentados” (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p.818). Seguiremos na seção seguinte no mesmo curso, empenhando-se na imersão nas experiências urbanas das três coprodutoras da pesquisa, interagindo com o que nos é compartilhando e estando atenta para o que poderá ser produzido de conhecimento a partir das partilhas de suas Marcas Urbanas.

¹ Como já apresentado, o Conjunto Prof. Paulo Bandeira foi entregue no ano de 2009, enquanto o José Aprígio Vilela e o Parque dos Caetés foram inaugurados nos anos 2014 e 2016 respectivamente.

3

O MOMU NA PRÁTICA: ELAS PRATICAM, NÓS PRATICAMOS!

Nesta seção as protagonistas da pesquisa assumem seu devido lugar de destaque. Embora em termos quantitativos, este seja o único capítulo voltado a compartilhar, de fato, o espaço de fala com as mulheres residentes no bairro Benedito Bentes, toda a construção teórico-metodológica elaborada precisou acontecer para que esse momento fosse desenvolvido com a maior consciência ética-política possível.

As escolhas pela abordagem qualitativa com viés feminista, além de uma postura assumida pela pesquisadora de inspiração cartográfica são respaldadas, neste momento, ao convidar à participação Maria José, Eliane e Valéria, por ela realizar uma

aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da **mesma natureza**: ela se envolve com **empatia** aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores [e atrizes], a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO; SANCHES, 1993, p.06, grifo nosso).

Neste tipo de pesquisa, o sentimento de **empatia** é fundamental, posto que se estabelece uma busca crítica-comprometida por compreender uma outra realidade que se difere da de quem pesquisa e escreve. Por isso, as quatro últimas etapas¹ do Método de Observação das Marcas Urbanas foram pensadas tanto para instigar o engajamento entre investigadora e investigadas, bem como para proporcionar o acompanhamento da vivência dos espaços livres públicos expressa “na prática cotidiana daquelas pessoas que o vivenciam” (MORAES, 2010, p.42).

Do mesmo modo, o fato de se reconhecer como oriunda da

¹ Entrevista semiestruturada; Lista do Itinerário do Cotidiano; Mapas Perceptivos e Caminhada Exploratória.

mesma natureza contribui, dentre outras coisas, na desconstrução da ideia de hierarquia de poder² que usualmente separa os “saberes dos/as investigadores/as e dos/as investigados/as e faz da sua dissolução uma alternativa de democratização do conhecimento científico” (NEVES; NOGUEIRA, 2004, p.126). Concomitantemente, tal postura auxilia no reconhecimento do outro “não como um sujeito dócil, mas antes, como um expert” (MORAES, 2010, p.42), que tem muito a contribuir, posto que é aquele, neste caso, **aquela** que vivencia a sua realidade e sente a ação dos marcadores da diferença diariamente.

Neste sentido, por concordar que as falas das três mulheres são essenciais na busca pela aproximação de uma realidade pouco estudada, a das Marcas Urbanas das mulheres da resistência maceioenses, assumimos a “fala como matéria prima”, dado que é a palavra que traduz o vivido no cotidiano (MINAYO; SANCHES, 1993, p.02). Para tanto, assumimos o posicionamento de elaborar uma “pesquisa como uma prática performativa que se faz **com** o outro e não sobre o outro” e lançamos mão da filosofia da estratégia do PesquisarCOM, que propõe a utilização de “dispositivos de intervenção que ativem os outros, que nos engaje a todos num processo de transformação” (MORAES, 2010, p.42).

Tais posicionamentos nos trazem, mais uma vez, a necessidade e a urgência de colocar em prática a **reflexividade**, visto que

ela permite que se esteja atento a valorizar, a criticar e analisar subjetivamente. Implica perceber o que se estuda e como se estuda, o que se faz ao pesquisar, quem se beneficia e quem se prejudica, o que se reifica, o que se permite que aconteça (NOGUEIRA, 2017,

² No sentido de não estabelecer uma relação assimétrica em termos de dominação e uso de poder, mas reconhecendo serem pesquisadora e pesquisadas posições distintas dentro da pesquisa.

p.198-199 *apud* SILVA, 2018a, p.78).

Dessa maneira, entendemos que a prática da reflexividade nos leva a duas outras: a do reconhecimento do *conhecimento situado* e da não neutralidade na pesquisa científica, por admitir que o “enviesamento produzido pela visão do ‘mundo’ e valores dos[as] próprios[as] pesquisadores[as] não só existe, como é necessário ter em consideração” (NOGUEIRA, 2001, p.36).

Ao abraçar tais posturas, se faz preciso estabelecer que tanto as seleções das etapas desenvolvidas, como das formas de análise dos ‘dados’ produzidos, são transpassadas por escolhas políticas e não são “realizadas de forma independente de toda a condução da pesquisa” (NOGUEIRA, 2001, p.34). Uma vez definido isso, podemos compreender que nossas intervenções são, na verdade, “vetores que produzem realidades” (MORAES, 2010, p.37) e por isso cada um dos momentos da pesquisa precisa ser construído com responsabilidade.

3.1 QUEM SÃO OS TRÊS OLHARES QUE SOMAM?

Chegamos ao momento de apresentar as três protagonistas desta pesquisa. Não se trata aqui de trabalhar com profundidade suas histórias de vida, mas sobretudo de contextualizar os porquês de suas seleções e introduzi-las ao/a Leitor/a. Por ser um estudo qualitativo com viés feminista e tendo a pesquisadora utilizado uma inspiração cartográfica, os convites à participação foram feitos à Zezé, a Eliane e a Valéria por observar nelas

peças mais ou menos ‘típicas’ da categoria [aqui] em estudo, que vivam determinada situação particular, etc., assumindo-se que os padrões que se revelem através dessas entrevistas indicam o conhecimento partilhado

por outros membros da mesma cultura, categoria, grupo, problemática, etc. (NOGUEIRA, 2001, p.34).

Neste sentido, ao trabalharmos com as falas das três, acreditamos estar trabalhando com três “representantes de uma coletividade” (RODRIGUÊS, 2013, p.73) heterogênea. Defendemos, portanto, que suas experiências urbanas particulares podem ser indicativos também de questões sentidas no geral da categoria estudada.

Em relação ao compartilhamento de suas falas, optamos por tomar uma postura semelhante à da pesquisadora **alagoana** Erise Padilha (2017, p.30), trazendo as palavras ditas pelas três mulheres da resistência para dentro do corpo do texto, do jeito que foram pronunciadas, com suas construções linguísticas e gramaticais próprias, “sem recuo e sem tamanho de fonte reduzido, mas em itálico e entre aspas, para sinalizar que a fala não é de minha autoria”. Essa postura almeja o encontro e a complementariedade das nossas quatro vozes, não sendo uma escolha “meramente estética, mas uma escolha que aposta numa proposta de pesquisa que se constrói, se realiza e se escreve junto (PADILHA, 2017, p.30). Assumir tal posicionamento, que corrobora com os demais apresentados, foi bastante desafiador e exigiu uma constante reflexividade sobre o tipo de ciência que quero produzir (NEVES; NOGUEIRA, 2004).

A primeira das três mulheres que conheci foi a Líder Popular Maria José (Zezé), quando ainda cursava a disciplina do Estágio Docente¹, sob a supervisão da Profa. Dra. Débora Cavalcanti. Como a matéria propunha aproximar as/os alunas/os às realidades

¹ A disciplina era ‘Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente’ e ocorreu de novembro de 2018 a março de 2019.

encontradas nos territórios periféricos da capital alagoana, ela me proporcionou conhecer tanto uma possibilidade de território para a aplicação do MOMU - o objeto de estudo do semestre era o Conjunto Parque dos Caetés -, quanto uma das Liderança Populares do estado de Alagoas.

No primeiro dia de aplicação² das etapas do MOMU, ao pedir uma apresentação introdutória sobre si, Zezé categoricamente afirmou: “*sou negra, sou mulher, sou feminista*”. Moradora do Conjunto Parque dos Caetés, a Líder Popular assume hoje o papel de Coordenadora de Formação Política da União de Moradia Popular. Zezé, natural de Flexeiras, é filha de trabalhadores rurais “*analfabetos, que nunca tiveram condição de ter uma casa própria*” (Zezé). Quando veio para Maceió, aos 17 anos, acompanhada da mãe e de seus 16 irmãos, teve a impressão “*que é tudo diferente, a cidade é uma selva pra quem não a conhece*” (Zezé).

Há 24 anos, inspirada por sua mãe, conheceu uma Ocupação do Movimento dos Sem Terra, onde a mãe tinha ido habitar um dos barracos para conquistar sua moradia própria. Posteriormente, se mudou para outra Ocupação que se iniciava ao lado do Hospital Universitário (HU), morando em uma barraca de lona, com seu antigo companheiro e suas três filhas na época, por três anos e três meses. “*Foi quando eu comecei a pegar gosto pela luta e comecei a transitar dentro do Movimento, me organizar enquanto Movimento (...). Pelo que eu exercia dentro da Ocupação, as pessoas tinham esse desejo de que eu fosse pra o Movimento, porque eu exercia papel de Liderança e eu nem sabia o que era isso*” (Zezé).

² A aplicação aconteceu após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do recolhimento de sua assinatura e entrega de sua cópia.

Com sua luta Zezé **conquistou** a casa própria, mas segue com as atividades da militância por aquelas/es que ainda não possuem o direito à moradia garantido. Em paralelo, mantém sua rotina de trabalho semanal na sede do Procon, no bairro do Centro, e as demais atividades cotidianas.

A segunda protagonista da pesquisa também foi conhecida no primeiro semestre de 2019. Após estagiar na disciplina ministrada pela Profa. Débora, participei de outras duas atividades em colaboração com dois grupos que a professora está à frente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL: o NEST e o LABIboca. Na primeira ação fomos ao Conjunto Denisson Meneses, no bairro Cidade Universitária, e desenvolvemos algumas dinâmicas com as moradoras e moradores em prol da construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Conjunto. Enquanto na segunda ação, tive a oportunidade de participar da reunião inicial de apresentação dos objetivos do Grupo de Pesquisa às Lideranças Populares do Movimento Trabalhadores Sem Teto (MTST) responsáveis pela Ocupação Dandara, localizada no bairro Benedito Bentes. Esse foi o meu primeiro contato com a Eliane.

Eliane é agricultora, tem 46 anos e durante a aplicação da entrevista semiestruturada respondeu ao pedido de reconhecimento racial dizendo “*eu me sinto negra, mas eu não sou negra, tô mais pra índia do que pra negra, mas eu gosto muito de defender a pauta dos negros e das negras*” (Eliane). Há 15 anos optou por sair do bairro Tabuleiro dos Martins quando já “*não aguentava mais o aluguel e viver entre pagar o aluguel e passar fome; com o despejo já... que o proprietário tava pedindo*” (Eliane). Assim,

conseguiu **conquistar** sua casa própria no Conjunto Prof. Paulo Bandeira, fruto de uma Ocupação na entrada do bairro Bendito Bentes, organizada pelo antigo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Lá viveu por três anos e oito meses, junto de seu companheiro e seus dois filhos, também em um barraco de lona.

Atualmente é uma das Coordenadoras Nacionais do MTST e tem como foco de luta os “*direitos básicos, os direitos fundamentais básicos, os básicos, porque o direito, direito, apesar de estar na Constituição, você nunca consegue, o Estado de Direito, ele não cumpre com isso, né?! E a minha luta é em defesa dos direitos fundamentais básicos*” (Eliane). Apesar da Líder também já ter conquistado sua casa própria, permanece na luta, pois “*talvez eu não esteja mais aqui, mas um dia a gente vai conseguir chegar nesse processo de ter de fato esses direitos, de ter uma sociedade justa, uma cidade justa, um povo um cuidando do outro, isso é o que nos motiva*” (Eliane).

Já a terceira protagonista demorou para ser definida. Depois de toda a trajetória vivenciada para a aplicação do MOMU relatada no capítulo 1, ainda no começo do ano de 2020 me via somente com as duas mulheres acima apresentadas. No entanto, não havia encontrado nenhuma que representasse o Conjunto José Aprígio Vilela¹, local que tinha sido o foco da minha pesquisa desde o início.

Depois de muita procura e tentativas frustradas, consegui uma terceira protagonista, moradora do José Aprígio Vilela e participante da Ocupação do posto de saúde inacabado supracitada. Chegamos

¹ No primeiro momento, Dona Marta faria parte da pesquisa, mas por dificuldades de comunicação e de datas nas quais ela tivesse possibilidade, optei por procurar outra participante.

a aplicar juntas algumas das etapas do MOMU. No entanto, enquanto marcava um segundo momento de conversa para concluir as aplicações do MOMU, a terceira participante me comunicou que não gostaria mais de fazer parte da pesquisa.

Por isso, parti em busca de uma outra vivência urbana que pudesse compartilhar um pouco da realidade das mulheres do referido Conjunto. Foi quando recordei que em uma das nossas conversas, Zezé tinha comentado que duas de suas filhas residiam no José Aprígio Vilela e perguntei se não haveria a possibilidade de me colocar em contato com uma delas que aceitassem colaborar.

Conheci Valéria no começo de 2020 e pelo curto prazo de tempo para aplicar as etapas, infelizmente não pude ter tanto contato com ela e com a sua realidade quanto consegui com as outras duas protagonistas. Valéria atualmente está com 30 anos e mora no Conjunto José Aprígio Vilela desde sua entrega (2014), junto com seu companheiro e sua filha única. Ao perguntar por seu reconhecimento racial, ela demora um pouco para compreender do que se trata a questão, mas depois se reconhece como “*negra, porque eu sou descendente de negra, aí não tem como escapar disso né?!*” (Valéria).

A história de sua infância se entrelaça na de sua mãe, Zezé, pois ela foi uma das filhas que morou com sua família em um dos barracos de lona da Ocupação ao lado do HU. Daquele tempo ela tem poucas lembranças, mas diz que “*era legal*”. Depois de anos de luta, também conseguiu **conquistar** sua casa própria e abrir uma loja de roupas e acessórios na garagem da casa da sua irmã, também no Conjunto José Aprígio Vilela. Atualmente está filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) por conta, principalmente, da pauta da moradia,

mas diz ter “*muito tempo que não frequento, mas antes eu participava até dos grupos de jovens, já viajei, já fui pra Brasília, já participei de diversos grupos, mas hoje dei uma parada*” (Valéria).

Ao introduzir as três protagonistas que darão vida ao Método de Observação das Marcas Urbanas, podemos encontrar em suas histórias muitas semelhanças, embora cada uma tenha uma jornada única. Todas são mulheres, marcadas pelos marcadores da diferença de classe e raça (para além do gênero) e residem em Conjuntos Habitacionais de Interesse Social, no bairro Benedito Bentes. Em seus corpos femininos trazem, além das Marcas Urbanas que abordaremos adiante, marcas como as da maternidade, as das experiências de habitar em Ocupações e barracos de lona; e igualmente carregam as da resistência, resultando na conquista de suas casas próprias, como também as da luta pela pauta da moradia popular e dos direitos básicos, embora atualmente Valéria esteja afastada desse contexto de militância popular.

Mesmo sendo uma amostra populacional de somente três vozes e vivências urbanas, Zezé, Eliane e Valéria “partilham entre si determinadas características consideradas fundamentais para a questão em estudo” (TAYLOR, 2001 *apud* NOGUEIRA, 2001, p.34). Muito embora não haja pretensão de que as três experiências representem toda uma população de mulheres da resistência, como dito anteriormente, corroboramos com a ideia de que suas particularidades podem ser utilizadas para contribuir no entendimento de algumas generalidades relativas às Marcas Urbanas nos corpos femininos da resistência, que serão abordadas nas aplicações das etapas nas próximas subseções.

3.2 NÓS PRATICAMOS: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

No campo das pesquisas qualitativas, um dos principais instrumentos de produção de dados utilizados têm sido as entrevistas (RODRIGUÊS, 2013). Dentre os diversos tipos existentes, selecionamos o modelo semiestruturado por conceder a entrevista maior flexibilidade e espontaneidade (GIL, 1987 *apud* RODRIGUÊS, 2013), uma vez que a mesma é orientada por um roteiro pré-estabelecido, mas está aberta aos novos questionamentos que podem surgir ao longo da conversa (TRIVIÑOS, 2008 *apud* RODRIGUÊS, 2013). Dessa maneira, mesmo que a condução permaneça como função da pesquisadora, há uma proposição de diminuição da assimetria das relações de poder durante o momento da entrevista, quando é repassada à participante a possibilidade de apresentar novas possibilidades de tópicos a serem abordados.

No contexto de aplicação do MOMU, das quatro etapas que envolvem a escuta e o compartilhamento das Marcas Urbanas de Zezé, Eliane e Valéria, a Entrevista Semiestruturada foi a primeira a ser executada. Esta sequência se deu pela possibilidade desse procedimento metodológico servir como um fio condutor para auxiliar na aplicação das etapas seguintes de Lista do Itinerário do Cotidiano e Mapa Perceptivo.

No que se refere ao roteiro das perguntas (disponível no Apêndice 5), ele foi elaborado em quatro blocos temáticos. Os blocos temáticos foram organizados com vistas ao conhecimento das visões de mundo das protagonistas selecionadas sobre os temas relacionados à i) vivência da mulher da resistência na cidade de Maceió e ii) à configuração espacial dos espaços livres públicos;

bem como de suas histórias de iii) vida e de iv) militância¹. Após as entrevistas elaboradas, a análise dos dados foi realizada por meio da estratégia da análise de conteúdo, na qual a organização do material produzido aconteceu em quatro momentos sequenciais: a transcrição parcial das conversas; a “pré-leitura das entrevistas transcritas; [a] releitura e seleção de unidades de significados; e [a] categorização” (SILVA, 2016, p.83). No processo de categorização, levamos em conta a **relevância** (CAMPOS; TURATO, 2009, *apud* SILVA, 2016) dos temas abordados em consonância com os objetivos da pesquisa e a **repetição** de suas aparições (CAMPOS, 2004 *apud* SILVA, 2016).

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
Apresentação: nome, idade, local de moradia, ocupação, reconhecimento racial.	
BLOCO SOBRE AS PERSPECTIVAS A RESPEITO DA VIVÊNCIA DAS MULHERES NA CIDADE	
1. Sobre a cidade: você acredita que Maceió é uma cidade que se preocupa com as necessidades das mulheres moradoras? Por quê?	
2. Como é ser uma mulher no espaço urbano de Maceió?	
3. Quais as sensações que você sente em estar e transitar pela cidade?	
4. (Conversar um pouco sobre as marcas que a cidade deixa nos corpos femininos e perguntar): Você acha que a cidade deixa/causa alguma marca no corpo feminino? Se sim, de quais tipos?	
5. Quais são as dificuldades que as mulheres enfrentam aqui? Como vocês resistem a essas dificuldades?	
6. Quais espaços que você enquanto mulher sente falta?	
7. Você acha que a mulher deixa alguma marca no espaço de cidade? Se sim, de quais tipos?	
8. Como você acha que deveria ser a cidade? Quais mudanças na cidade você gostaria de ver/tazer acontecer?	
BLOCO SOBRE AS PERSPECTIVAS A RESPEITO CONFIRGURAÇÃO ESPACIAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	
9. Quais são os elementos que uma rua ou praça precisa ter para você se sentir segura?	
10. Existem elementos ou ausência de elementos que faz você se sentir insegura na cidade?	
11. Existem caminhos que você escolhe passar ou não passar? Se sim, você pode descrever eles?	
12. Você poderia descrever como são os caminhos que você percorre todos os dias? O que você sente neles?	
13. Quais são as atividades de lazer das mulheres daqui? Onde elas exercem essa atividade? Você poderia descrever esses espaços para mim?	
14. Quais são as atividades de lazer das meninas e adolescentes daqui? Onde elas exercem essa atividade? Você poderia descrever esses espaços para mim?	

FIGURA 33: QUESTÕES DOS DOIS PRIMEIROS BLOCOS TEMÁTICOS DO ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.

FONTE: AUTORAL, 2019.

¹ As questões sobre vida e militância não fazem parte dos objetivos da pesquisa, mas como marca as formas de ver a realidade das três protagonistas, acreditamos que poderia trazer contribuições indiretas à pesquisa.

Isso posto, enfocaremos na análise das questões dos primeiros dois blocos temáticos, demonstradas na figura 33, que abordaram, dentre outras coisas, sobre: suas opiniões em relação a como é ser uma mulher que vivencia os espaços livres públicos de Maceió; quais são suas sensações ao transitar por esses espaços; suas Marcas Urbanas deixadas/levadas em seus corpos; e, quais as dificuldades enfrentadas nos percursos diários. Assim como trataram de abordar os elementos dos espaços livres públicos que lhes garantem uma sensação de segurança ou lhes causam uma sensação de insegurança; os caminhos escolhidos por elas para transitar e as suas atividades de lazer.

Fazemos uma ressalva ao momento de análise de conteúdo, pois no processo de “identificação dos núcleos de significação” (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007, p.05), os

pesquisadores procuram **padrões nos dados**, mas não é certo nem seguro, como e quais serão esses padrões e que significados terão. A abordagem dos “dados” é realizada com a confiança de que “existirá algo”, mas com muita incerteza relativamente ao “que será”. Se se definem padrões emergentes, é importante anotá-los, mas continuar a procurar. Podem existir várias possibilidades para os explorar. **Provavelmente terá de haver decisões relativas à focalização (nuns mais do que noutros), deixando por isso aspectos por explorar** (NOGUEIRA, 2001, p.35, grifo nosso).

Assim, tendo estabelecido o aporte teórico-metodológico desta seção, me aproximo das falas de Zezé, Eliane e Valéria não “como quem ‘dá voz’ aos [as] ‘entrevistados[as]’, mas que reconhece a existência e potência dessas vozes que não precisam ser dadas, mas ouvidas e compartilhadas” (PADILHA, 2017, p.29).

Ao observar os dois blocos temáticos que focamos, percebemos, ao analisa-los posteriormente, que ambos gravitam em torno das Marcas Urbanas, pois tudo que Zezé, Eliane e Valéria partilharam foi de um lugar de experiência, de alguém que havia sido marcado pela realidade que falava. Por isso e para corresponder aos questionamentos que nos serviram de guia no começo da pesquisa - para a formulação do objetivo geral -, apresentaremos suas respostas tendo como fio condutor as Marcas Urbanas e as relações entre a configuração espacial dos espaços livres públicos e as ações de atração/repulsa dos corpos femininos neles.

Quando questionadas sobre como a cidade de Maceió se posiciona em relação as necessidades das mulheres em termos de vivência do espaço livre público, as três categoricamente afirmam que não há preocupação com suas necessidades. Zezé nos conta que “é **uma luta constante**” porque em Maceió “**não tem muito espaço pra as mulheres**”. No mesmo caminho, Eliane diz que embora a maioria da população seja feminina, “**a cidade não foi preparada para as mulheres**” e por isso “**as mulheres não se sentem confortável na cidade**”. Ao pontuar sobre alguns dos medos relacionados ao espaço, ela partilha que “**primeiro pelo medo de sair de casa e não voltar; o medo de circular na cidade a noite; o medo de usar qualquer roupa; o medo da liberdade que ela tem vontade de ter; o medo de circular num transporte coletivo; o medo de enfrentar o desafio em busca de um emprego**” (Eliane, grifo nosso). Somado a essas questões, Valéria ainda aponta sobre a **discriminação** vivida se a mulher for “**negra, se for pobre, se tiver o cabelo pixain e etc. etc. etc.**”.

A partir das suas falas iniciais é possível observar como a

estrutura da sociedade patriarcal, capitalista e racista atinge as vivências urbanas dessas mulheres, que têm suas experiências marcadas pelo “**desafio**”, sendo “**uma constante, a gente tá sempre na busca desses espaços né?!**” (Zezé, grifo nosso), mesmo sofrendo “**muito preconceito. Com tudo. Às vezes o espaço ocupado por mulheres ainda tem a discriminação**” (Valéria, grifo nosso).

O fato do espaço urbano ser “**desfavorável**” (Zezé) para as mulheres, resulta na dificuldade de vivenciá-lo, uma vez que “**a gente tenta sobreviver neste espaço urbano. Primeiro que assim, quem está na periferia sabe que se acordar de manhã, sair de casa, ir em busca de um trabalho, ou ter que descer da parte alta de Maceió para ir pra parte baixa, trabalhar na casa de alguém, pra sustentar o pão, aí se preocupar com quem vai deixar os filhos. Num tem um espaço nesta cidade em que você saia pra trabalhar e deixe os seus filhos à vontade (...). Mesmo tendo os maridos, mas toda a responsabilidade da família sobre cai² sobre a mulher. A mulher, ela tem uma carga muito maior na questão da família do que o próprio homem. O homem tá mais preocupado em trabalhar, ‘se vire, tá aqui’. Mas a mulher, quando ela não quer depender só da renda do marido, ter a independência dela, ela vai ter que se sacrificar. Porque ela se torna mais independente quando ela sai pra batalhar na rua, fazer um bico, enfim, trabalhar, ter o seu próprio sustento. Ela se sente **mais liberta do homem, né?! E aí, mas pra ela se sentir nessa liberdade ela vai ter que se sacrificar, os filhos, a casa, se preocupar com tudo, né, com a conta de água, de energia, com as roupas das crianças, com os alimentos, é uma correria muito****

² Forma falada por Eliane.

grande né?!” (Eliane, grifo nosso).

Mais uma vez, as diferentes opressões interseccionam o corpo dessas mulheres da resistência e resultam em experiências únicas de indivíduos marcados pelos marcadores da diferença do gênero, da classe e da raça¹. A fala da Eliane indica as múltiplas jornadas de trabalho de uma mulher (seja ele físico, emocional e mental) e nos mostra como é a experiência dessa mulher que precisa sair para trabalhar e ao mesmo tempo dar conta das atividades relativas aos cuidados do lar e da família, sem que tenha as condições favoráveis para isso, como, por exemplo a presença de creches públicas para auxiliar em seus cotidianos.

Vemos que nessas primeiras duas questões as três não trouxeram a tona questões referentes ao espaço livre público em si, embora as perguntas tenham sido apresentadas com esse enfoque. Tal ausência pode ter acontecido pela importância de outros fatores sociais trazidos por Zezé, Eliane e Valéria, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, em busca da sua liberdade financeira e as creches públicas para ter onde deixar suas/seus filhas/os durante as jornadas de trabalho.

Ainda se tratando das Marcas Urbanas deixadas pela vivência dos espaços livres públicos, ao serem interpeladas sobre suas sensações nesses espaços, contrariando o esperado pelo dito nas questões anteriores, ambas Zezé e Valéria apontam sensações positivas, quando nos contam que **“é uma sensação boa porque a gente tá transitando e conhecendo a cidade (...)**. A convivência aqui

¹ Nos resultados o marcador da diferença da raça aparece de maneira mais explícita por interseccionar o corpo feminino das protagonistas do estudo, não sendo anteriormente um critério de inclusão/exclusão na participação deste estudo.

são **as mesmas pessoas** no mesmo espaço, então você se sente **mais tranquila”** (Zezé, grifo nosso); é **“um alívio, de poder passear”** (Valéria, grifo nosso). No entanto, logo em seguida, complementam os posicionamentos trazendo a preocupação com a **“exclusão social que é muito grande na nossa capital”** (Zezé, grifo nosso) e o apontamento dos **“constrangimentos”** causados pelos assédios, **“um ‘psiu’, que é horrível. Que a gente, quando passa por isso se sente um nojo, um lixo, na verdade né?!”** (Valéria, grifo nosso).

Em complemento às sensações negativas sentidas, Eliane relata, novamente, a questão do medo, palavra que em sua fala é muito presente, talvez porque em sua experiência também o seja, quando diz que sente **“medo porque assim, você não tem um transporte de qualidade pra andar, se você tá lá no ônibus tem alguém que tá ali querendo se aproximar do seu corpo, isso lhe dá angústia né?! Ai tem os olhares de preconceito. Se você vai caminhar a pé na cidade, você tem medo de um assalto.; você tem medo de um estrupo. (...). E aí assim, as ruas, aí a cidade, você olha a noite, as ruas são escuras, os becos, as vielas, então tudo isso pra você caminhar é difícil. Você sai, sai pensando que não vai voltar ou que algo de ruim vai lhe acontecer nesse percurso que você vai fazer. Ela não é uma cidade segura pra você transitar”**.

Em complemento, quando peço para elas nomearem as Marcas Urbanas em seus corpos, após explicá-las que se trata tanto dos sentimentos/sensações experienciados quando no espaço livre público, quanto das possíveis consequências físicas em seus corpos, mais uma vez a questão do transporte coletivo, do mercado de trabalho e do preconceito retornam à tona. Tais respostas dão a entender a

não consideração, de primeira, das Marcas Urbanas vivenciadas no próprio espaço livre público, mas sim todos os outros contextos sociais em que estão inseridas e que as marcam profundamente.

Para Zezé, **“uma das marcas que pelo menos a gente enfrenta fortemente aqui é a questão do transporte, né?! Aqui nós não temos um transporte de quantidade. A gente mora aqui como se fosse ilhado, se você percebe, é muito distante da cidade, então o transporte daqui é péssimo. Passa de uma em uma hora e não comporta a quantidade de pessoas que precisa transitar na cidade. Então essa é uma marca muito forte, todo dia, quem trabalha, já chega do trabalho estressado. Porque não tem uma alternativa, não tem outro transporte. (...). Eu ando no ônibus, totalmente... Eu boto o fone de ouvido pra não ouvir ninguém, pra abstrair aquilo que eu tô passando, mas eu sinto muito medo”**.

Também Valeria pontua o **“constrangimento”** sentido em relação ao transitar pela cidade por meio do transporte coletivo, quando sente as Marcas do **“estresse, a depressão. O cansaço de viver nesses ônibus, de andar nesses ônibus, que é terrível. Você só andar em pé. Passar mais de quatro horas num ônibus. Quando chega ali naquele terminal, pra pegar o Aprígio, fora a demora que você tem que esperar.**

Ainda no sentido de nomeação das Marcas Urbanas deixadas nos corpos femininos, Eliane traz outros acréscimos, afirmando que **“é lógico que ela [a cidade de Maceió] deixa muita marca no corpo feminino né. A marca da mulher, dela não ser aceita no mercado de trabalho, ou quando ela é aceita, ela é diminuída nesse mercado de trabalho. Quando ela caminha, que ela bota uma roupa mais curta,**

ela é a prostituta. O olhar preconceituoso em cima desse corpo feminino. (...). Não é só a marca de pegar, de tocar, de deixar lá uma cicatriz na pele, mas é a marca emocional mesmo, no corpo né. Ela não vai se sentir bem”.

Em contrapartida, ao serem questionadas sobre as Marcas que os corpos femininos deixam na cidade, elas destacam sobretudo suas ações diárias como **“marcas de resistência”** (Elaine, grifo nosso), posto que **“quando você faz uma luta, quando você diz ‘tô presente’, ‘eu quero meu direito’, isso é uma marca sua, é uma evidência. Então, a gente deixa marca sim”** (Zezé, grifo nosso). Neste mesmo sentido, Eliane afirma que **“nós mulheres somos fogo, nós resiste mesmo. (...). Se você observar a cidade de Maceió, e aí você vai ver os grandes conjunto habitacional que tem, a maioria foram cobrados por mulheres que tavam na frente da luta do movimento. Ai se você ver a fila, todo mês de janeiro né, a fila da matrícula escolar, quem tá lá são as mulheres, cobrando as vagas dos filhos. Então isso deixa marca na cidade. Deixa uma marca de resistência, porque tá cobrando aquilo que é seu né, seu espaço né. Então isso deixa, a gente consegue deixar essa marca”**.

Para finalizar o primeiro bloco de perguntas, questiono como elas acham que deveria ser a cidade de Maceió em termos dos seus espaços livres públicos e sobre quais mudanças elas gostariam de ver/fazer acontecer. Sobre isso, Zezé destaca a questão dos **“elefantes brancos, que são aqueles prédios do centro da cidade vazios, transformar em moradia social, né?! Pras pessoas terem acesso à cidade”**.

Somado a esse ponto, Eliane acrescenta outros, como **“a**

cidade tinha que ter **muita iluminação, as ruas tinha que ter toda uma estrutura, a mobilidade urbana tinha que existir (...). Ela tinha que ter praças adequadas pras pessoas, lugares que as pessoas pudessem se sentir bem, uma praça onde a pessoa tivesse uma academia aberta ali, que pudesse usar aquele espaço, nessa praça deveria ter um espaço onde os meninos pudessem fazer a sua roda de capoeira, um espaço onde as mulheres pudessem se reunir, sem medo nenhum de fazer a sua reunião coletiva, ou de fazer sua atividade de confraternização (...), equipamentos que você pudesse usar, que tivesse guarda tomando conta desses espaços para eles não serem destruídos (...)**". Para finalizar sobre essa questão, Valéria complementa dizendo que a cidade "deveria ser **bastante limpa. Não deveria ter a divisão de igualdade. Todos deveriam ser iguais. Até porque, independente de cor, de raça, gênero, somos iguais. E só**".

Assim, podemos concluir com esse bloco temático que as experiências urbanas das nossas três mulheres da resistência são atravessadas não somente pelas questões relacionadas ao espaço em si, mas em especial pelas questões acerca das suas inserções no mercado de trabalho e das imposições acerca do cuidado do âmbito privado e da família, sendo a escassez de creches, escolas e postos de saúde pontos que atingem, sobretudo, o dia a dia das mulheres.

Essas circunstâncias agravam o *desafio* de ser mulher no espaço livre público, uma vez que diversificam e ampliam os tipos e as quantidades de deslocamentos diários executados por elas em ambientes *não preparados* para suas demandas supracitadas. O fato delas habitarem Conjuntos Habitacionais de Interesse Social distantes das centralidades de Maceió, como se estivessem *ilhadas*, acentua

a sobrecarga nos corpos femininos, que sofrem pela precariedade dos serviços urbanos, e como consequência, acabam por serem as principais afetadas também pela situação atual da *péssima* qualidade dos transportes coletivos da cidade.

Pelo compartilhado por Zezé, Eliane e Valéria, as suas vivências urbanas possuem, especialmente, as Marcas Urbanas *emocionais*, como diria Eliane, pois ao precisarem se deslocar pelos espaços livres públicos sentem medo, estresse, cansaço, preconceito, discriminação, constrangimento e angústia advindos das realidades descritas por elas. Mas não somente, seus corpos também são marcados fisicamente pelas múltiplas jornadas de trabalho, pelas carências dos serviços, pelas possibilidades de violência urbana, assédios e estupro.

Ao mesmo tempo, é preciso destacar que são essas mulheres que resistem e deixam suas *marcas de resistência* nos espaços livres públicos de Maceió. As suas *evidências* vão desde conquistas em escalas mais amplas, como é o caso da cobrança pela construção de Conjuntos Habitacionais de Interesse Social para as suas famílias que vivem em situações de risco e vulnerabilidade; até as microações de subversão diárias. Essas correspondem a táticas cotidianas de organização e articulação entre as suas redes sociais, que surgem com o objetivo de se ajudar mutuamente e desempenham a função de serem como redes de antidisciplina, como por exemplo, as mães que revezam o cuidado dos filhas/os com as avós para conseguir trabalhar e/ou cuidar de outras questões¹.

¹ O exemplo dado é vivido por Eliane, cuja nora deixa um dos filhos pequenos com ela, algumas vezes por semana, para que a mesma consiga cuidar do outro filho que acabou de nascer..

No segundo bloco temático, cujo objetivo era conhecer as relações existentes entre as vivências urbanas dos corpos femininos da resistência e a configuração dos espaços livres públicos, as perguntas buscaram compreender os impactos do desenho urbano e dos elementos físicos nas experiências urbanas de Zezé, Eliane e Valéria.

Neste contexto, quando interpeladas sobre os elementos dos espaços livres públicos essenciais para a sensação de segurança e bem estar, ambas Zezé e Valéria apontaram a importância de um ambiente com diversidade de usuários, sendo "**um espaço onde transite todo tipo de pessoa**" (Zezé, grifo nosso), com "**muita criança, muita pessoas idosas**" (Valéria, grifo nosso).

Além disso, tanto Zezé quanto Eliane frisaram a necessidade de uma boa iluminação pública para promover a sensação de segurança, uma vez que "**uma praça pra ser boa, onde as mulheres possam participar desse espaço, seria uma praça com iluminação pública, seria uma praça com um espaço bacana pra conversa**" (Zezé, grifo nosso). Como complemento desse cenário, Eliane sugere um espaço para que as mulheres "**possam fazer uma academia na rua aberta e não ter medo de ninguém tá lá tirando chacota com ela porque ela tá com um short curto ou uma calça apertada. Esses espaços precisam ser garantidos para as mulheres na rua, que não é, né?! A gente vê mais essas áreas de lazer onde as mulheres se sentem à vontade na praia, mas na periferia a gente não vê**".

Ao solicitar os elementos ou ausência de elementos que trazem as sensações de conforto e insegurança, Zezé e Eliane levantaram a questão das calçadas dos bairros periféricos, onde "**as calçadas não**

urbanizada faz com que você nem consiga usar um salto, então isso faz com que você ande insegura" (Zezé), ou como exemplifica Eliane, "**aqui no Benedito Bentes, por exemplo, as calçadas não têm lugar que os cadeirantes circulem. Então você não vê as calçadas com espaço que as pessoas circule**".

Mais uma vez a questão da iluminação pública é pontuada, agora tanto por Zezé quanto por Valéria, como sinaliza Valéria ao contar que se sente insegura "**quando a gente passa numa viela, vamos dizer numa viela, e ela tá muito escura, não tem uma iluminação, mas se tivesse pelo menos um posto policial ou uma viatura, talvez a gente se sentiria mais segura**".

Na sequência, questionamos sobre os caminhos que utilizam, seus sentimentos e se elas costumam escolher aqueles pelos quais transitar. Neste ponto, Zezé foi categórica ao afirmar que não há caminhos de sua preferência, pois "**a gente não tem esse direito de escolha (...). A gente vive ilhado, né, só tem uma entrada e uma saída, então você não tem escolha. Você gostando ou não gostando você tem que passar por aquele lugar**". Do mesmo modo, Valéria não tem caminhos pelos quais opta por passar, porém os motivos são outros: ela nos conta que, dentro do José Aprígio Vilela, ela caminha "**por qualquer lugar, até porque aqui você é uma periferia, mas não é uma coisa que você não pode ir e não pode voltar. Aqui você vai e volta a qualquer hora, que tá tudo tranquilo**".

Enquanto isso, Eliane nos apresenta um cenário de caminho que ela evita utilizar, sendo composto por "**ruas que não têm iluminação; ruas que não têm muito movimento; são espaços que você não se sente à vontade neles, né. Eles são assim meio**

sinistros de passar”.

Por fim, ao indagar sobre a presença de espaços de lazer voltados para as mulheres, adolescentes e meninas nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social onde residem, ambas Eliane e Valéria dizem que em seus Conjuntos não existem espaços livres públicos para essa finalidade. Eliana nos conta que *“tem o lugar de fazer a praça e nunca fizeram. Tem o lugar de fazer a quadra de esportes, mas nunca fizeram”*. Quando se trata das mais jovens, Valéria complementa dizendo que *“eles não têm infância mesmo. A gente conseguiu ter, mas eles não têm. Porque além da violência, o medo da pedofilia que é grande, de não poder sair né”*.

Já no Conjunto Parque dos Caetés, onde mora Zezé, ela nos diz que lá o único lazer exercido pelas jovens é *“pegar uma caixinha de som e botar na porta e ficar dançando aqueles passinhos. Fora isso, nenhuma”*, pois mesmo com as quadras e os playgrounds, eles são subutilizados pelas crianças no geral, mas sobretudo pelas meninas. Em adição, ela menciona que o lazer das mulheres é *“beber nas suas casas durante o final de semana ou uma vez ou outra ir à praia (...) . Aqui não tem nem um barzinho onde ela possa sair e tomar uma cerveja. Então o lazer de todas é: quem bebe durante o final de semana, fica nas suas casas e toma suas cervejas. E aquelas que não bebem, vão pra Igreja (...) . Ou você bebe pra apagar essas marcas fortes, ou você vai pra Igreja orar ou rezar ou fazer alguma coisa pra tentar apagar essas marcas também né?!”*.

A partir das respostas compartilhadas no segundo bloco temático de perguntas, é possível perceber uma escassa variedade de elementos do espaço livre público apontados que **asseguram**

as sensações de segurança e bem estar, sendo os principais: a presença de uma diversidade de pessoas nos espaços, iluminação pública de qualidade e ambientes destinados à conversas, reuniões e academia ao ar livre. O mesmo acontece com os **itens do espaço livre público que causam insegurança e uma sensação de desconforto**, sendo eles as calçadas não urbanizadas e com espaço insuficiente e as ausências de iluminação pública, policiamento e movimentação de indivíduos.

As hipóteses levantadas para tentar compreender essa escassez de elementos apontados orbitam entre as possibilidades delas ou não se questionarem sobre isso enquanto utilizam os espaços livres públicos da cidade ou de não lembrarem de outras questões durante o momento da entrevista, justamente por não problematizarem constantemente sobre isso. Ou ainda por serem realmente esses os únicos elementos dos espaços livres públicos que ora auxiliam, ora comprometem, a sensação de segurança e bem estar das três. Nas próximas subseções buscaremos analisar se alguma dessas opções se configura como confirmação do cenário das respostas descrito.

3.3 NÓS PRATICAMOS: LISTAS DOS ITINERÁRIOS DOS COTIDIANOS

Ao analisar as suas rotinas contidas nas Listas dos Itinerários dos Cotidianos das três protagonistas, podemos apreender que algumas Marcas Urbanas variam de acordo com as atividades estabelecidas cotidianamente por Zezé, Eliane e Valéria, ao passo que outras permanecem no dia a dia das três mulheres da resistência residentes nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social do Benedito Bentes,

sejam quais forem os seus itinerários.

A Lista do Itinerário do Cotidiano da protagonista Zezé foi preenchida somente a partir das informações de sua rotina semanal, uma vez que ela afirma não ter rotinas nos fins de semana. De segunda a sextas-feira, Zezé acorda por volta das 4h30 da manhã para fazer sua atividade física, caminhando por 20 minutos pelas ruas do Conjunto do Parque dos Caetés sozinha. Depois, volta para casa e se arruma para sair rumo ao ponto de ônibus, às 5h40, que a levará para o Terminal do bairro. Embora desacompanhada, se sente segura, pois encontra *“outras pessoas fazendo caminhada, outras pessoas que tão saindo para o trabalho”*, e nos afirma: *“eu sinto mais medo no ônibus, não de transitar dentro do Conjunto”* (Zezé, grifo nosso). No Terminal, mais algum tempo de espera se acrescenta e se encerra com a disputa por lugares dentro do veículo, que a deslocará para o bairro do Centro. Depois de aproximadamente duas horas de trajeto, muitas vezes em pé e amontoada em espaços superlotados, chega ao seu trabalho por volta das 8h da manhã.

Das 12h às 13h é o seu horário de almoço. Ela se desloca a pé, ora sozinha, ora com alguns colegas de trabalho, para o Restaurante Popular que se localiza próximo à sede do Procon, na qual trabalha. O curto percurso de ida e volta ao local de trabalho acontece nos espaços livres públicos movimentados do bairro, o que garante uma sensação de segurança à Zezé. O retorno para o ponto de ônibus acontece geralmente às 16h, quando ela precisa enfrentar, novamente, a multidão cansada e estressada que disputa pelos locais dentro do transporte de massa. Mais duas horas de trajeto e Zezé chega em sua casa. Nesta hora do dia ela nos conta *“aí eu não*

tenho coragem pra mais nada, né, só pra fazer o café, tomar e dormir. (...) Não assisto nem novela” (Zezé).

Nos fins de semana ela divide o tempo entre as atividades da militância, os afazeres de casa, visitas aos seus filhos e seus momentos de lazer, como partilha conosco: *“eu não gosto da rotina, eu sou obrigada a fazer isso na semana, mas durante o final de semana, quando eu não vou pra casa dos meus filhos, que são espalhados pela cidade, eu vou tomar cachaça por aí afora com os amigos”* (Zezé).

Enquanto Zezé possui uma rotina semanal mais regrada, Eliane divide conosco que sua *“rotina é bem corrida mesmo, sabe? Falar do meu dia a dia é muito complicado assim. É um dia que não tem agenda programada, o dia vai programando a sua vida”* (Eliane). A nossa segunda protagonista mora com seu esposo¹ e costuma acordar às 5h da manhã para organizar o café e se alimentar. Depois, *“ou eu saio de casa logo cedo e vou cumprir com a agenda do Movimento [MTST] em algum órgão do Governo; ou em algum sindicato; ou em algum coletivo do Movimento; ou eu venho pra Associação do Paulo Bandeira, passo o dia por aqui; ou então vou para as Ocupações”* (Eliane).

Além das atividades listadas, duas vezes por semana ela vai até a casa de sua filha, no Conjunto Parque dos Caetés, por volta das 17h, *“porque ela trabalha o dia todo, e aí ela chega muito tarde em casa da noite. Aí vou limpar o espaço dela, pra poder depois que eu*

1 No final de 2019, Eliane e o companheiro precisaram se mudar para o Conjunto do Parque dos Caetés por conta de problemas estruturais em sua casa própria. No entanto, utilizaremos sua experiência como moradora do Conjunto Prof. Paulo Bandeira, onde morou desde sua entrega, em 2009, até novembro de 2019, quando as entrevistas ainda estavam em curso.

cuido de toda, faço a faxina na casa dela, no geral, pra deixar tudo arrumado pra ela, aí eu vou para a minha casa, né. E aí eu vou cuidar das minhas coisas. Aí vou primeiro olhar as minhas agenda, vou ver o que é que eu tenho que fazer, aí vou cuidar das minhas coisas do dia a dia da casa mesmo, que é limpar a casa, fazer a comida, lavar uma roupa. E aí, quando eu vou dormir, já é tarde da noite, eu nem tenho tempo de assistir tv, né. Aí eu vou dar uma lida nos livros, vou estudar um pouquinho, vou me aprofundar nas coisas, na conjuntura, o que que o país tá vivendo (...), aí quando eu vou dormir é lá pras onze horas da noite, meia noite e essa é a minha rotina” (Eliane).

Os deslocamentos de Eliane acontecem geralmente de ônibus ou a pé. Ou ainda, quando encontra alguma carona ou tem dinheiro para a gasolina, de carro. Normalmente faz os percursos desacompanhada, mas, por vezes dá suporte aos seus filhos, quando eles precisam que ela cuide de seus netos, levando-os consigo para a Associação de Moradores do Prof. Paulo Bandeira ou para as Ocupações do MTST. Quando no bairro do Centro em visita aos órgãos públicos ligados às “*pautas do povo*”, se desloca andando e nos conta que “*no centro não dá muito medo durante o dia porque é movimentado o centro, né?! (...) Você vai encontrar várias pessoas circulando, os comerciantes, aí você vê os camelô, as pessoas circulando não dá tanto medo não*” (Eliane, grifo nosso).

A utilização do transporte coletivo também provoca Marcas Urbanas em Eliane, que partilha, em um dos exemplos, o trajeto de retorno ao bairro Benedito Bentes: “*aí volta para o ponto, que só tem um ponto para o Benedito Bentes lá no Centro. Aí fica naquela filazinha gostosa ali, aí a gente começa a falar dos problemas da cidade, né,*

da retirada de direitos. Daqui a pouco o ônibus chega, a gente sobe e aí é mais ou menos mais de duas horas pra chegar. Outro dia eu fiz um teste, peguei um transporte de frente ao Palácio do Governo e fui pra cidade de Flexeiras¹. E uma companheira minha do Movimento pegou na mesma hora um ônibus pra vim pro Benedito Bentes. Eu cheguei primeiro lá do que ela aqui no Benedito. O percurso é longo; e estressante; e no horário de pico então” (Eliane).

Enquanto isso, a realidade da terceira protagonista da pesquisa é diferente das demais, no sentido de não possuir uma rotina que a obrigue a fazer grandes deslocamentos na cidade de Maceió. Como sua residência é situada no mesmo Conjunto que seu empreendimento, seu dia a dia consiste em acordar às 8h da manhã para limpar a casa e logo depois ir caminhando – na maior parte dos dias sozinha, quando não, acompanhada por sua filha de doze anos -, para sua loja, a um quarteirão de sua residência. Às 11h, retorna para sua casa, para cozinhar o almoço e volta à sua loja por volta das 13h30.

No final do seu expediente, volta para casa às 18h e “*fico em casa, não saio mais*” (Valéria). Ao perguntar pelas possibilidades de caminhos para fazer esses trajetos, Valéria nos conta que “*existem dois, existe aqui por baixo e existe aqui por cima. [Eu prefiro] por aqui por baixo, porque é mais perto. Me sinto segura nos dois. Porque na verdade são pessoas aqui que eu já conheço, né*” (Valéria, grifo nosso). Em relação aos fins de semana, o lazer da família consiste em ir para o interior, visitar sua sogra, utilizando o veículo da família. Quando não, se reúnem na casa do padrasto de Valéria,

¹ Aproximadamente 62km de distância do bairro do Centro até a cidade de Flexeiras.

no Conjunto Denisson Meneses, no bairro Cidade Universitária; ou ainda, raramente, os três vão à Praia da Sereia.

A etapa da Lista do Itinerário do Cotidiano foi pensada visando conhecer as dinâmicas do dia a dia das mulheres da resistência e mapear suas vivências urbanas dos espaços públicos da cidade de Maceió por meio de suas atividades cotidianas. Neste sentido, ao preencher as Listas com as três protagonistas, algumas questões ficaram em evidência. Um das Marcas Urbanas mais comentadas nessa etapa do MOMU por elas, que exerce uma influência em sua qualidade de vida, é a ineficiência do transporte coletivo unida ao fato da inserção dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social ser em locais periféricos e distantes das centralidades da capital alagoana. Neste quesito, cada uma das três comentou sobre o estresse, o cansaço, o medo e o tempo excessivo gasto para deslocar-se por Maceió.

A realidade de existir uma limitação à utilização dos espaços livres públicos da cidade de Maceió por essas mulheres, seja pelos motivos citados acima, seja pela soma desses ao fato delas, por vezes, não possuírem o valor da passagem² para utilizar sequer o transporte coletivo, evoca o “incômodo que as vozes silenciadas trazem, do desconforto que é gerado quando se rompe com a voz única” (KILOMBA, 2012 apud RIBEIRO, 2019, p.78). Observar a existência dessa realidade tão de perto auxilia na percepção de que há uma (grande) parte da população que possui o direito à cidade **negado**. A identificação desses grupos sociais acontece ao pontuar alguns dos marcadores da diferença que atuam nos corpos, como é

² O valor da passagem, na capital alagoana, do ano em vigência (2020) é de R\$ 3,65.

o caso da intersecção entre o gênero, a classe e a raça observada neste estudo.

Além das Marcas Urbanas causadas pela inserção dos Conjuntos em territórios longínquos e pela ineficiência da mobilidade urbana, há também as Marcas Urbanas trazidas pela ausência de equipamentos de lazer nas proximidades de suas moradias. Essas mulheres, que passam os seus dias sendo expostas a constantes situações de estresse e esgotamento, não possuem sequer, espaços livres públicos projetados pensando em suas necessidades. Por vezes, o somatório dos condicionantes apresentados (transporte ineficiente, distanciamento das centralidades e falta de condições financeiras) foi para elas um motivo de repensar se valeria a pena sair em busca de lazer fora dos Conjuntos, quando havia a possibilidade financeira de fazê-lo.

Uma outra Marca identificada, que embora não seja Urbana vale ser apontada, é a questão dessas mulheres acumularem, dentro de suas rotinas, também os trabalhos domésticos e reprodutivos. Destacamos esse tipo de Marca nas realidades de Eliane e Valéria, que embora morem com seus companheiros, assumem majoritariamente os afazeres domésticos e os cuidados com os entes e suas necessidades. Incluindo, nessa questão, para além dos filhos, o papel de apoio exercido pelas mulheres quando elas se tornam avós, ajudando na criação de suas/seus netas/os.

Por fim, em algumas das falas de Zezé, Eliane e Valéria podemos identificar um ponto em comum quando elas correlacionam a sensação de segurança à movimentação (em termos de uso) dos espaços livres públicos que vivenciam cotidianamente. Se até então

identificamos as Marcas Urbanas que influenciam negativamente às realidades dessas mulheres, acreditamos ser essa uma Marca Urbana com impactos positivos, uma vez que facilitam as suas experiências urbanas.

No sentido de aprofundar um pouco mais sobre as características físicas dos espaços livres públicos que contribuem ou não para a sensação de segurança e bem-estar das mulheres da resistência, propusemos a etapa dos Mapas Perceptivos. Os Mapas Perceptivos buscaram, então, além de mapear espacialmente as vivências urbanas das três protagonistas, questioná-las sobre suas sensações e quais configurações espaciais as agravam ou as amenizam.

3.4 NÓS PRATICAMOS: MAPAS PERCEPTIVOS

A aplicação da etapa do Mapa Perceptivo foi elaborada com as três protagonistas após uma breve explicação do que estava proposto para a dinâmica. O procedimento metodológico consistiu em oferecer uma liberdade em termos de representação gráfica dos bairros que elas se sentem seguras e aqueles nos quais elas se sentem inseguras, delimitando somente um código de cores para tais representações, sendo azul e vermelho as cores respectivas para tais simbologias. Após auxiliar na identificação da localização dos Conjuntos onde cada uma das três reside, assim como das avenidas principais da cidade de Maceió (Av. Fernandes Lima e Av. Menino Marcelo), deixei-as com os seus mapas e com os marcadores coloridos.

A primeira protagonista a executar essa etapa foi Zezé. Neste momento percebi que poderia incrementar a dinâmica, uma vez que não bastava somente saber quais eram os bairros vivenciados e as

sensações sentidas neles, mas sobretudo os motivos que causavam tais sensações. Como a finalidade dessa etapa era pedir auxílio para que mulheres da resistência nomeiem as características dos espaços livres públicos que influenciam em suas sensações de segurança e insegurança, passei a interpellá-las sobre os bairros sinalizados e pedir que elas escrevessem, onde achassem melhor, as razões pelas cores escolhidas em cada um deles, a partir da experiência começada por Zezé.

Ao observar o Mapa Perceptivo de Zezé na figura 35, vemos um certo equilíbrio em relação as sensações marcadas nos bairros que ela destacou. Dos 11 bairros marcados, 6 aparecem circulosados em azul e 5 em vermelho¹, indicando, em termos quantitativos, uma maior sensação de segurança ao vivenciar os espaços livres públicos de Maceió. Ao mesmo tempo, ao analisar os **motivos que geram tais sensações de segurança**, eles se resumem a: haver pessoas utilizando os espaços livres públicos e o conhecimento das regiões indicadas e das/dos usuárias/os desses espaços, sem que exista referência às características formais dos espaços livres públicos.

No entanto, quando se tratou de explicar **as razões das marcações em vermelho**, Zezé apresentou diversas razões, podendo ser subdivididas em questões relacionadas à i) estruturação socioeconômica da sociedade maceioense; ii) à configuração espacial dos espaços livres públicos e iii) às relações de reconhecimento tanto do local quanto das pessoas. O primeiro ponto se referiu ao conhecimento de bairros onde o tráfico de drogas se apresenta de

¹ Os bairros que Zezé destacou de azul, nos quais ela se sente segura e/ou confortável, foram: Benedito Bentes, Cidade Universitária, Tabuleiro dos Martins, Santa Lúcia, Fernão Velho e Centro. Aquelas que ela marcou de vermelho foram: Clima Bom, Santa Amélia, Canaã, Pitanguinha e Farol.

FIGURA 34: PROTAGONISTA ZEZÉ VIVENCIANDO A ETAPA DO MAPA PERCEPTIVO. FONTE: AUTORAL, 2019.



FIGURA 35: MAPA PERCEPTIVO DA ZEZÉ. FONTE: SEMPLA, 2013, ADAPTADO POR ZEZÉ.

forma mais intensa ou em locais em que ela já tenha tido alguma experiência que colocou sua integridade física ou dos seus bens materiais em risco.

No segundo conjunto de motivos que lhe causam a sensação de insegurança, Zezé aponta algumas características como: as ruas esquisitas e sem movimento, a falta de iluminação pública e a existência de ruas sem saída. Já no terceiro grupo de razões, ela traz os fatos de “*não conhecer pessoas ou referência no local*” e registra que essas situações “*oferecem risco*” (Zezé).

Um fator interessante no mapa perceptivo de Zezé é o fato dela ter marcado de vermelho o seu deslocamento diário para o trabalho, comprovando sua sensação de insegurança nos transportes coletivos. Se destaca também o fato dela ter marcado de amarelo os seus trajetos dos finais de semana, que variam entre as visitas aos bairros onde suas filhas e seu filho habitam e à praia do bairro da Ponta Verde, onde ela gosta de ir quando tem condições, para vivenciar um momento de lazer, já que não há essa oferta em seu Conjunto.

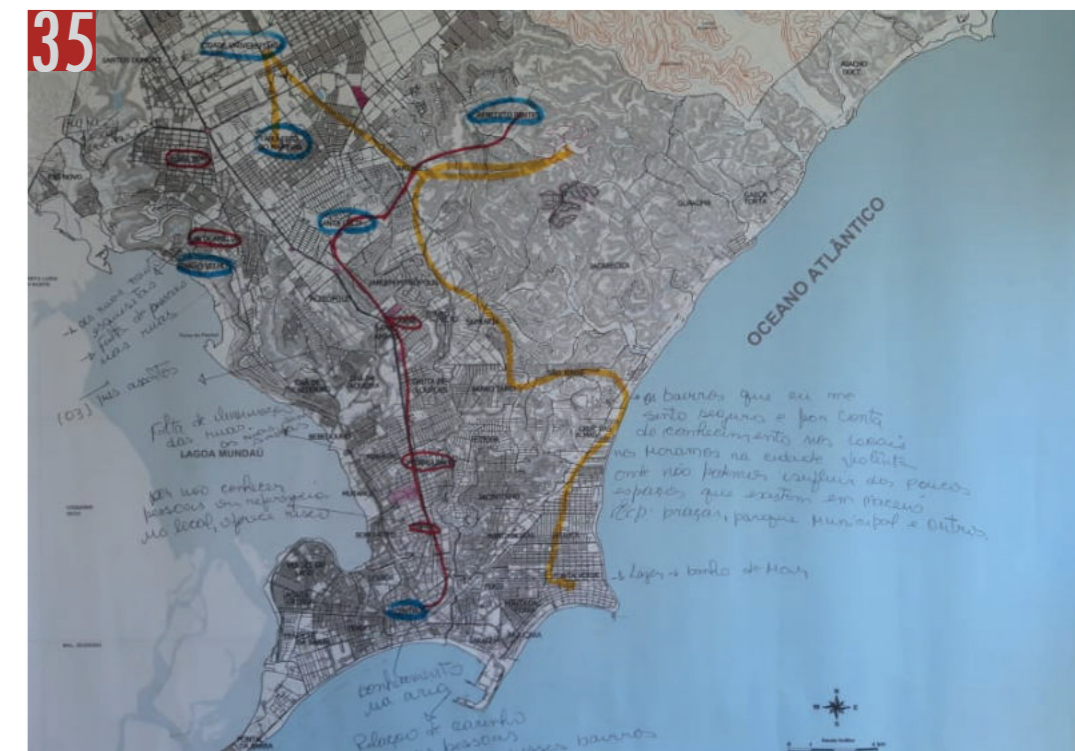


FIGURA 36: PROTAGONISTA ELIANE VIVENCIANDO A ETAPA DO MAPA PERCEPTIVO.
 FONTE: AUTORAL, 2019.

FIGURA 37: MAPA PERCEPTIVO DA ELIANE.
 FONTE: SEMPLA, 2013, ADAPTADO POR ELIANE.

Ao observar o Mapa Perceptivo de Eliane na figura 37, percebemos o aparecimento da maioria dos motivos trazidos por Zezé, indicando uma possível relevância dessas características para a sensação de segurança das mulheres. A marcação dos 5 bairros destacados¹ por Eliane se deu pela utilização atual desses espaços, seja pelas Ocupações do MTST em alguns desses territórios, seja pela presença dos locais onde ela participa das reuniões em defesa das pautas do Movimento ou pela localidade de sua residência. Em termos proporcionais, dos 5 bairros marcados, três lhe causam sensação de insegurança, levando-nos a concluir que na maior parte do tempo em que Eliane utiliza os espaços livres públicos de Maceió, ela não se sente segura.

No caso de Eliane, os fatos que **causam a sua sensação de insegurança** estão mais relacionados à configuração espacial dos espaços livres públicos dos bairros vivenciados, pelo fato de existir muitos “terrenos vazios”, o que configuram espaços “sinistros, não dá pra circular a noite não, né. Assim, tem muito mato” (Eliane). Além disso, a ausência de iluminação pública e de movimentação de pessoas nas ruas são outros aspectos trazidos por ela.

Já no tocante aos **bairros em que se sente bem e segura**, ela relata que isso acontece por serem locais “onde todos se conhece” e

¹ Eliane destacou de vermelho os bairros Santos Dumont, Cidade Universitária e Santa Lúcia; enquanto marcou de azul os bairros Benedito Bentes e Centro.



FIGURA 38: PROTAGONISTA VALÉRIA VIVENCIANDO A ETAPA DO MAPA PERCEPTIVO.
 FONTE: AUTORAL, 2019.

FIGURA 39: MAPA PERCEPTIVO DA VALÉRIA.
 FONTE: SEMPLA, 2013, ADAPTADO POR VALÉRIA.

por haver lugares “onde as pessoas ocupa as ruas”, posto que “onde tem povo, você tá junto né, você não se sente sozinho. A sensação de tá sozinha é muito ruim. É ruim mesmo. Mas você tá rodeado de pessoas, com muita gente circulando perto de você, você se sente mais à vontade. Acho que as pessoas têm que ocupar a rua” (Eliane).

O último Mapa Perceptivo produzido é o da Valéria. Ao observar na figura 39, encontramos uma semelhança ao da Eliane em termos de proporcionalidade, sendo destacados também 5 bairros² da cidade de Maceió, nos quais em 3 deles ela se sente insegura. Quando questionada sobre os **motivos que originam tais sentimentos**, Valéria nos conta algumas de suas experiências nesses locais, como no seu antigo bairro, Cidade Universitária, onde “a gente tava sentado na porta, era tiro. Diversas vezes eu presenciei pessoas sendo assassinadas na minha frente. Porque é muito violento, muito violento” (Valéria). Em seus relatos, a “violência” e o “perigo”, mais relacionados à assaltos e ao tráfico de drogas são predominantes nos bairros que optou por destacar em vermelho.

Nos **locais em que se sente segura**, ela aponta para o seu local de moradia como um “lugar de paz”, pelo fato dela poder “andar a qualquer hora, a qualquer momento, não vou ter nenhum medo, não vou ter um risco de ser assaltada, pelo menos as pessoas daqui, né?!”

² Os locais da cidade destacados por Valéria como inseguros foram os bairros Jacintinho e Cidade Universitária, além do Conjunto Parque dos Caetés. Enquanto os dois locais nos quais ela se sente segura e/ou confortável são o Conjunto José Aprígio Vilela e a Praia da Guaxuma.



(Valéria). Já o bairro da Guaxuma surge como lembrança de algumas visitas por conta da praia e é destacado como um dos destinos para o lazer da família, onde ela “*se sente bem, segura não, mas bem eu me sinto*” (Valéria).

Quando analisamos os Mapas Perceptivos de Zezé, Eliane e Valéria conjuntamente, observamos alguns pontos de convergência dos padrões de respostas dos motivos que originam as suas sensações tanto de segurança como de insegurança. Para as três protagonistas, **a presença de pessoas nos espaços livres é o ponto chave** que garante a sensação de segurança. Nos territórios oriundos dos processos de luta, como são os Conjuntos estudados, soma-se a esse fator o fato das moradoras e dos moradores serem conhecidos entre si, apontando que as **relações de afetividade e reconhecimento** entre os indivíduos e/ou os territórios contribuem para sensação de segurança e bem estar das três protagonistas.

Mais uma vez, não há muito destaque na descrição das características físicas dos espaços livres públicos que atraem e asseguram os níveis de agradabilidade das três mulheres. Uma nova hipótese que acrescentamos as demais supracitadas é o fato delas não vivenciarem espaços livres públicos de qualidade e, possivelmente, não terem em seu repertório elementos positivos que constituem espaços livres públicos seguros e agradáveis, uma vez que suas circulações se restringem aos bairros mais precários da capital alagoana, como apontado pelos seus Mapas Perceptivos.

Seguindo essa lógica, propusemos alguns indicativos a partir das comparações das respostas dos aspectos que causam as sensações de insegurança e desconforto, para propor, a partir dos

pontos negativos, as características esperadas por elas. Dos fatores supracitados, a **falta de iluminação pública** e o **elevado número de terrenos baldios** podem indicar a importância de soluções para sanar tais questões, posto que elas influenciam de maneira negativa nas experiências urbanas femininas aqui abordadas. Ademais, há entre os quesitos apontados os de macro escala, como a **violência urbana** e a **ausência de pessoas nas ruas**, que podem ser vistos como intimamente relacionadas entre si e entre os aspectos apresentados anteriormente.

Para além dos motivos que causa as sensações abordadas, é possível problematizar as informações dos três Mapas Perceptivos em, no mínimo, outros dois aspectos. O primeiro deles é a questão de os Mapas serem também a espacialização das experiências urbanas dessas três mulheres da resistência, o que significa dizer que a maior parte de seus deslocamentos costuma ser para outros bairros carentes de infraestrutura urbana eficiente, estando entre os mais pobres de Maceió. Esse fato demonstra, mais uma vez, a limitação de seus direitos à cidade e a negação dos seus acessos à capital em sua totalidade.

O segundo aspecto diz respeito a **subjetividade** enraizada na **determinação das sensações de segurança** de cada bairro destacado pelas três protagonistas. Ou seja, embora o quesito determinante seja o mesmo para as três: a **presença de pessoas na rua**; as **relações de afetividade** com os indivíduos e/ou com o bairro têm um papel fundamental nas sensações sentidas por Zezé, Eliane e Valéria. Comprova-se isso quando para uma das protagonistas o bairro é seguro, por conta das relações afetivas, como é o exemplo da

Cidade Universitária para Zezé, enquanto para as outras, o mesmo bairro é sentido como inseguro, pela configuração espacial e pela violência urbana experienciada.

Com vistas a um contato ainda mais próximo com as experiências e Marcas Urbanas vivenciadas por Zezé, Eliane e Valéria é que propusemos a última etapa da Caminhada Exploratória. Nela buscamos acompanhar as nossas protagonistas em suas vivências dos espaços livres públicas indicadas nas etapas anteriores, aqueles que elas percorrem cotidianamente. O mergulho em suas rotinas se deu na tentativa de identificar na microescala dos espaços livres públicos quais configurações espaciais e elementos atraem essas mulheres da resistência e garantem à elas uma sensação de segurança e bem estar, e aquelas que repelem e as fazem evitar tais espaços livres públicos, por se sentirem inseguras e desconfortáveis.

3.5 NÓS PRATICAMOS: CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS

A primeira protagonista a vivenciar esta etapa, assim como todas as outras, foi a Zezé. Por ter conseguido estabelecer contato com antecedência, pude vivenciar com ela dois de seus trajetos cotidianos em dias distintos, sendo aplicada a etapa somente no primeiro deles. Nesse, acompanhei-a em uma de suas reuniões na Ocupação situada no Conjunto José Aprígio Vilela. No segundo momento, tive a oportunidade de almoçar com ela no Restaurante Popular, e vivenciar seu trajeto de volta para o trabalho, no bairro do Centro.

Na vivência da Caminhada Exploratória fizemos o percurso caminhando de sua casa, no Conjunto Parque dos Caetés, até a obra

inacabada do Posto de Saúde onde está locada a Ocupação cuja União de Moradia Popular é uma dos movimentos sociais a frente, no Conjunto José Aprígio Vilela. Existia a possibilidade de irmos de ônibus, mas o fato daquele trajeto fazer parte do cotidiano de Zezé quando ela não possui dinheiro para passagem do transporte coletivo ou quando ela não queria esperar por horas pelo próximo automóvel, me fez propor que fôssemos a pé; além de que assim, teríamos mais elementos dos espaços livres públicos para observar.

Era um **sábado pela manhã** e o sol estava forte. Saímos de sua casa, e fomos pela calçada até chegar à avenida principal. No caminho, Zezé ia passando pelas moradoras e pelos moradores cumprimentando cada um deles, com a cordialidade de quem conhece até suas realidades individuais. Como sua moradia é localizada em uma das primeiras quadras do Parque dos Caetés, logo chegamos à entrada do Conjunto. Ao dobrarmos à esquerda, via aquela imensidão de barro imersa em uma cortina de poeira, onde se destacava um rastro de pista cimentada da implementação da avenida Ecovia Norte, que dava lugar ao que antes era marcado pela íngreme ladeira. Em ambos os lados o relevo demarcava as áreas planas e as declividades, e a vegetação ressecada também se fazia presente no cenário.

A partir da entrada do Parque dos Caetés, já não havia mais calçada; já não havia mais estrutura alguma, somente um rastro de automóveis que indicava ser por ali a estrada utilizada. Mas, não era preciso seguir os rastros das rodas. Zezé sabia muito bem reconhecer o caminho que ela e muitas/os outras/os passaram (e ainda passam) para se deslocar pela região. Em nenhum momento hesitou continuar

andando por entre a cortina de poeira que subia cada vez que algum automóvel passava ao nosso lado.

Devo reconhecer que todo o cenário e as conversas sobre sua vivência da militância e seus relatos de vida me tiraram um pouco o foco de que estava aplicando uma das etapas do MOMU. Ao recordar, já estávamos adentrando ao Conjunto José Aprígio Vilela. O fato de a Caminhada Exploratória ter assumido um caráter de maior liberdade sobre os percursos e pontos comentados, permitiu que Zezé explorasse o que lhe chamava a atenção no espaço livre público vivenciado, apontado as questões que possivelmente lhe marcam diariamente.

Ao lhe perguntar sobre a existência de algum elemento que pudesse lhe proporcionar uma maior sensação de segurança e bem estar ao caminhar pela cidade, a sua primeira resposta foi questionar sobre o transporte, sinalizando a importância dos meios de deslocamento na experiência urbana de Zezé. Quando enfatizei ser uma pergunta relacionada aos elementos dos espaços em si, o primeiro que Zezé indica é a situação das calçadas, afirmando “*eu acho que as calçadas deveria ser padronizada. Assim, porque as calçadas são feita de maneira fora do padrão. Tem umas mais altas, outras mais baixas, pra andar é muito difícil. E você não consegue andar de salto na cidade de Maceió, principalmente nesses lugares, que cada um vai construindo de forma desordenada*” (Zezé, grifo nosso).

Logo depois, Zezé sinaliza a questão da ineficiência da iluminação pública, nos contando que “*a falta de iluminação é um fator principal para a violência, né?*” (Zezé, grifo nosso). Quando

pergunto sobre a influência desses elementos levantados por ela na sua experiência urbana, ela nos conta que “*aqui nos Conjunto construídos por nós eu não sinto medo não, porque a gente conhece todo mundo, aí isso dá uma certa segurança. Mas em outras localidades sim*” (Zezé, grifo nosso), referindo-se ao medo sentido por ela em locais onde não há uma relação de afetividade e reconhecimento para com as pessoas e/ou com o próprio espaço.

Zezé encerra a nossa Caminhada Exploratória reafirmando a importância desses tipos de relações citadas com os indivíduos das localidades que compõem o seu cotidiano, posto que “*é assim o convívio na Comunidade. Eu gosto de falar com as pessoas, eu gosto de estar com pessoas. Isso me deixa tranquila*” (Zezé, grifo nosso). Mais uma vez, o componente do espaço livre público, citado por Zezé, que garante a ela uma “*certa segurança*” são as pessoas, não havendo em sua fala outros apontamentos de elementos físicos além dos supracitados.

Em ordem cronológica, a outra aplicação dessa etapa foi com Valéria, no final de janeiro de 2020, em uma **quinta-feira pela manhã**. A agenda conturbada de Eliane dificultou a marcação das aplicações para o cumprimento de todo o MOMU, só conseguindo fazer a vivência da última etapa no dia 28 de janeiro de 2020.

Em relação a vivência da Caminhada Exploratória com Valéria, a proposta foi acompanhá-la em seu trajeto diário: de sua loja, construída na parte frente da garagem da casa de sua irmã, até sua residência; ambas situadas no Conjunto José Aprígio Vilela. A distância entre as duas habitações é pequena, sendo localizadas na mesma quadra, em ruas oposta; e o tempo da aplicação durou

menos de cinco minutos.

Ao sairmos de sua loja, Valéria me conduziu pelo caminho *de baixo*, aquele de sua preferência e escolha diárias. Caminhávamos sem pressa pelo meio da rua parcialmente vazia, quando avistamos algumas famílias, em sua maioria mulheres e crianças, em frente às suas portas no final da rua. Enquanto passávamos por elas, elas nos acompanhavam com seus olhares curiosos. Cumprimentamos a todas e seguimos adiante, para dobrar a rua a esquerda. Era interessante ver que chamávamos a atenção de todas/os as/os moradoras/es enquanto caminhávamos. Era quase como se elas dessem conta de cada movimentação que acontecia na região.

O fato de caminharmos pela rua ao invés da calçada, pode confirmar, a realidade apontada por Zezé sobre a situação da qualidade das calçadas nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social. Nesses locais, esse componente do espaço livre público é, em sua maioria, projetado para cumprir com as dimensões mínimas exigidas e costuma sofrer processos de autoconstrução *a posteriori* da entrega das moradias, comprometendo a sua acessibilidade.

Passávamos por um pequeno terreno baldio quando perguntei à Valéria sobre suas sensações ao vivenciar esse trajeto todos os dias. No caminho, ela partilhava que “*eu não me acho que é perigoso pra mim, né. Mas pras pessoas que vê o fluxo das drogas e essas coisas, aí as pessoas já estranham*” (Valéria). Seguimos e logo adiante avistamos sua casa, sua “*Fortaleza*”, como apresenta. Muros altos, maiores que a média das casas vizinhas. Ao perguntar o motivo da construção das muralhas da Fortaleza, ela explica ser porque “*já não aguentava mais os maloqueiro por trás do quintal*

usando drogas” (Valéria).

Durante os poucos metros percorridos, Valéria não soube apontar as características do espaço livre público que contribuía para sua sensação de segurança e bem estar alegados. Ao afirmar que “*essa parte onde eu moro, ela é bem mais restrita*”, em questões de elementos físicos dos espaços livres públicos do Conjunto José Aprígio Vilela, concluímos por sua postura de cumprimentar a todas com cordialidade, que sua sensação de segurança ao andar em seu trajeto diário pode ser proveniente da relação de conhecimento das pessoas da região, assim como apontou Zezé.

A última aplicação da Caminhada Exploratória foi com a **Eliane**, na última **terça-feira do mês de janeiro** do ano de 2020, também pela manhã. Por conta de sua mudança para o Parque dos Caetés durante o andamento da pesquisa, a experiência urbana acompanhada partiu de sua casa alugada em direção à nova Ocupação do MTST em Maceió, no bairro Cidade Universitária, nos fundos da Universidade Federal de Alagoas. O deslocamento de um bairro para o outro foi feito no automóvel da família, mas a vivência da etapa propriamente dita se deu ao chegarmos na Ocupação, quando acompanhei sua rotina como pedestre.

Neste dia em questão, como em vários outros, Eliane estava cuidando de seu neto pequeno, precisando levar ele para passar o dia na Ocupação. Seu companheiro, que tinha ido resolver algumas pendências em outros pontos da cidade, tinha nos dado uma carona até o local e partido. Ela, que já tinha acordado, preparado e alimentado o neto em casa, agora organizava os ambientes coletivos da Ocupação, que se encontravam desorganizados pela falta de

comprometimento de seus/suas moradores/as.

Exercendo seu papel de liderança, Eliane repassou novamente as funções com as/os residentes, e enquanto repreendia as atitudes de alguns deles, organizava também a cozinha e seu café da manhã. Depois de redistribuir as obrigações de cada morador/a, pude acompanhá-la em sua ronda pela Ocupação, com seu neto sempre ao lado ou em seus braços, para observar o andamento das construções dos novos barracos de lona e acompanhar as atividades na cozinha coletiva.

Apesar da parte descrita acima não constituir a aplicação da etapa em si, consideramos importante registrar a rotina marcada pelas múltiplas tarefas realizadas por Eliane desde o início da manhã. Em um determinado momento, além das atividades realizadas quase que simultaneamente, ela precisou ir comprar um item de uso pessoal no mercadinho da rua da frente e foi quando aproveitei para vivenciar com ela a Caminhada Exploratória.

O trajeto não era configurado por uma grande distância, mas desde que saímos da Ocupação, fomos expostas a algumas situações do cotidiano daquele local que a permitiram apontar vários elementos físicos dos espaços livres públicos que percorríamos. A primeira delas foi a questão da mobilidade urbana, quando em uma das ruas estreitas passavam dois ônibus ao mesmo tempo, enquanto nós, como pedestres, não tínhamos uma calçada para nos proteger e circular, como ela pontua “ô o serviço, isso **aqui não tem mobilidade urbana**, se passar dois carro aí, um pra cá, outro pra lá, você vai se imprensar na parede de alguém né. Não tem, você vê que a falta da mobilidade né.. **E se for um cadeirante que tinha que passar aqui?**

Você já imaginou? E uma pessoa deficiente?” (Eliane, grifo nosso).

Assim como o apontamento de Zezé, a qualidade das calçadas, e para além da qualidade, a sua existência, foi o primeiro ponto ressaltado por Eliane, reforçando a importância deste elemento para a vivência dos espaços livres públicos. Em adição, a ausência de uma calçada acessível faz com que os moradores dessas regiões optem, muitas vezes por caminharem pelas ruas, e nesta situação, Eliane, destaca “*já pensou se a pessoa fosse caminhar na rua? Ia morrer atropelado, porque não tem espaço. Só tem espaço pro transporte, pro ônibus, pro coletivo, para o veículo né, **não tem espaço para as pessoas circular, não tem***” (Eliane, grifo nosso).

Um outro aspecto de grande relevância na vivência urbana de Eliane é a presença de janelas nas edificações, quando sinaliza que “*as pessoas que tá dentro de uma casa que tem uma janela voltada pra rua, ela pode **observar o que acontece na rua** (...). O modelo de casa né, deveria ser mais, que as pessoas se sentisse mais atraído né, habitado, sei lá. Sentissem mais segurança”* (Eliane, grifo nosso).

Somada a tal questão relativa ao projeto arquitetônico das edificações, ela também chama a atenção para o aumento no uso de muros e grades nesses territórios periféricos, e nos conta que “*eu acho um horror, **as casas toda na grade, toda murada**. As pessoas deviam parar de fazer muro né? (...). Porque elas não se sentem seguras, se sentissem seguras não fazia, né? Observe que qualquer empreendimento hoje que se entrega, **o pessoal vai logo se isolando, ficando isolado, aí não tem a ideia de agrupar né, de se agrupar***” (Eliane, grifo nosso).

Durante todo o percurso, tais características arquitetônicas eram pontos que Eliane destacava, apontando a sensação de isolamento que causam e a alternativa que as pessoas desenvolveram de **sempre andarem agrupadas**, para compartilharem o sentimento de insegurança. Além disso, a **falta de postes de iluminação pública, a presença de terrenos baldios e becos confinados** foram sinalizadas como questões de **impacto negativo** na sua experiência urbana, sempre fazendo-a se questionar como deveria ser aquele cenário no período da noite, “*você percebe que **não tem iluminação**. A noite isso aqui deve ser uma escuridão só né. Que é!*” (Eliane, grifo nosso).

Ao chegarmos no final do trajeto, pergunto sobre as Marcas Urbanas que ela sente em seu corpo feminino e ela partilha que sente a “***marca da violência** mesmo; de **medo** que você sente. O **medo é uma marca profunda** que você sempre vai sentir ele. Então essa marca não vai cicatrizar. Porque **você vai tá assustado com tudo**. Você pensa em morrer **atropelado**, pensa em sofrer um **assalto**, pensa em sofrer um **estrupe**”* (Eliane, grifo nosso). E é dessa forma que experiência urbana de Eliane é marcada diariamente, é “***você andando e olhando pra trás**. Porque você vai pensar que tem **alguém lhe seguindo**. Ou na hora de passar a rua, você vai ter medo de passar porque você vai ver que vem veículo de um lado e do outro e **não tem a chance** de você atravessar a rua. Se você observar, a gente fez esse percurso todinho e você viu **pouca gente circulando na rua**, no horário durante o dia”* (Eliane, grifo nosso).

Ao compararmos as três Caminhadas Exploratórias, percebemos que alguns pontos foram apontados por mais de

uma delas, nos indicando uma possível relevância em termos de experiência urbana de espaços livres públicos das mulheres da resistência. O aspecto que se faz presente nas três experiências é a questão, mais uma vez, da **presença de pessoas**. Cada uma delas, em sua maneira, destacou a importância da movimentação dos indivíduos nos espaços livres públicos para a garantia da sensação de segurança e bem estar, não havendo distinção entre a segurança em termos materiais ou voltado para as questões de assédio e violência física.

Outro elemento apontado mais de uma vez foi **a situação das calçadas**, tanto de sua existência, como também de sua qualidade. Neste sentido, podemos compreender que a sensação de segurança está atrelada à proteção contra acidentes, seja por conta das intervenções *a posteriori* ou da ausência de um padrão construtivo, que comprometem a acessibilidade e a liberdade de ir e vir de forma autônoma e confortável, para além de segura.

O último ponto que apareceu em mais de uma fala foi a **questão da carência da iluminação pública** nos espaços livres públicos, chegando a ser apontado por Zezé como o “*fator principal para a violência*”. O circular pelos espaços livres públicos a noite, para as três, foi um ponto que causa uma sensação de insegurança e que, por vezes, limita o acesso à cidade, quando a partir de determinadas horas do dia, elas optam por não saírem mais de casa. Eliane, por exemplo, chega a atentar para a quantidade de postes em um beco confinado, fazendo-a evitar tais caminhos por temer por sua segurança, tanto física como dos seus bens materiais.

Por fim, há outros pontos que, muito embora não tenham se

repetido nas falas de Zezé, Eliane e Valéria, se mostram relevantes em termos de configuração espacial dos espaços livres públicos e sua relação com a sensação de segurança e bem estar das mulheres da resistência, sendo eles: a **presença de muros, grades e janelas**, bem como de **terrenos baldios e becos confinados**. Os três primeiros são relativos à arquitetura das edificações de maneira individual, mas que causam impacto na experiência urbana coletiva dos indivíduos (principalmente das mulheres) que estão do lado de fora. Como frisa Eliane: *“aí elas vão se isolando, vão fazendo assim. Que é o meu. O individualismo sempre pensando no isolamento. O que é meu, eu me tranco porque lá fora tá violento, é violento e vai ser sempre violento. E aí o que acontecer do muro pra lá não me interessa. As pessoas pensam isso né. Mesmo se esse do muro pra lá, essa cena que vai acontecer do muro pra lá, a pessoa não tá se preocupando, poderia ser meu filho, poderia ser a minha filha, um parente”* (Eliane).

Já os terrenos baldios e becos confinados podem ser apontados como componentes do próprio espaço livre público da cidade, que impactam na experiência urbana das mulheres da resistência e causam, além da sensação de insegurança, o medo do que pode acontecer com elas ao passar por esses ambientes. E que, somados ao isolamento estabelecido pela configuração das moradias, agravam ainda mais as sensações de falta de segurança e marcam os corpos femininos com as Marcas Urbanas do medo e da violência.



P

ONTO DE CHEGADA (OU SERIA UMA NOVA PARTIDA?)

Desde o início desta dissertação, buscamos conduzir a leitura como quem se coloca em um “ato de caminhar” (BARROS, KASTRUP, 2009, p.59), pois foi exatamente assim que esta pesquisa foi, aos poucos, tomando forma: um passo de cada vez. Cada um dos trechos do caminho percorrido, dos obstáculos encontrados e das alternativas para superá-los implementadas, permitiram a construção deste material, com a certeza de que os assuntos abordados não se encerram aqui e que, por isso, possibilitam o começar de tantos outros percursos.

Do ponto de chegada, consigo olhar para trás e perceber que enquanto dava os meus primeiros passos, possuía diante meus olhos algumas vendas que dificultavam minha visão. Lá no ponto de partida, ao cair da primeira venda, foi possível enxergar e nomear, de maneira inicial, as formas de dominação presentes na sociedade atual, enxergando a partir disto, primeiramente, que o meu corpo feminino vivencia a cidade de um modo, e que esse é diferente quando comparado a de um corpo masculino. Compreender tal realidade por meio das teorias apresentadas me fez dar nome a algumas das opressões que sentia enquanto nos espaços livres públicos da cidade, e que eu pensava fazer parte do (normalizado) cotidiano.

Abrir os olhos para a influência do marcador da diferença do gênero na experiência urbana da mulher, possibilitou observar a atuação do patriarcado na nossa vivência dos espaços livres públicos, posto que ela é alicerçada nos “papéis culturais e expectativas de comportamento” (SILVA, 2007, p.121) determinados pelo sexo biológico de cada indivíduo. Ademais, auxiliou na constatação que tal

realidade se apoia nas relações de poder e dominação que impõem a separação e a hierarquização das atividades elaboradas por ambos os sexos (KERGOAT, 2009), e culmina em uma divisão da vivência nas esferas público e privado (ORNAT; SILVA, 2007).

Visualizar a divisão das esferas imposta com base no gênero, fez saltar aos meus olhos a lógica sexista e machista de ocupação dos espaços citadinos, projetados para garantir que cada um dos sexos vivencie a cidade segundo a performance das características impostas. O patriarcado estabelece que aos homens são garantidos o acesso tanto ao espaço público quanto ao privado, enquanto às mulheres¹ recaem as responsabilidades das atividades relativas ao lar e à família, e por isso sua circulação entre as esferas é limitada.

Mais adiante no percurso, uma outra venda é retirada. Tomo consciência que somente observar as experiências urbanas por uma perspectiva binária de gênero não dá conta de abarcar as realidades encontradas nos três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social. Neste momento, consigo notar a última das três formas de dominação criticadas por Boaventura Souza Santos (2018), quando vejo unir-se ao patriarcado e ao capitalismo, o colonialismo. É por meio dele que se estabelecem as hierarquias entre as identidades geradas por ele (ALCOFF, 2016) e, é por sua lógica que são estruturadas as opressões que incidem sobre alguns indivíduos, ao passo que os privilégios gerados beneficiam outros (RIBEIRO, 2019).

Noto, então, que as “experiências em diferentes localizações são distintas” (ALCOFF, 2016, p.136) e que essas localizações são

¹ Às mulheres, no plural, que têm seus corpos interseccionados pelos marcadores da diferença da classe e da raça, também recaem as responsabilidades supracitadas.

determinadas a partir de uma *interseccionalidade* de marcadores da diferença, que carimbam em cada indivíduo o seu *locus* na matriz de dominação da sociedade. Essa percepção me causa choque e indignação, pois me permite enxergar com maior nitidez que existem “produções intelectuais, saberes e vozes” (RIBEIRO, 2019, p.63) sendo marginalizados, silenciados e deslegitimados diariamente (ALCOFF, 2016).

De fato, os corpos femininos das mulheres que caminhavam ao meu lado enquanto eu as visitava nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social do bairro Benedito Bentes não enfrentavam as mesmas opressões que o meu. Percebia em nossos corpos as semelhanças e as opressões oriundas das desigualdades decorrentes delas; mas, por outro lado, o acréscimo de outros marcadores da diferença, como a classe social e a raça, criavam, por vezes, um abismo nas nossas experiências urbanas.

Retirar essa venda e observar a realidade desigual não foi nada fácil. Não que ela fosse anteriormente imperceptível ou invisível. Longe disso! No entanto, debruçar-me para compreender os processos que originam o que está posto para ser visto e vivido não deixou de ser custoso e exigente. Neste ponto, ao considerar a intersecção na matriz de dominação dos marcadores da diferença de gênero e classe (somado posteriormente ao de raça), imersos em um contexto social transpassado pelas três formas de dominação supracitadas, foi possível afirmar que são as mulheres da resistência as mais vulneráveis às realidades impostas pela segregação socioespacial que divide os espaços citadinos (SILVA; GOMES; LOPES, 2014).

A partir da **teoria** apresentada na introdução, é esta mulher,

pobre, e na maior parte das vezes negra, a mais afetada pela realidade descrita, porque são impostas à ela as responsabilidades tanto do âmbito privado - relativas aos cuidados dos indivíduos e do lar -, quanto do público, no sentido que em grande parte, cabe também a ela assumir o papel de provedora da família. Por isso, são os corpos femininos da resistência aqueles mais afetados pela precariedade das infraestruturas e serviços urbanos. Ao mesmo tempo, e talvez por conta disso, são aqueles que mais criam táticas cotidianas (DE CERTEAU, 1998) para subverter as imposições postas.

No que tange os espaços livres públicos, são as mulheres, sobretudo as da resistência e negras, que desenvolvem maneiras de fazer alternativas, por meio dos seus modos de apropriação do espaço. Neste sentido, pelo exposto, cabe afirmar que são elas que possuem a percepção mais atenta aos detalhes do desenho urbano e a configuração socioespacial desses espaços, pois são elas que a todo momento precisam estar vigilantes enquanto nos espaços citadinos. Por isso, é possível estabelecer uma relação entre a vivência urbana desses corpos femininos da resistência com a qualidade de vida urbana da sociedade de forma geral, posto ser a experiência urbana feminina a balizadora para determinar se um espaço livre público é seguro, agradável e acessível (UN-HABITAT, 2007, tradução nossa).

Os argumentos pontuados, no caminho em percurso, me ajudam a retirar uma nova venda. Agora percebo a relevância do tema proposto e a responsabilidade que preciso assumir para me aproximar de uma realidade distinta da minha, vulnerável e ao mesmo tempo potente. Com a nova venda removida, consigo reparar na importância da definição de uma metodologia crítica-comprometida (SILVA,

2018b) e, por essa razão, definimos um projeto metodológico-político-ético cuja abordagem foi qualitativa com um viés feminista, tendo a pesquisadora assumido uma postura de inspiração cartográfica.

De forma breve, o projeto metodológico-político-ético que buscamos colocar em prática a cada um dos passos dados visou, sobretudo, observar o campo da subjetividade, pelo uso das falas e das experiências urbanas cotidianas das nossas protagonistas. Já o viés feminista corroborou com a remoção de mais uma das minhas tantas vendas, escancarando diante meus olhos o modo de produção do conhecimento acadêmico hegemonicamente em vigor, e propondo um posicionamento crítico-político e, especialmente, ético, ao refutar as noções de objetividade, de verdade, de universalidade e neutralidade da forma como estão apresentadas na pesquisa, prioritariamente elaborada por homens, brancos e de classe média-alta/alta atualmente.

Neste contexto, foi a perspectiva feminista que direcionou o meu olhar rumo a uma “produção teórica como prática social” (HOOKS, 2013, p.94) e concedeu ferramentas que auxiliaram no meu comprometimento com a transformação social que almejava desde o primeiro passo dado. Cada uma das ferramentas: a objetividade corporificada, os saberes localizados, a teoria do ponto de vista, a interseccionalidade, o lugar de fala, o cuidado com a relação entre pesquisadora-pesquisado, a reflexividade e o PesquisarCOM, me moldaram como pesquisadora e reafirmaram a importância deste ofício de escrita feminista, principalmente em um meio acadêmico predominantemente composto pelos grupos sociais hegemônicos.

Por fim, a inspiração cartográfica utilizada pela pesquisadora,

que surgiu quando já avistava o ponto de chegada, veio para nomear algumas das realidades encontradas, sobretudo em relação ao campo observado, quando propõe uma flexibilidade das metas e dos objetivos em vistas de primar pela experiência do ato de caminhar (SOUZA; FRANSCICO, 2016). Neste sentido, acrescentar uma postura de inspiração cartográfica ao projeto metodológico-político-ético, permitiu observar que no “mergulho no plano da experiência” (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p.814) é natural se deparar com o *erro* e com a *surpresa* (TORRALBA, 2018), permitindo compreender que as adaptações e alterações nos procedimentos durante o percurso fazem parte da jornada.

Olho novamente para trás, vislumbro o ponto de partida, e observo, logo depois, os momentos de concepção, as primeiras experiências e as adaptações feitas no Método de Observação das Marcas Urbanas. Durante a parte do desenvolvimento do MOMU em seu primeiro formato, hoje vejo que minha visão ainda se adaptava a uma clareza de novas teorias e práticas cotidianas até então desconhecidas; e por isso, acredito ter proposto algo não factível para ser elaborado dentro do prazo de vinte quatro meses de um mestrado, e somente por uma pesquisadora.

Naquele momento de forte clareza, tive a impressão de que não conseguiria dar conta de abarcar toda a complexidade de trabalhar com diversas realidades e interesses distintos das mulheres do Conjunto José Aprígio Vilela que se apresentava a minha frente. No entanto, pouco a pouco, o olhar foi se adaptando à realidade encontrada, a respiração foi voltando ao compasso natural, e fomos observando algumas silhuetas de possibilidades que poderiam nos

levar aos destinos traçados quando saímos, lá do ponto de partida. Após as adaptações propostas, tanto no olhar quanto no próprio MOMU, foi possível seguir adiante, rumo aos novos cenários do percurso.

Agora, retorno o olhar para trás e o repouso nas etapas de aplicação do Método de Observação das Marcas Urbanas proposto. Na primeira etapa, da Análise do Contextos, os meus olhos são guiados pela teoria daquelas e daqueles que observam o bairro do Benedito Bentes por meio de números e dados gerais. Os contextos históricos e espaciais dos três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés permitem uma visualização aérea das realidades vivenciadas, enquanto os valores numéricos do perfil socioeconômico apresentam personagens sem rostos e histórias.

Isto, porém, não retira a importância dessa etapa. Pelo contrário. A compreensão de tais contextos auxiliou na etapa de maturação posterior, a Observação do Lugar, posto que concedeu ao olhar algumas lentes que permitiram visualizar com maior nitidez as realidades vivenciadas nos locais. Assim, após as imersões nas realidades dos Conjuntos, foi possível determinar, por meio da teoria e do observado empiricamente, que os três Conjuntos Habitacionais compartilham características estruturantes semelhantes, no sentido de apresentarem a Marca do Programa Minha Casa Minha Vida proposta pela pesquisadora alagoana Viviane Sá (2018), como veremos a seguir, muito embora o Conjunto Prof. Paulo Bandeira não faça parte desse Programa do Governo Federal.

Cada um deles, em seus moldes, foi elaborado a partir de uma

produção arquitetônica **produzida em série** e de forma **padronizada**. Além disso, os Conjuntos foram inseridos nas **franjas do território** maceioense, e por isso, **distantes das centralidades** da capital e **sem acesso aos serviços urbanos** como postos de saúde, escolas, creches, equipamentos comerciais e de lazer. Outra consequência da inserção em regiões cuja malha urbana era inexistente e cujo relevo apresenta uma configuração complexa (com uma limitação de áreas planas próprias para a construção) é a presença de barreiras físicas formadas pela própria declividade do terreno, o que significa dizer, nos três casos, que os Conjuntos possuem uma única rota de acesso e por isso, baixa *fluidez urbana*, além de impactar negativamente na oferta do transporte coletivo.

Ainda durante o trajeto da pesquisa, convido três das mulheres da resistência residentes no bairro Benedito Bentes para compartilharem suas lentes de realidade. Neste momento, ao nos posicionarmos na matriz de dominação, percebo que daqui, de onde estou, alcanço apenas uma parte da realidade que acontece adiante. Mesmo com a imersão vivenciada, são elas que, de seus lugares marcados, conseguem enxergar com maior clareza as opressões que seus corpos femininos sofrem. E por isso, é somente a partir dos seus olhares que temos acesso aos lugares de potência que permitem observar mais de perto as suas resistências diárias pelos seus modos de apropriação dos espaços livres públicos.

Assim, as outras quatro etapas do Método de Observação das Marcas Urbanas foram aplicadas para ampliar o espaço das vivências urbanas de Zezé, Eliane e Valéria, sendo elas consideradas como “representantes de uma coletividade” (RODRIGUÊS, 2013, p.

73). Embora seja uma amostragem pequena, quando comparada à quantidade da população feminina do bairro Benedito Bentes, buscamos levar em consideração a validade de cada uma de suas experiências urbanas e o que suas particularidades poderiam nos indicar em relação ao todo das mulheres da resistência residentes no bairro.

Cada uma das etapas de Entrevista Semiestruturada, Lista do Itinerário do Cotidiano, Mapa Perceptivo e Caminhada Exploratória se fizeram úteis no auxílio da apreensão das vivências urbanas de Zezé, Eliane e Valéria. A sequência proposta se mostrou estruturada para uma aproximação por níveis, partindo de uma fala macro e conquistando, a cada etapa que se vivenciava, a espacialidade das atividades cotidianas, no micro.

Ao elaborar um compilado das experiências urbanas compartilhadas por Zezé, Eliane e Valéria durante esta caminhada, é possível propor alguns apontamentos tanto das Marcas Urbanas nos espaços livres públicos deixadas pelos corpos femininos, quanto das Marcas Urbanas nos corpos femininos provocadas pelas vivências dos espaços livres públicos. Além disso, pelo partilhado pelas três coautoras deste documento, tornou-se exequível a sinalização de algumas das **relações existentes** entre o desenho urbano dos espaços livres públicos e as ações de atração/repulsa dos corpos femininos nesses espaços.

As teorias, que passos atrás eram lidas, agora ganhavam nomes, rostos e histórias. Zezé, Eliane e Valéria nos mostraram muito mais que somente suas Marcas Urbanas. Elas desvendaram os meus olhos e permitiram que eu visse o marcador da diferença

do gênero as carimbar com as responsabilidades de cuidado pela esfera do privado. Mas não somente. O marcador da classe as impor a escassez de creches, escolas e postos de saúde. Porque são elas as principais responsáveis pelas atividades que envolvem o cuidado com os entes da família (chamemos de ‘marca do gênero’), são então os seus corpos aqueles marcados pela ausência de tais serviços urbanos (‘marca da classe social’). Em adição, ambos os marcadores atuam também na questão de suas inserções no mercado de trabalho (e se somam ao ‘marcador da raça’), restringindo suas possibilidades e as marcando com a “*discriminação*” e o “*preconceito*”, se a mulher for “**negra**, se for **pobre**” (Valéria).

Neste contexto, essas imposições configuram os deslocamentos pelos espaços livres públicos de Zezé, Eliane e Valéria, diversificando-os e intensificando-os, uma vez que elas são as responsáveis pelas múltiplas atividades tanto domésticas, como reprodutivas e, por vezes, produtivas. Consequentemente, o fato de residirem em Conjuntos Habitacionais de Interesse Social inseridos nas franjas do território maceioense, distantes das centralidades e dos serviços urbanos, sobrecarrega os seus corpos femininos por meio da *péssima* qualidade do sistema de transporte coletivo disponível para o bairro Benedito Bentes e dificulta os seus acessos à cidade.

Assim, essas Marcas, que vão além das Urbanas, mas somam-se a elas, atravessam esses corpos femininos da resistência sobretudo emocionalmente, como indicado por Eliane, **quando elas relatam sentir, oriundo das realidades expostas: medo, estresse, cansaço, preconceito, discriminação, constrangimento e angústia**. No entanto, foi possível averiguar também a presença de

Marcas Urbanas que podemos de físicas, como a somatização do emocional em dores e doenças do corpo, originadas das múltiplas jornadas de trabalho, da precariedade do acesso aos serviços públicos e da ineficiência da segurança pública, que expõem seus corpos a todos os tipos de violência (assédios verbais ou físicos, assaltos/furtos e estupro).

Em contrapartida, enquanto nomeiam as Marcas Urbanas (e sociais) que carregam em seus corpos, elas reivindicam também as deixadas por elas, denominando-as de “*Marcas da Resistência*” (Eliane). Quando se fazem presentes, cobram os seus direitos, os seus espaços, elas deixam sua “*evidência*”, como pontua Zezé. Assim, mais uma vez a teoria ganha vida, quando diz que são as mulheres da resistência aquelas a promover as maneiras de fazer subversivas, que resistem a partir de suas táticas cotidianas, criando suas redes de antidiplina.

Por fim, também pelas experiências urbanas compartilhadas, Zezé, Eliane e Valéria auxiliaram na confirmação da existência de algumas relações existentes entre a configuração espacial dos espaços livres públicos de Maceió e as ações de atração/repulsa dos corpos femininos da resistência neles. No entanto, como apontado durante as etapas do MOMU, elas não sinalizaram muitos elementos do espaço em si, sendo as falas de Eliane as que mais contribuíram neste sentido.

Das hipóteses levantadas durante as aplicações, tendo a acreditar que a explicação possa estar vinculada ora: a não problematização dessas questões em seus cotidianos; ora a ausência de repertório de espaços livres públicos de qualidade, uma vez que

suas circulações pela cidade se restringem aos bairros mais precários da capital alagoana, como apontado pelos seus Mapas Perceptivos.

Dito isto, segundo as três coautoras, a **característica** mais importante para garantir a **sensação de segurança e bem estar**, por ter sido a mais pontuada entre elas nas etapas, é a **presença de pessoas** nos espaços livres públicos. Ficou evidente, a partir de suas falas, o quanto Zezé, Eliane e Valéria consideram a movimentação e a diversidade em termos de usuários do espaço. Em adição, tal posicionamento nos indicou o papel essencial das **relações de afetividade e reconhecimento** entre os indivíduos e/ou os próprios lugares, posto que tais relacionamentos influenciam diretamente em suas percepções de segurança, concedendo à tais sensações um **caráter subjetivo** que pode ter um peso maior quando comparado as configurações do espaço em si.

Na sequência, em termos de configuração espacial que contribuem nas **sensações de segurança e bem estar** e, por isso, agem como **atrativos** dos caminhos escolhidos por Zezé, Eliane e Valéria, os elementos apontados foram: uma **iluminação pública** de qualidade, a **presença de janelas** voltadas para a rua e a presença de **ambientes para rodas de conversa** e **exercícios ao ar livre**.

Ao passo que os elementos do espaço que agem causando o sentimento de **repulsa** e que as fazem **evitar de circular** neles, **quando há essa possibilidade**, são ambientes com: **calçadas sem padrão construtivo**, estreitas e por isso, sem acessibilidade e conforto; **precariedade na iluminação pública**; **terrenos baldios**, **becos confinados** e **edificações muradas** ou **com grades**. Como complemento, elas também indicam as características das **ausências**

de movimentação de indivíduos e de **policimento** na contribuição das suas sensações de insegurança e desconforto.

À vista do exposto pelo exercício de olhar para trás, percebemos que as adaptações elaboradas no MOMU durante o percurso, permitiram a sua realização e o cumprimento dos objetivos da pesquisa. Ao mesmo tempo, aplicar as etapas individualmente pode ter retirado um elemento potente, que é o compartilhamento das experiências e visões de mundo entre as mulheres da resistência, o que poderia contribuir na construção de um olhar mais crítico em relação a configuração dos espaços livres urbanos.

A discussão sobre tais questões de maneira coletiva poderia vir a agregar em suas lutas pelo direito à cidade, contribuindo com o empoderamento por meio do conhecimento e estabelecendo possíveis relações e novas redes de antidiplina extra pesquisa. Dito isto, levantamos a hipótese de que, em seu formato ideal, o MOMU apresenta essa potência de unir as mulheres da resistência para partilhar sobre os assuntos aqui apresentados, e isso nos aponta a possibilidade de viabilizar novos estudos, e a partir deles, propor novos olhares e adaptações sobre o Método de Observação das Marcas Urbanas.

Concluo assim esta dissertação, agora no ponto de chegada, na certeza de que cada um dos processos vivenciados auxiliou na interminável construção da pesquisadora que almejo ser. Interminável porque constante. Constante porque necessária. Necessária porque se trata da sociedade que quero ajudar a construir (também) com o meu ofício e que acredito ser possível somente por meio das ações de questionar(-se) e refletir(-se). Por isso, introduzo este novo Ponto

de Partida como iniciei esse que agora se encerra, na certeza de que “**a resistência se faz nas práticas**” (MORAES, 2010, p.42).

ALCOFF, Linda Martín. *The Problem of Speaking For Others*. In: **Cultural Critique**. No. 20, p. 5-32. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1354221?seq=1>. Acesso em 17.02.2020.

_____. Uma epistemologia para a próxima revolução. In: **Soc. estado**, Brasília, v.31, n.1, p.129-143, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100129&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17.02.2020.

ATLAS BRASIL 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade/ orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BORGES, Herbert. Benedito Bentes faz 32 anos nesta segunda: maior complexo residencial de al, bairro tem estrutura de cidade e quase 200 mil habitantes. *Gazeta de Alagoas*, 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=321762>. Acesso em 21.03.2020.

CARDOSO, A. L. Assentamento precário no Brasil: discutindo conceitos. In: **caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: **Estudos Avançados**, vol. 17, 49, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, Regina. **Cinco bairros concentram casos de violência em Maceió**. [online]. Disponível em: <https://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=334508>. Acesso em 14.04.2020

CAVALCANTI, Verônica. *et al.* Empreendimentos e ações públicas e privadas em Maceió/AL no início do milênio. In: **Paisagem e Ambiente**, n. 36, p. 11-33, 8 dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/99603>. Acesso em 25.05.2020.

COLLECTIU PUNT 6. **Entornos Habitables - Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno**. Col.lectiu Punt 6, 2017.

COLLECTIU PUNT 6. **Women Working. Urban assessment guide from a gender perspective**. Col.lectiu Punt 6, 2015. Disponível em: https://issuu.com/punt6/docs/ww_issuu_simple.

COLLINS, Patrícia Hill. *Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power?*. In: **Signs**, vol. 22, no. 2, p. 375-381, 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3175278?origin=JSTOR-pdf&seq=1>>. Acesso em 19.02.2020.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano - Artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. **Vozes públicas – Vias públicas: Críticas da esfera pública no Brasil (figuras, configurações,**

espacialidades). Tese [Doutorado em Ciência Social, Sociologia], Universidade de Paris I, Paris, 2001.

FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. Notas Sobre as Determinações dos Espaços Livres Urbanos e a Configuração da Esfera Pública. In: **XIII Encontro Nacional da ANPUR: A esfera pública contemporânea e os espaços livres: contribuições para o estudo de sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras**, Florianópolis, 2009.

FERERICI, Sílvia. Calibã e a bruxa: mulheres, copo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio** Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa. 4ed. Ver. Ampliada, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, João Sette Whitaker (Coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_2012_produzirhab_cidades.pdf.

FERREIRA, Míryan Patrícia Tenório. **Avaliação do conforto térmico com base em critérios Normativos em apartamentos representativos do programa minha casa minha vida em Maceió – AL**. Maceió, 2019. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

FIGUEIREDO, Guilherme Araújo de. **Cadernos Técnicos Morar Carioca**. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2013.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. [Tese de doutorado], FAU-USP. São Paulo, 2004.

HARAWAY, DONNA. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagu**, v.5, p.07-41, 1995.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1 edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 1ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em abril de 2019.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. Nova Iorque: Random House, 1961.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. In: *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 093.07, **Vitruvius**, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em abril, 2019.

JAGORI. *Understanding Women's Safety: Towards a Gender Inclusive City Research Findings*, Delhi. JAGORI, 2010.

JAGORI; WICI (Women in Cities International). *A Handbook on Women's Safety Audits in Low-income Urban Neighbourhoods: A Focus on Essential Services*. JAGORI, 2010.

JUNQUEIRA, Alice; NUNES, Ana; SABINO, Leticia. **Análises, Resultados e Recomendações: Mulheres Caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana**. 2018.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, São Paulo, p.338, 2009.

MACEIÓ. Lei municipal 4.962 de 6 de janeiro de 2000. Estabelece o limite do bairro Benedito Bentes.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento. **Habitação de interesse social em Maceió**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2005.

MACEIÓ, Prefeitura de. **Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió**. 2007.

MACEIÓ, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. **Prefeitura sorteia casas do Conjunto Parque dos Caetés**. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n1p120Carlos>. Acesso em 22.03.2020.

MACEIÓ, Prefeitura de Maceió. **Secretária vistoria obras do Cmei no José Aprígio Vilela**. [online], 2019. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/2019/02/secretaria-visita-obras-do-cmei-jose->

aprigio-vilela/.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaços livres - Objeto de Trabalho. In: **Paisagem Ambiente: ensaios** - n. 21 - São Paulo - p. 175 - 198 - 2006.

MELO, Hedhyliana Walkyria Rodrigues de. Fatores do desenho urbano preventivos da violência nos espaços públicos: um estudo no bairro do Benedito Bentes, Maceió-AL. Maceió, 2019. [Trabalho de Conclusão], Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

MELO, Tainá Silva. **Por que comprar uma nova casa? Contradições entre as necessidades habitacionais dos mais pobres e a implementação do programa minha casa minha vida na cidade de Maceió, Alagoas**. Maceió, 2017. [Tese de doutorado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, 1993.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales*. In: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (Org.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Cátedra, Universitat de València, Instituto de La Mujer, p. 117-163, 2008.

MORAES, Márcia. Pesquisar COM: Política ontológica e deficiência visual. In: Márcia. Moraes; Virgínia Kastrup (Orgs.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual**.

Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj, 2010.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. In: **Ex aequo**, no11, p.123-138, 2004.

NOBRE, Carlos Eduardo. Cartografia da ação: ocupações de vazios urbanos pelos movimentos de sem-teto de Maceió, AL (1999-2009). In: **Revista de Ciências Humanas, Florianópolis**, v. 49, n. 1, p. 120-144, 2015.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: L. Almeida e E. Fernandes (Edts), **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. Braga: CEEP, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/documentos/>

ORNAT, M.; SILVA, J. M. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. In: **Revista de História Regional**, v.12, n.1, p.175 - 195, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2243/1727>>.

PADILHA, Erise Veloso de Aorim. **Território e subjetividade: uma pesquisa sobre a comunidade de pescadores do Jaraguá**. 2017. 112 f. Dissertação [Mestrado em Psicologia], Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

PAULA, Jéssica Maria Bomfim de. **Condicionantes Bioclimáticos de Inserção Urbana e Implantação: Estudo em conjuntos**

habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no bairro do Benedito Bentes em Maceió, AL. Maceió, 2019. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós- colonialismos, feminismos e estudos queer. In: **Rev. Contemporânea, Dossiê Saberes Subalternos**, v. 2, n. 2 p. 395-418, 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/89/54>. Acesso em 17.02.2020.

PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. In: **Rev. Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 19, n.2, p.57-69, 2007. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n2/a05v19n2> . Acesso em 20.02.2020.

PLATERO, Raquel (Lucas). *¿Es el análisis interseccional una metodología feminista y queer?*. In: AZKUE, Irantzu Mendia; LUXÁN, Marta; MATXALEN, Legarreta; GUZMÁN, Glória; ZIRION, Iker; CARBALLO, Jokin Azpiazu (Org). **Outras Formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. País Basco: Lankopi, S.A, p. 79-96, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

RIBEIRO, Stephanie. Quem somos: mulheres negras no plural, nossa existência é pedagógica. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1 edição, São Paulo: Companhia das Letras,

p. 261-286, 2018.

RODRIGUES, Maria Natália Matias. **Jovens mulheres rappers: reflexões sobre gênero e geração no Movimento Hip Hop**. 161 f. Dissertação [Mestrado em Psicologia], Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SÁ, Viviane Regina Costa. **“Comércio? Não, não tem! Mas sempre aparece”**. Maceió, 2018. [Tese de doutorado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

SAFIOTI, Heleieth. **Patriarcado-capitalismo: Heleieth Saffioti a partir de “Aldeologia Alemã”**, 1984. [Website]. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2016/02/12/patriarcado-capitalismo-heleieth-saffioti-a-partir-de-a-ideologia-alema/>. Acesso em 20.01.2019.

SANTOS, Boaventura Souza. **Globalização ou Desglobalização** [Aula Magistral online]. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/AliceProjectCES/videos/1817536944957874/>

SILVA, Joseli Maria Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.117-134, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12612/11775>>. Acesso em 10.12.2018.

SILVA, Ana Cecília Ramos Ferreira Da. **Gênero, Geração e Raça: Uma análise interseccional das trajetórias de militância de mulheres negras jovens feministas**. 176 f. Dissertação [Mestrado em Psicologia], Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018a.

SILVA, Carolina Cavalcanti Lins. **Da busca pela cidadania à luta pela vida: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL**. 141 f. Dissertação [Mestrado em Psicologia], Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, Phillipe Cupertino Salloum e; GOMES, Cárita Chagas; LOPES, Ana Carolina Oliveira. O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas. In: **Revista Gênero & Direito**. P.180-198, 2014.

SILVA, Natália Alves Da. **Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espaçial**. 138f. Dissertação [Mestrado em Arquitetura], Universidade Federal de Minas Gerais, 2018b.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 19, 2006.

SOUZA, Severino Ramos Lima de; FRANCISCO, Ana Lúcia. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios ... Desenhando Caminhos ... In: **Investigação Qualitativa em Saúde**, 5º Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa, 2016.

TORRALBA, Ruth. Cartografias no Morro da Conceição: abrir brechas no corpo da cidade. In: **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, vol. 8, nº. 2, abril-junho, p. 323-347, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=463555173006>>. Acesso em 18.03.2020.

UN-HABITAT. **Women's Safety Audit For a Safer Urban Design. Results of the pilot audit carried out in Centrum, Warsaw (25**

August 2007). United Nations Human Settlements Programme, 2007.

VANDERLEI, Emanuele. **Ocupação de sem-teto em obra de posto de saúde cobra respostas dos gestores.** [online], 2019. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/01/29/ocupacao-de-sem-teto-em-obra-de-posto-de-saude-cobra-respostas-dos-gestores/>.

VIANNA, Fabíola Lessa. **Mulheres na cidade: A invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano.** Tese [Doutorado em Direito] – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.



APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

Você está sendo convidada a participar voluntariamente do projeto de pesquisa intitulado “**Apropriação dos Espaços Livres dos Assentamentos Precários Sob uma Perspectiva de Gênero**”, da equipe de pesquisa: Beatriz Palmeira Melo Simões (pesquisadora responsável), Prof. Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria (orientador) e Profa. Dra. Verônica Robalinho Cavalcanti (coorientadora). Este estudo será desenvolvido com a colaboração de um grupo de mulheres residentes no Conjunto José Aprígio Vilela, em Maceió, Alagoas. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação:

1. **O estudo se destina** a observar os modos como as mulheres utilizam os espaços livres públicos de um assentamento precário. Procura-se, com isso, identificar se há relações entre a configuração formal dos espaços livres (as formas e os mobiliários, por exemplo) e atração/repulsão das mulheres nesses espaços. Dito de outra forma, busca-se verificar se há características do espaço que fazem as mulheres escolherem por um caminho e não por outro.

2. **A importância deste estudo** se dá pela oportunidade criada de ouvir as mulheres e suas experiências de vivência dos espaços livres e buscar dar espaço para as percepções dos riscos e das possíveis consequências negativas vivenciadas pelo fato de serem mulheres utilizando o espaço livre da cidade. Além disso, propõe-se gerar um espaço de discussão sobre temas como desigualdade de gênero e direito à cidade, que podem empoderar essas mulheres nas suas lutas por seus direitos.

3. **Os resultados que se desejam alcançar** são:

[1] Identificar se há e quais são as relações entre a configuração formal do espaço livre e a mulher que utiliza esse espaço;

[2] Identificar e descrever os ambientes e/ou ocasiões nos quais a mulher se sente segura e confortável, como também insegura e desconfortável;

[3] Dar espaço e visibilidade para a percepção e vivência da

mulher nos espaços livres em Maceió, AL;

[4] Empoderar as mulheres pobres, das localidades selecionadas, com informação sobre temáticas como o direito à cidade e desigualdade de gênero;

4. **O estudo será feito em seis etapas e a coleta de dados acontecerá da seguinte forma:**

A) **Análise dos Contextos** Histórico, Espacial e Socioeconômico: será uma etapa de pesquisa documental feita SOMENTE pela Pesquisadora responsável;

B) **Observação in loco:** será uma etapa de familiarização com a localidade em estudo, vivenciada pela SOMENTE pela Pesquisadora responsável e terá como produto registros fotográficos e um diário de campo;

C) **A Lista do Itinerário do Cotidiano:** se baseia na construção de uma lista com as atividades rotineiras das moradoras, com o objetivo de compreender as suas dinâmicas e determinar seus trajetos;

D) Os **Mapas Perceptivos:** fazem parte da etapa na qual as mulheres irão descrever (e possivelmente desenhar, com o auxílio da pesquisadora - se necessário), quais as sensações que sentem ao percorrer os trajetos do dia a dia identificados na etapa anterior;

E) **A Caminhada Exploratória:** consiste em percorrer um trajeto, no qual buscaremos observar como as características formais dos ambientes se relaciona com o cotidiano das mulheres e suas sensações;

F) **O Grupos de discussão/Conversas temáticas:** será a etapa conclusiva das dinâmicas, na qual abriremos um espaço seguro e respeitoso para dividir as experiências vivências durante a pesquisa, bem como os debates sobre os problemas encontrados e suas possíveis soluções. Essa etapa só ocorrerá se as mulheres assim desejarem.

5. **A SUA PARTICIPAÇÃO** será nas etapas C, D, E e F acima explicadas. As etapas de Lista do Itinerário do Cotidiano e Mapas Perceptivos serão executadas em um dia, por meio de uma entrevista

semiestruturada e individual, no turno a ser escolhido por nós. A Caminhada Exploratória se dará nos SEUS trajetos de rotina, onde a pesquisadora irá lhe acompanhar nos SEUS caminhos. Essa etapa acontecerá em outro dia, também de forma individual, em um turno a ser escolhido em conjunto (participante voluntária e pesquisadora). E o Grupo de Discussão/ Conversas Temáticas só ocorrerá caso haja demanda e desejo por parte das mulheres. Nós podemos conversar sobre a realidade da mulher na cidade e sobre as questões de desigualdade de gênero no direito à cidade.

Você (participante voluntária) **deve participar de TODAS AS DINÂMICAS**, uma vez que SUA opinião e percepção são FUNDAMENTAIS para o resultado da pesquisa. Nos dois dias conversaremos sobre SUA rotina, sobre os trajetos que VOCÊ percorre na cidade de Maceió e como SE sente nos espaços livres da cidade.

É interessante que você faça parte somente se puder participar de todo o processo. Qual seriam os dias disponíveis na sua semana? _____.

6. Os **INCÔMODOS E POSSÍVEIS RISCOS** são: (a) desconforto e constrangimento diante de assuntos mais sensíveis, como a questões de violência e assédio; (b) cansaço ao participar das dinâmicas e perda de tempo; (c) divulgação de dados confidenciais de forma involuntária e não intencional e riscos relacionados à divulgação de imagem; (d) alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função das reflexões propostas; e (e) riscos aos bens e à integridade física na etapa da Caminhada Exploratória pelos espaços livres do assentamento precário em questão.

Como **FORMADE DIMINUIR os respectivos riscos elencados**, a Pesquisadora responsável irá: (a; c) garantir a liberdade para não responder questões constrangedoras e prestar atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; (b) criar um local de respeito mútuo e confiança, composto somente por mulheres; (d) assegurar a confidencialidade, a privacidade e a proteção da imagem das informações que prejudiquem ou coloquem em risco as participantes, e requisitar a autorização para divulgação do material de audiovisual

levantado; (e) garantir que serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes da comunidade; (f) **garantir a exclusão da etapa de Caminhada Exploratória caso esta apresente riscos de qualquer tipo a colaboradora ou a suspensão do estudo por completo caso o mesmo expresse algum risco ou dano as sujeitas participantes da pesquisa** (isso será conversado com VOCÊ e A SUA opinião sobre a segurança e a possibilidade de haver riscos determinarão a decisão de suspensão ou continuidade, uma vez que VOCÊ está inserida na realidade do assentamento e conhece as dinâmicas internas); garantir para as sujeitas da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento, o direito à assistência integral (legal, material ou psicológica) por parte da equipe de pesquisa. Além disso, “garantir a divulgação pública dos resultados” e a tradução deles em benefícios à comunidade.

7. OS BENEFÍCIOS ESPERADOS COM A SUA PARTICIPAÇÃO no projeto de pesquisa, de forma direta, é que as quatro dinâmicas que VOCÊ participará que lhe darão instrumentos de observação da realidade de maneira mais crítica e tal conhecimento poderá contribuir para a SUA luta por melhorias nas SUAS condições de vida e de SUA FAMÍLIA. De forma indireta, cria a possibilidade de “promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais” quando coloca em discussão e evidência, não só no meio acadêmico, mas também com a própria população, temáticas pouco estudadas e dá espaço de fala à uma parcela tão vulnerável como a mulher pobre alagoana.

8. Você poderá contar com a toda a assistência necessária relacionada às questões que envolvem a pesquisa, sendo responsável por ela, a **pesquisadora Beatriz Palmeira**.

9. Você será informada do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

10. A qualquer momento, você poderá se recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

11. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está

garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. Contudo, haverá a divulgação do seu nome quando for de interesse se não houver objeção:

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

12. Se você não quiser que sua imagem seja divulgada, está garantido o sigilo que assegure a privacidade. Contudo, haverá a divulgação da sua imagem quando for de interesse se não houver objeção:

() Permito o uso da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito o uso da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

14. Você será indenizada por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).

15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela pesquisadora.

Eu, _____, tendo **compreendido perfeitamente** tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e **estando consciente** dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADA OU OBRIGADA.

Endereço da equipe de pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins.

Complemento: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Cidade/CEP: Maceió - AL, Cep: 57072-970. Telefone: 3214-1309

Ponto de referência: Próximo ao bloco de Engenharia

Email da Pesquisadora responsável: beatrizpalmeirams@gmail.com e

Telefone: 9 9951-1740.

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas

Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, ____ de _____ de 20____

Assinatura da Voluntária

Nome e Assinatura da Pesquisadora pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

APÊNDICE B: TERMOS DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E LIVRE
ASSINADOS: MARIA JOSÉ

11. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. Contudo, haverá a divulgação do seu nome quando for de interesse se não houver objeção:
- () Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
() Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.
12. Se você não quiser que sua imagem seja divulgada, está garantido o sigilo que assegure a privacidade. Contudo, haverá a divulgação da sua imagem quando for de interesse se não houver objeção:
- () Permito o uso da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
() Não permito o uso da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.
14. Você será indenizada por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).
15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela pesquisadora.

3/4

Eu, Maria José Alves da Silva

tendo **compreendido perfeitamente** tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e **estando consciente** dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADA OU OBRIGADA.

Endereço da equipe de pesquisa (OBRIGATÓRIO):
Instituição: Universidade Federal de Alagoas
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins
Complemento: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Cidade/CEP: Maceió - AL, Cep: 57072-970
Telefone: 3214-1309
Ponto de referência: Próximo ao bloco de Engenharia
Email da Pesquisadora responsável: beatrizpalmeirams@gmail.com e Telefone: 9 9951-1740

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou **130%** este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.
E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, 07 de NOVEMBRO de 20 19

<u>Maria José Alves da Silva</u> Assinatura da voluntária	<u>Beatriz Palmeiras</u> Nome e Assinatura da Pesquisadora pelo estudo (Rubricar as demais páginas)
--	---

APÊNDICE B: TERMOS DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E LIVRE
ASSINADOS: ELIANE.

11. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. Contudo, haverá a divulgação do seu nome quando for de interesse se não houver objeção:
- () Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
() Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.
12. Se você não quiser que sua imagem seja divulgada, está garantido o sigilo que assegure a privacidade. Contudo, haverá a divulgação da sua imagem quando for de interesse se não houver objeção:
- () Permito o uso da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
() Não permito o uso da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.
14. Você será indenizada por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).
15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela pesquisadora.

3/4

Eu, Eliane da Silva

tendo **compreendido perfeitamente** tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e **estando consciente** dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADA OU OBRIGADA.

Endereço da equipe de pesquisa (OBRIGATÓRIO):
Instituição: Universidade Federal de Alagoas
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins
Complemento: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Cidade/CEP: Maceió - AL, Cep: 57072-970
Telefone: 3214-1309
Ponto de referência: Próximo ao bloco de Engenharia
Email da Pesquisadora responsável: beatrizpalmeirams@gmail.com e Telefone: 9 9951-1740

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.
E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, 02 de NOVEMBRO de 20 19

<u>Eliane da Silva</u> Assinatura da voluntária	<u>Beatriz Palmeiras</u> Nome e Assinatura da Pesquisadora pelo estudo (Rubricar as demais páginas)
--	---

prejuízo.
11. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. Contudo, haverá a divulgação do seu nome quando for de interesse se não houver objeção:

- Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
 Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

12. Se você não quiser que sua imagem seja divulgada, está garantido o sigilo que assegure a privacidade. Contudo, haverá a divulgação da sua imagem quando for de interesse se não houver objeção:

- Permito o uso da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
 Não permito o uso da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

14. Você será indenizada por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).

15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela pesquisadora.

3/4

APÊNDICE B: TERMOS DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E LIVRE ASSINADOS: ROBERTA VALÉRIA.

APÊNDICE C: MATERIAL DA DINÂMICA INTERATIVA LISTA DO ITINERÁRIO DO COTIDIANO

NOME: _____ DATA: _____

OCUPAÇÃO: _____ IDADE: _____ Nº DE FILHAS (OS) _____ Nº DE PESSOAS EM CASA: _____

Qual é a atividade?	Qual o horário da atividade?	Onde é a atividade?	Vai acompanhada? De quem?	Como você vai?	Vai por onde?	É o caminho mais curto?

Eu, Roberta Valéria da Silva, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADA OU OBRIGADA.

Endereço da equipe de pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins
Complemento: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Cidade/CEP: Maceió - AL, Cep: 57072-970
Telefone: 3214-1309
Ponto de referência: Próximo ao bloco de Engenharia
Email da Pesquisadora responsável: beatrixpalmeirams@gmail.com e Telefone: 9 9951-1740

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:


Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.
E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, 23 de janeiro de 2022

Roberta Valéria da Silva
Assinatura da voluntária

Beatrix Palmeiras
Nome e Assinatura da Pesquisadora pelo estudo
(Rubricar as demais páginas)

APÊNDICE D: MATERIAL PARA A CAMINHADA EXPLORATÓRIA

NOME:	LOCAL:	DATA:
1 – IMPRESSÃO GERAL		
 <p>Assustador Incômodo Seguro</p>		
2 - ILUMINAÇÃO		
2.1 – Quanto à iluminação, este local é: <input type="checkbox"/> Bem Iluminado <input type="checkbox"/> Pouco Iluminado <input type="checkbox"/> Sem Iluminação 2 – A calçada é: <input type="checkbox"/> Bem Iluminada <input type="checkbox"/> Pouco Iluminada <input type="checkbox"/> Sem Iluminação 2.3 - As lâmpadas funcionam? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> A Maioria <input type="checkbox"/> A Minoria <input type="checkbox"/> Não 2.4 – Algo está impedindo a iluminação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 2.5 - Essa iluminação deixa você? <input type="checkbox"/> Insegura <input type="checkbox"/> Suficientemente Segura <input type="checkbox"/> Bastante Segura Problemas, recomendações e medidas de correção: _____ _____ _____		
3 - VISIBILIDADE		
3.1 - Você consegue ver o que está acontecendo na sua frente? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 3.2 - Se não, o que te impede? <input type="checkbox"/> Esquinas Pontudas <input type="checkbox"/> Vegetação <input type="checkbox"/> Paredes <input type="checkbox"/> Outros _____ 3.3 - Existem locais onde alguém poderia estar se escondendo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Quais? _____ Problemas, recomendações e medidas de correção: _____ _____ _____		
4 - ISOLAMENTO		
4.1 - Há janelas e pessoas observando a rua? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Poucas <input type="checkbox"/> Não 4.2 - Pela manhã este local tem: <input type="checkbox"/> Muitas Pessoas <input type="checkbox"/> Poucas Pessoas <input type="checkbox"/> Nenhuma 4.3 - Pela tarde este local tem: <input type="checkbox"/> Muitas Pessoas <input type="checkbox"/> Poucas Pessoas <input type="checkbox"/> Nenhuma 4.4 - Pela noite este local tem: <input type="checkbox"/> Muitas Pessoas <input type="checkbox"/> Poucas Pessoas <input type="checkbox"/> Nenhuma 4.5 - Existe a presença da polícia? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sei		
4.6 - Se você chamasse por ajuda, alguém iria escutar? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Problemas, recomendações e medidas de correção: _____ _____ _____		
5 - MANUTENÇÃO		
5.1 – Circule o que se encontra ao redor: Casas, Mercadinho, Lojas, Bar, Igreja Área de Vegetação e Outro _____ 5.2 – Pra você, este local parece abandonado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê? _____ 5.3 - Existe calçada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 5.4 - Qual o estado de conservação das calçadas? <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Bom 5.5 - É acessível para pessoas com deficiência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 5.7 - Existe lixo no chão? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 5.8 - Existe sinais de destruição? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 5.9 - A vegetação é bem cuidada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Problemas, recomendações e medidas de correção: _____ _____ _____		
6 – O ESPAÇO E O USO		
6.1 - Na sua opinião, as pessoas gostam de permanecer/passar por aqui? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por que? _____ 6.2 - As crianças brincam aqui? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 6.3 - Quem está com as crianças? <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/> Homem 6.4 - Existem locais para as(os) jovens se encontrarem? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 6.5 - Será que a mudança de materiais ou cores iriam melhorar o seu senso de segurança? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, quais? _____ 6.6 - Qual a diversidade de gênero? <input type="checkbox"/> Só Existem Homens <input type="checkbox"/> Pouca Diversidade <input type="checkbox"/> Mesma Quantidade <input type="checkbox"/> Há mais Mulheres 6.7 - O que essas pessoas estão fazendo nas ruas? Homens _____ Mulheres _____ Problemas, recomendações e medidas de correção: _____ _____ _____		
7 - OUTRAS OBSERVAÇÕES		
_____ _____ _____		

APÊNDICE E: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1. Apresentação: nome, idade, local de moradia, ocupação, reconhecimento racial.

BLOCO SOBRE AS PERSPECTIVAS A RESPEITO DA VIVÊNCIA DAS MULHERES NA CIDADE

2. Sobre a cidade: você acredita que Maceió é uma cidade que se preocupa com as necessidades das mulheres moradoras? Por quê?

3. Como é ser uma mulher no espaço urbano de Maceió?

4. Quais as sensações que você sente em estar e transitar pela cidade?

5. (Conversar um pouco sobre as marcas que a cidade deixa nos corpos femininos e perguntar): Você acha que a cidade deixa/causa alguma marca no corpo feminino? Se sim, de quais tipos?

6. Você acha que a mulher deixa alguma marca no espaço de cidade? Se sim, de quais tipos?

7. Quais são as dificuldades que as mulheres enfrentam aqui? Como vocês resistem a essas dificuldades?

8. Você poderia descrever como são os caminhos que você percorre todos os dias? O que você sente neles?

9. Como você acha que deveria ser a cidade? Quais mudanças na cidade você gostaria de ver/fazer acontecer?

10. Quais espaços que você enquanto mulher sente falta?

BLOCO SOBRE AS PERSPECTIVAS A RESPEITO CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

11. Quais são os elementos que uma rua ou praça precisa ter para

você se sentir segura?

12. Existem elementos ou ausência de elementos que faz você se sentir insegura na cidade?

13. Existem caminhos que você escolhe passar ou não passar? Se sim, você pode descrever eles?

14. Quais são as atividades de lazer das mulheres daqui? Onde elas exercem essa atividade? Você poderia descrever esses espaços para mim?

15. Quais são as atividades de lazer das meninas e adolescentes daqui? Onde elas exercem essa atividade? Você poderia descrever esses espaços para mim?

BLOCO SOBRE AS HISTÓRIAS DE VIDA

16. Qual o seu bairro de origem? Você poderia me falar como era a sua vida antes de vir morar aqui?

17. Você poderia descrever como era o local onde você morava? O que você sentia morando lá?

18. Agora, você poderia me descrever como é morar hoje aqui? O que mudou na sua rotina? Como você se sente morando aqui?

19. Você já viu e/ou viveu alguma situação de violência - de qualquer tipo - em decorrência do seu gênero? Se sim, poderia me contar sobre essa experiência?

20. Sobre a sua rotina: Você poderia me ajudar a preencher essa tabela com as informações do seu cotidiano?

BLOCO SOBRE AS SUAS HISTÓRIAS DENTRO DA MILITÂNCIA E ALGUNS POSICIONAMENTOS

21. Você acredita que usar a cidade é um ato de resistência? Se sim, como você acredita resistir?

22. Falando sobre moradia, qual a importância da casa própria para você?

23. Quando alguém diz que você mora num “assentamento precário”, o que você acha e sente? Como você chamaria esse tipo de morada?

24. Você está envolvida com a militância? Qual é a sua luta? Você poderia me contar um pouco da sua trajetória?

25. Quais foram as maiores dificuldades e as maiores conquistas na sua estrada de militância?

26. O que te motiva a seguir na luta?

27. Tem algo mais que você gostaria de falar sobre a temática da vivência das mulheres que eu não perguntei? Alguma última mensagem?

ALGUNS REGISTROS FOTOGRÁFICOS:



PRIMEIRA VISITA AO CONJUNTO PARQUE DOS CAETÉS, NO BAIRRO BENEDITO BENTES
COM A TURMA DO ESTÁGIO DOCÊNCIA.



AS MULHERES DA OCUPAÇÃO DANDARA.



PRIMEIRA VISITA À OCUPAÇÃO DO MTST DANDARA, NO BAIRRO BENEDITO BENTES,
COM O GRUPO DE PESQUISA COORDENADO PELA PROFA. DRA. DÉBORA NASCIMENTO.



AS MARCAS DE UM TRANSPORTE COLETIVO INEFICIENTE.



PRIMEIRA VISITA À ASSOCIAÇÃO NO CONJUNTO JOSÉ APRÍGIO VILELA, COM DONA MARTA À ESQUERDA.



VISITA AO DANDARA NO DIA DA ETAPA DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ELIANE.



VISITA À OCUPAÇÃO NA OBRA ABANDONADA DO POSTO DE SAÚDE DO CONJUNTO JOSÉ APRÍGIO VILELA, NO DIA DA APLICAÇÃO DA ETAPA DA CAMINHADA EXPLORATÓRIA COM ZEZÉ.



OUTRA VISITA À OCUPAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE, COM DONA MARTA: AS REALIDADES DAS MULHERES.



A COZINHA DA OCUPAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE, NO JOSÉ APRÍGIO VILELA.



OS DESLOCAMENTOS DISTINTOS BASEADOS NOS PAPÉIS DE GÊNERO, NO CONJUNTO JOSÉ APRÍGIO VILELA.



OS SÍMBOLOS DA RESISTÊNCIA, NA OCUPAÇÃO DANDARA.



AS MULHERES DO APRÍGIO.



VESTIDA DO IDEAL: LUGAR DE MULHER É NA REVOLUÇÃO.



O DIA A DIA DA ELIANE NA OCUPAÇÃO DO MTST TERESA BENGUELA, NO BAIRRO CIDADE UNIVERSITÁRIA.



VISITA À NOVA OCUPAÇÃO DO MTST TERESA BENGUELA, PARA VIVENCIAR A ETAPA DA CAMINHADA EXPLORATÓRIA COM ÉLIANE.



AS "MARCAS DA RESISTÊNCIA"